



**TERESA MARIA DA  
SILVA FERNANDES**

**CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA LABORAL E A VIDA  
FAMILIAR**



**Universidade de Aveiro** Departamento de Ciências da Educação  
**Ano 2010**

**TERESA MARIA DA  
SILVA FERNANDES**

**CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA LABORAL E A VIDA  
FAMILIAR**

Projecto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na área de especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais, minhas filhas e meu marido.

## **o júri**

presidente

**Professora Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves**  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

**Professora Doutora Maria Laura Pereira da Fonseca**  
Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

**Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira**  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

À Professora Doutora Rosinha Madeira, da Universidade de Aveiro por todo o empenho, disponibilidade e acompanhamento durante as etapas do procedimento científico, as recomendações metodológicas, sugestões oportunas e amizade que foi indispensável durante toda esta caminhada.

Aos Elementos da Direcção da Direcção da Bela Vista – Centro de Educação Integrada, à Dr.<sup>a</sup> Luísa Coelho e à D. Helena Quaresma pela colaboração, possibilitando desde logo a concretização deste estudo.

A todos os sujeitos participantes da investigação: António Santos, António Veiga, Célia Martins, Cristina Noronha, Iolanda Sousa, Rosa Cardoso, Susana Morais, Susana Mouro e Teresa Duarte pela participação, empenho, acompanhamento e amizade pois graças a vós este trabalho foi realizado. Obrigado pelos serões que me proporcionaram.

Ao Rogério pelo apoio logístico, o carinho e compreensão que sempre esteve presente na elaboração deste trabalho.

À Rita Simões pela amizade e companheirismo.

A toda a minha família por estarem a meu lado nos momentos mais difíceis e por acreditarem como eu que uma longa caminhada começa com O primeiro passo.

**palavras-chave**

Família, conciliação, trabalho, co-responsabilização social.

**resumo**

A conciliação entre a vida laboral e a vida familiar é uma preocupação actual à qual estão intimamente ligadas transformações sociais recentes no domínio da família, do mercado de emprego e das políticas públicas, que visam garantir o cuidado e a educação das crianças enquanto sujeitos com direitos próprios. Ao longo deste trabalho são abordadas as condições de inserção das mulheres num mercado de trabalho e as respectivas implicações destas condições na redefinição do seu papel social e no contrato social de género. Apesar da existência de políticas para a igualdade entre homens e mulheres no emprego, mantém-se a dificuldade na repartição do trabalho doméstico entre homens e mulheres pelo que o cuidado das crianças continua a ser resolvido com a dupla jornada de trabalho das mulheres. Neste projecto convidamos homens e mulheres a participar num Grupo de Discussão Focalizada sobre a articulação dos seus papéis sociais enquanto pais e trabalhadores/as. Neste processo puderam escutar a sua própria voz, enquanto sujeitos individuais com uma trajectória familiar marcada pela sua posição social, mas também como sujeito colectivo, que é parte implicada no problema e na busca de soluções que devem garantir o bem estar dos seus filhos. Concluem que a sua possibilidade de acção depende da co-responsabilização social das empresas e das redes de apoio social formal e informal do Concelho.

**keywords**

Family, conciliation, work, social co-responsibilization.

**abstract**

The conciliation between work and family life is a current concern which is closely related with recent social changes in the family field, in the employment market and at public policies, intended to ensure the care and education of the children as individual with their own rights.

Throughout this thesis are mentioned the conditions for integrating women in the labor market and the implications of these conditions in the redefinition of its social role and in gender contract. Although the existence of policies for equality between men and women in employment, remains the difficulty in sharing housework between men and women, which means that the children's care continues to be resolved with the double workday of the women.

In this project we invite men and women to participate in a Focus Group about the coordination of their roles as parents and workers. In this process they could hear his own voice, as individual subjects with a familiar path marked by their social position, but also as a collective subject, which is involved in the problem and seeking solutions which will guarantee the welfare of their children. They conclude that their chance to act depends on the social co-responsibilization of the companies and on the formal and informal social support systems of the local community.

## Índice

<b>1-Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I .....</b>	<b>4</b>
Águeda como Contexto Social e Lugar de Cuidado das Crianças .....	4
<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
2-Águeda Enquanto Território Geográfico e Social .....	4
2.1-Uma População em Crescimento .....	6
2.2-Um contexto económico e social em transformação.....	7
3- Águeda como lugar de emergência de problemas e de respostas sociais .....	9
3.1-A Bela Vista como lugar de escuta de problemas e de imaginação de respostas sociais .....	12
<b>Capítulo II .....</b>	<b>14</b>
<b>Os Referentes Teóricos como Apoio à Compreensão do Problema .....</b>	<b>14</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>14</b>
4-Do Reconhecimento à Reconstrução do Lugar das Crianças na Conciliação da Vida Familiar e Laboral .....	15
4.1-A procura de soluções pelas famílias .....	19
4.2-As respostas formais das instituições.....	22
4.3-A imaginação de outras soluções entre actores – tarefa da Educação Social? .....	24
4.4-A conciliação trabalho-família como desafio político e social .....	26
4.5-A repartição do trabalho doméstico e mercantil entre homens e mulheres.....	28
4.6-A inserção das mulheres num mercado de trabalho fragmentado.....	30
<b>Capítulo III.....</b>	<b>32</b>
<b>As Tomadas de Decisão Metodológica: entre a Investigação e a Intervenção.....</b>	<b>32</b>



<b>Introdução .....</b>	<b>32</b>
5- Situando-nos no terreno das práticas de investigação social .....	32
6-A Investigação participativa como prática de construção de sujeitos colectivos....	33
7-O diálogo enquanto método de produção de conhecimento .....	33
8-A discussão como meio de geração de dados: os Grupos de Discussão Focalizada	34
9-Um Ponto de chegada .....	34
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>36</b>
<b>Construindo Espaço de Escuta e Emergência de um Sujeito Colectivo .....</b>	<b>36</b>
10-O desenvolvimento do Projecto de Investigação-Acção Participativa.....	36
10.1-A Bela Vista como lugar de (re)encontro com potenciais actores da mudança social.....	37
10.2-Ao encontro dos sujeitos: o contexto institucional como universo social e simbólico .....	38
10.3-A criação do contexto de investigação .....	40
11- A constituição de um grupo-base.....	43
11.1-O processo de construção do(s) contexto(s) de interacção social .....	45
11.2-Alargando a roda do diálogo e da busca de soluções .....	46
11.3-O reconhecimento dos constrangimentos: como conhecimento necessário	49
<b>Capítulo V.....</b>	<b>53</b>
A Conciliação Entre a Vida Laboral e Familiar Como Texto e Contexto de uma Investigação Participativa .....	53
<b>Introdução .....</b>	<b>53</b>
<b>12- Do Problema vivido às soluções visadas por homens e mulheres.....</b>	<b>53</b>
13-A família como espaço de mudança e fonte de suporte social.....	56
14- A procura de respostas no espaço público.....	59
15-A repartição dos custos e responsabilidades na criação de respostas às	

necessidades .....	60
<b>Reflexão Final.....</b>	<b>62</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>66</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>72</b>
Anexo 1-Notas de Campo .....	73
Anexo 2-Guião da Entrevista. ....	75
Anexo 3-Inquérito por questionário fechado .....	76
Anexo 4-Sessão 1 .....	77
Anexo 5-Sessão 2 .....	84
Anexo 6-Sessão 3 .....	87
Anexo 7-Sessão 4 .....	88
Anexo 8-Sessão 5 .....	91
Anexo 9-Sessão 6 .....	94
Anexo 10-Sessão 7 .....	98
Anexo 11-Reunião com a directora da Bela Vista / 20 de Julho de 2009. ....	100
Anexo 12-Entrevista na Associação Industrial de Águeda (AIA) /23 de Julho de 2009. ....	101
Anexo 13 – Rio da Vida do Manuel .....	103
Anexo 14 – Rio da Vida do Joana.....	107
Anexo 15 – Rio da Vida Isa .....	114
Anexo 16 - Rio da Vida Isabel .....	121
Anexo 17 – Rio da Vida Marta .....	123
Anexo 18 – Rio da Vida Bárbara .....	126
Anexo 19 – Conteúdo dos discursos com os temas emergente .....	129

## **1-Introdução**

O trabalho que aqui apresentamos, surgiu da necessidade de estudarmos a possibilidade de respondermos a um problema recorrente na vida da Instituição em que trabalhamos: a reclamação dos pais da incompatibilidade do horário dos serviços que são prestados diariamente aos seus filhos, com os seus próprios horários de emprego.

O argumento que vinha sendo apresentado pelos pais era de que tinha havido mudanças nos seus horários de trabalho, devido ao alargamento do horário do comércio e dos serviços em geral, para fazer face à concorrência de várias superfícies comerciais que foram sendo implantadas no Concelho nos últimos anos. De facto, muitas famílias passaram num dado momento a ter um horário laboral rotativo ou alargado. Actualmente este problema vem sendo agravado com a crescente precarização dos contratos de trabalho, a intensificação da mobilidade no emprego dos pais mais jovens, a criação de novas exigências de formação, bem como com o desemprego gerado pela crise e encerramento de muitas empresas locais que exige disponibilidade dos pais para a busca de um novo emprego em ambiente de grande concorrência.

Embora estas mudanças afectem as famílias de um grande número de crianças servidas pela instituição, as famílias monoparentais, as famílias recompostas e as famílias imigrantes ou provenientes de outras zonas geográficas, que vieram para o Concelho em busca de emprego têm as suas dificuldades agravadas pela falta de apoio das redes informais tradicionais constituídas por parentes, vizinhos e/ou amigos de confiança.

Reflectindo sobre este problema apercebemo-nos que este fenómeno sendo local, precisava ser compreendido na sua complexidade e implicações para a própria rede social do Concelho, que até há poucos anos garantia um apoio social e educativo às crianças que se afirmava pela qualidade.

Esta visão ampliada do problema mobilizou-nos para a abordagem teórica do tema da conciliação trabalho família, que por sua vez exigiu o reconhecimento de um conjunto de

discussões relacionadas com o impacto das políticas para a igualdade entre homens e mulheres no emprego, com a necessidade de ingresso das mulheres no mercado de trabalho, com a redefinição do papel social dos homens e das mulheres no espaço doméstico e mais especificamente na garantia dos cuidados e educação dos seus filhos enquanto sujeitos a quem são reconhecidos direitos próprios ao bem-estar e à participação social.

Dado que a educação social propõe a capacitação da sociedade para o esforço de adaptação social que é exigido aos diversos grupos que a constituem, um contexto de grandes mudanças sociais, convidamos um grupo de homens e mulheres a participarem num grupo de discussão focalizada para compreendermos as dificuldades e as possíveis soluções para os problemas que enfrentam no desempenho dos seus papéis sociais, enquanto pais e trabalhadores/as, a quem a sociedade atribui a responsabilidade de garantir o cuidado, educação e bem-estar dos seus filhos.

Este relatório será apresentado em cinco capítulos: no primeiro procuraremos situar e contextualizar as nossas preocupações com a questão da conciliação da vida familiar e laboral num território concreto: o concelho de Águeda, tendo em conta a existência de uma rede social que se tem desenvolvido para assegurar um lugar social para as Crianças enquanto filhas de trabalhadores/as e cidadãs.

No segundo capítulo, procuramos contextualizar teóricamente o problema da conciliação da vida familiar e laboral como recurso necessário à compreensão do problema. No terceiro capítulo, abordaremos aspectos relativos à metodologia de produção de conhecimento para nos situarmos no campo da investigação social e justificar as decisões que tomamos no curso da pesquisa. No quarto capítulo, apresentaremos algumas considerações teóricas sobre os procedimentos que adoptamos na constituição e desenvolvimento do grupo de discussão como sujeito colectivo que se expressa, reflecte e propõe um ponto de vista sobre o problema da conciliação laboral e familiar a partir das diversas experiências singulares em resposta a um problema comum que afecta as suas próprias vidas, a qualidade de vida das suas crianças e em última instância o desenvolvimento da comunidade. No quinto e último capítulo, procuraremos retomar a discussão sobre o problema da conciliação da vida laboral e familiar, a partir do conhecimento que procuramos construir com este grupo base, tendo também em conta o

diálogo e a tomada de posição de um membro responsável pela instituição em que decorreu este estudo e um membro da Associação Industrial. Estas foram as duas instâncias que os pais e mães perceberam como co-responsáveis pela emergência mas também pela construção de soluções para um problema que passou a ser definido colectivamente como uma questão social, que é preciso resolver também no domínio da vida pública.

Esperamos desta forma dar conta do conhecimento que pudemos produzir na interacção com um grupo de pais e mães trabalhadoras que também neste processo de investigação-acção participativa tiveram que enfrentar a dificuldade de conciliar os seus múltiplos tempos de desempenho dos papéis sociais que a sociedade lhes atribui.

## **Capítulo I**

### **Águeda como Contexto Social e Lugar de Cuidado das Crianças**

#### **Introdução**

Neste capítulo a nossa intenção é situar as preocupações sociais com o problema da conciliação da vida familiar e laboral que justificam o desenvolvimento deste trabalho. Começaremos por caracterizar o concelho de Águeda como território geográfico e social, e enquanto espaço de desenvolvimento de uma rede social que procura responder aos efeitos da organização da produção económica de forma a assegurar um lugar social para as Crianças enquanto filhas de trabalhadores/as e cidadãs.

#### **2-Águeda Enquanto Território Geográfico e Social**

O concelho de Águeda está integrado na região Centro, mais especificamente na região do Baixo Vouga, e pertence ao distrito de Aveiro sendo, em área, o maior concelho deste distrito com um território de 335,3 Km<sup>2</sup>. Está localizado na zona de fronteira entre os distritos de Aveiro e o de Viseu, entre o litoral e o primeiro conjunto montanhoso constituído pela Serra do Caramulo. Confina a Norte com Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, a poente com Aveiro e Oliveira do Bairro, a sul com Anadia e Mortágua. Este último concelho já pertencente ao distrito de Viseu assim como os confinantes a nascente – Oliveira de Frades, Vouzela e Tondela.



Figura 1 Mapa de Águeda e concelhos vizinhos

O município é formado por vinte freguesias: Agadão, Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Águeda (freguesia sede do concelho), Barrô, Belazaima do Chão, Borralha, Castanheira do Vouga, Espinhel, Fermentelos, Lamas do Vouga, Macieira de Alcôba, Macinhata do Vouga, Óis da Ribeira, Préstimo, Recardães, Segadães, Travassô, Trofa e Valongo do Vouga. A distribuição da população não é homogénea em todo o território, havendo povoações mais isoladas, na zona nascente do concelho e cujo acesso é dificultado. Nas zonas mais baixas as ligações viárias são mais abundantes e com um maior número de alternativas de trajectos, enquanto que a zona mais alta altimetricamente possui ligações em menor número e sem possibilidade de escolha de trajectos alternativos o que pode justificar a diferença dos indicadores de desenvolvimento das povoações a ela associadas, também fruto dos reduzidos e sinuosos acessos.

No entanto, é importante referir que embora as acessibilidades reflectam as assimetrias em termos de relevo o concelho é muito bem servido a este nível.

A rede viária do concelho é composta, a um primeiro nível, pela A25 que faz a ligação entre Aveiro e Vilar Formoso e que atravessa transversalmente o concelho no seu extremo norte, e por o actual IC2, que atravessa o concelho no sentido norte-sul e estabelece a ligação às principais vias rodoviárias nacionais. A um segundo nível pelas ligações inter-concelhias asseguradas pelas estradas: ER230, que permite a ligação a Aveiro; N 333 que liga Aveiro a Sever do Vouga passando pelo centro do concelho (freguesia de Águeda), e a qual é correntemente utilizada para aceder ao nó da A1 em Oia, no concelho vizinho; ER 336 que liga Águeda a Coimbra; ER230 que liga Águeda ao Caramulo. Existe ainda a ligação férrea estabelecida pela linha do Vouga entre Aveiro a Espinho.

Em termos de uso e ocupação do solo o concelho é caracterizado por uma paisagem tipicamente rural (95% contrastando com os 5% de área social com ocupações mais urbanas). Predomina ainda no concelho o uso florestal (66%).

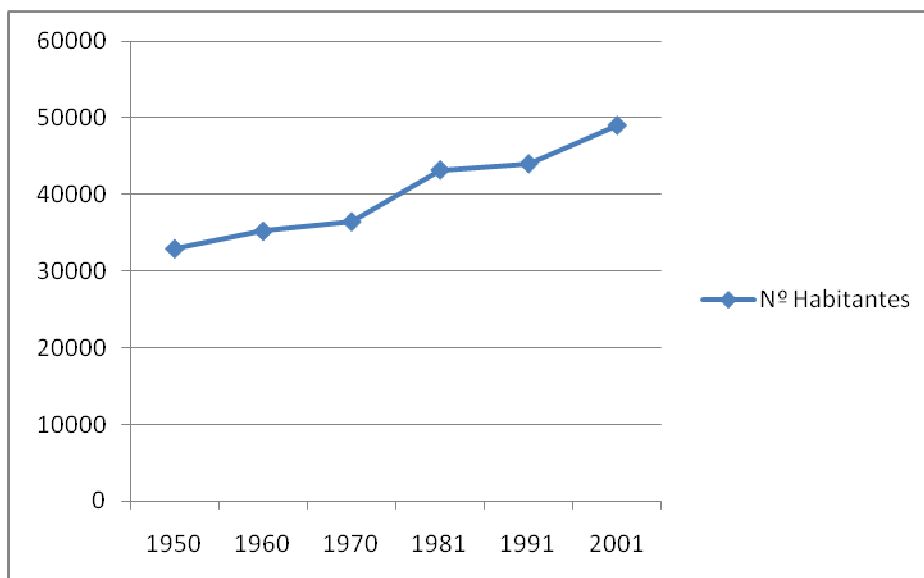
## **2.1-Uma População em Crescimento**

De acordo com os Censos de 2001 o concelho de Águeda possui uma população residente de 49041 habitantes, tendo esta vindo a aumentar desde 1950 a ritmos diferentes. Salientam-se nestas cinco décadas os aumentos populacionais verificados entre 1970 e 1980 (variação de cerca de 18.4%) e entre 1991 e 2001 (11.3%). No entanto, estas décadas foram antecedidas de períodos de baixo crescimento, tendo-se registado de 1981 para 1991 o menor aumento de população das décadas analisadas (1.9%). Conclui-se assim, que o crescimento populacional não tem ocorrido de forma linear e contínua, verificando-se períodos de crescimento separados, no tempo, por outros de quase estagnação da população (fig.2). Sendo a taxa de natalidade de 2008 de 8.6%<sup>1</sup>.

---

1 Dados do INE 2009

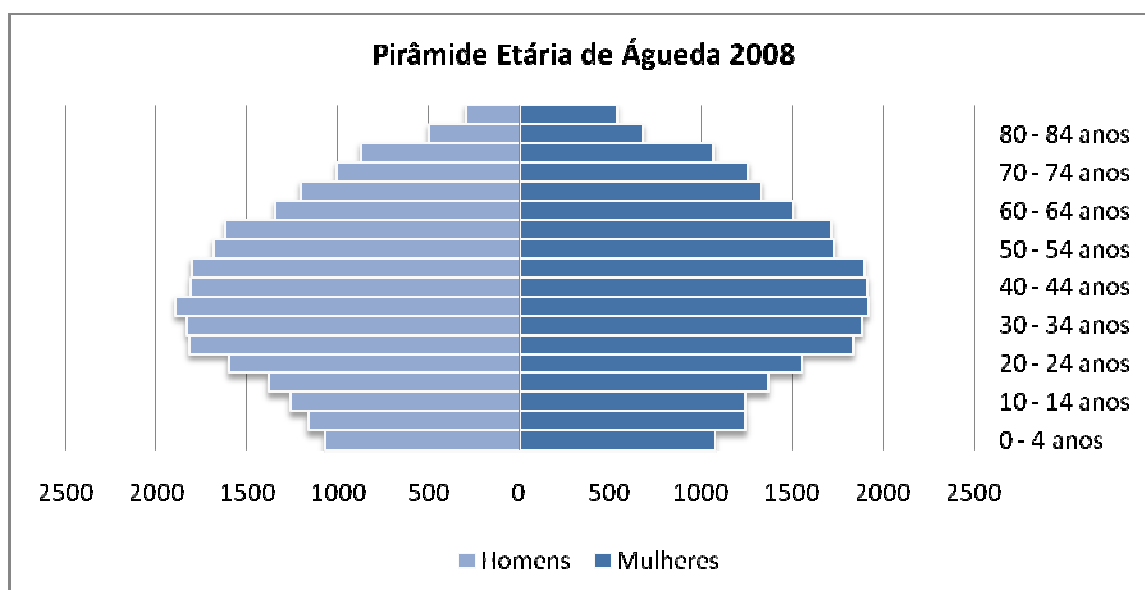




**Figura 2 Evolução da População Residente no Concelho de Águeda entre 1950 e 2001**

Fonte INE – Recenseamento Geral da População 1950, 1960, 1970; Censos 1981, 1991, 2001

### Pirâmide etária do concelho de Águeda



**Figura 3 Pirâmide etária do concelho de Águeda (INE, 2009)**

## 2.2-Um contexto económico e social em transformação

Segundo dados do INE de 2001, a taxa de actividade que caracteriza o concelho é

superior tanto à Região Centro, como à de Portugal, situando-se ao nível dos 50%.

A dinâmica empresarial do Concelho foi crescendo ao longo de décadas passadas. Nos anos 60 e 70 verificou-se um elevado número de construções de unidades industriais de pequenas dimensões que estão dispersas por todo o território concelhio, facto que se deve à iniciativa de empresários, alguns ex-operários, naturais do concelho, que procuraram uma forma rápida de poder laborar e entrar no mercado produtivo. As freguesias com as taxas de actividade mais elevadas concentram-se ao nível do núcleo central do concelho de Águeda.

O tecido produtivo de Águeda pode ser delineado a partir da análise dos sectores de actividades dominantes, quer estes estejam discriminados em função das sociedades sedeadas no concelho, quer em função da estrutura sectorial do emprego, apesar de se ter que realçar o facto de que a estrutura sectorial do emprego se refere à população residente e não à estrutura empregadora e empresarial do concelho.

O número de sociedades sedeadas no concelho é marcado quer pelo peso do sector secundário, com 43%, como seria de esperar por Águeda ser um concelho com tradição industrial, quer pelo do sector terciário com 55%. Salienta-se aqui o reduzidíssimo peso do sector primário.

A população residente empregada é de 23 885 habitantes sendo que 12% da população residente empregada trabalha fora do Concelho (censo de 2001). Da população residente empregada a maioria encontra-se no sector secundário, salientando-se o aumento do peso do sector terciário na última década.

No que concerne à agregação da população activa por grupos socioeconómicos, o conjunto mais representativo em 2001, era o dos operários qualificados e semi-qualificados (20,2%), na faixa etária dos 25 aos 44 anos, encontrando-se esta característica relacionada com a base empresarial local ser constituída por actividades pouco qualificadas.

O total de empresas em 2006 era de 5143<sup>2</sup> e lugar de trabalho de homens e mulheres cujo ponto de vista quisemos escutar. Os sectores da cerâmica, da metalurgia e das ferragens, da fabricação de mobiliário, da construção civil e do comércio a retalho em estabelecimentos especializados, absorviam em 2001 mais de 40 % dos empregados sendo portanto os sectores que têm maior peso na estrutura de emprego do concelho. A indústria

---

2 Dados do INE, 2006

do concelho é, segundo referem os estudos definitivos da revisão do Plano Director Municipal (PDM), fortemente determinada pela metalomecânica, que abrange 55% do emprego industrial e cerca de 1/3 do total da população residente empregada. Da população empregada neste sector mais de 60% são do sexo masculino.

Apesar da perda de importância resultante do processo de declaração de falência por parte de algumas fábricas de vestuário, tal como ocorreu com indústria de materiais de barro para a construção e artigos de faiança e grés, a indústria têxtil pode ser considerada significativa em termos de criação e absorção de emprego.

Fruto do abrandamento económico o nível de desemprego registou um aumento nos últimos anos. Em 2001 a taxa de desemprego em Águeda era de 2,9% e cerca de metade do desemprego do concelho devia-se à indústria transformadora que congregava a maior proporção de população residente empregada. Desta percentagem de desempregados 26.3% eram de longa duração e estava associado pela idade e a baixa qualificação dos sujeitos.

O desemprego afectava maioritariamente o sexo feminino. Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Águeda, no mês de Outubro de 2009 o total de inscritos neste instituto era de 2236 desempregados, dos quais 36.8% eram homens e 63.2% mulheres.

Um outro subgrupo afectado por esta realidade é a população imigrante, o que é relevante quando pensamos que do total da população residente 1249 são estrangeiros<sup>3</sup> com predominância de cidadãos dos Países Africanos Língua Oficial Portuguesa (PALOP), do Brasil e do Leste Europeu, assumindo particular destaque os imigrantes Ucrânicos. A percepção que os serviços e técnicos detêm, com esta população específica, fruto do contacto diário e próximo, nos dá conta do agravamento da precariedade das suas condições sociais.

### **3- Águeda como lugar de emergência de problemas e de respostas sociais**

---

3 Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, 2009

Em 2001 a população residente do concelho apresenta um baixo nível escolaridade, embora a taxa de analfabetismo seja inferior à taxa do Continente e da Região Centro, em Águeda atinge 7% da população 8.9% e 10.9% respectivamente. Mais de 50% da população não possui mais que o 1º CEB e 66.76% da população não possui a escolaridade obrigatória. No entanto, estes valores são semelhantes aos do Continente e da Região Centro.

O que é importante sublinhar aqui é que a falta de escolarização atinge sobretudo as mulheres, isto é perto de 61% da população residente que não possui qualquer nível de ensino são mulheres, assim como, 72% dos indivíduos analfabetos. Tal não acontece com a população dos restantes níveis de ensino onde a percentagem de homens e de mulheres é muito idêntica, à excepção da população com o ensino superior onde as mulheres têm uma percentagem de 57%, ao passo que, os valores do continente são de 44%.

Tendo em base o Relatório do Diagnóstico Social de Águeda (2003), existe neste território problemas sociais que afectam especialmente alguns grupos cuja inserção social e qualidade de vida dependem de apoios especiais, designadamente crianças e jovens que vivem situações de privação, desvio e marginalidade social, pessoas com dificuldades intelectuais e físicas ou pertencentes a minorias étnicas, grupos idosos, sem abrigo etc.

O mesmo Relatório atribui estes factos à desregulação da vida social e principalmente da vida familiar, devido a alterações na sua estrutura e funcionamento, a situações de toxicodependência, alcoolismo, prostituição, desemprego e aos baixos níveis de escolaridade, etc. Aponta também, como causas a falta e/ou a desarticulação de políticas e recursos sociais bem como a inexistência de um processo educativo verdadeiramente inclusivo.

Um factor que pode passar mais despercebido é a fragilidade financeira de famílias que se vêm confrontadas com as pressões económicas, vividas no espaço da produção e no consumo. Os pais têm de facto que responder, diariamente a múltiplas exigências quer a nível profissional, quer a nível da família, contando com as inter-ajudas informais e a resposta institucional de guarda das crianças. As famílias monoparentais são entre todas as que manifestam maior urgência na busca de soluções, não pela força das palavras mas pelas manifestações evidentes durante as sessões.

Quando atentamos para a rede social em que também se apoia o desenvolvimento

local, constatamos que a rede educativa do concelho estrutura-se na articulação entre a rede pública e a rede privada. Ao nível da educação pré-escolar com rede solidária, e ao nível do ensino básico com a rede particular, com um total de 17 creches com 620 utentes, 38 jardins-de-infância com 970 utentes, 34 EB1 com 2084 utentes (Câmara Municipal de Águeda, Janeiro 2009).

Quanto às escolas o concelho conta com 4 EB23, 2 ES/EB3, uma escola particular de 2.º e 3.º CEB e uma Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada na Universidade de Aveiro.

Em termos de cobertura, só uma freguesia não tem qualquer oferta educativa. Nos restantes níveis do ensino básico, todas as freguesias têm oferta educativa distribuída de acordo com o agrupamento de escolas ou o Instituto Duarte Lemos a que estejam afectas. Também ao nível do ensino secundário todas as freguesias estão cobertas pela oferta educativa das duas ES/EB3.

Todos os jardins-de-infância da rede pública têm organizado a “Componente de Apoio à Família”, bem como em todas as EB1 estão organizadas as “Actividades de Enriquecimento Curricular”, as quais permitem o funcionamento das EB1 em horário alargado (9:00h às 17:30h) apesar das dificuldades resultantes da falta de pessoal auxiliar, actualmente da competência do Ministério de Educação e da falta de condições de alguns edifícios escolares para o desenvolvimento das actividades e para o fornecimento de refeições (Câmara Municipal de Águeda, 2008). O concelho tem uma boa sustentação de redes sociais para estes e outros níveis etários, pois apresenta-se com Centros de Dia, Centros de Convívio, Lares de Idosos, Serviços de Apoio Domiciliário, Serviços de Apoio Domiciliário Integrado (ADI) e ainda Centro de Alojamento Temporário (CAT) para passantes e sem abrigo como podemos visualizar na figura seguinte o número de resposta e de utentes efectivos.

## Respostas sociais do Concelho de Águeda

	Centro de dia	Lar de Idosos	Centro convívio	ADI	CAT	Centro de Apoio Domiciliário
<b>Nº Respostas</b>	13	7	5	2	1	13
<b>Nº Utentes</b>	269	284	135	17	16	375

Figura 4 Fonte Câmara Municipal de Águeda Janeiro 2009

### 3.1-A Bela Vista como lugar de escuta de problemas e de imaginação de respostas sociais

Sendo uma IPSS, a Bela Vista tem vindo a definir-se como uma comunidade de interesses no interior de Águeda, pensada como uma Comunidade onde existe um lugar que embora reconhecido a todos é muitas vezes negado aos grupos sociais mais vulneráveis. Enquanto comunidade de interesses a base da sua construção tem vindo a ser alvo de reflexão crítica sobre diversas problemáticas sociais que estão associadas à Infância e à vida das crianças, como participantes na família, nas escolas e na comunidade mais alargada. A prática desta reflexão crítica em que participam outros actores interessados na mudança social, tem-lhe dado uma dimensão especial de intervenção, funcionando como grupo de pressão para a criação de novas estruturas sociais. Enquanto recurso local tem-se disponibilizado a ensaiar e validar novas respostas às necessidades emergentes, a partir de um modelo baseado na participação dos próprios grupos que se confrontam com dificuldades sociais, adoptando um modelo promotor da inclusão e da co-responsabilização político-social.

É por isso que nesta instituição nos propusemos realizar a Investigação-Ação Participativa em Águeda, reconhecendo a Bela Vista como contexto social onde os valores e as práticas sociais da sociedade tradicional, enquanto sociedade providência, de base patriarcal, com os valores e as práticas de uma sociedade que foi reestruturada pela industrialização intensiva, que foi tardiamente dotada de serviços públicos universais,

providos como direitos pelo Estado Providência implementado a partir de 1974 em Portugal.

É neste espaço social que as mulheres foram convocadas a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento económico, enquanto parte importante da força produtiva da indústria, conciliando o seu papel na reprodução familiar, a partir do espaço doméstico que muitas vezes abrange a actividade agrícola de subsistência.

Como vimos nos dados apresentados anteriormente, as mulheres de Águeda constituem hoje a grande maioria dos desempregados devido ao abrandamento da actividade económica e contexto de crise, e são também a maioria do grupo com menor grau de escolaridade. Este parece-nos um aspecto muito crítico a ter em conta na discussão sobre o problema da conciliação da vida laboral e familiar. Problema em que a Bela Vista está particularmente interessada em compreender, dadas as solicitações constantes que tem vindo a ser feitas por famílias, cujos horários laborais são incompatíveis com o horário de funcionamento da Bela Vista, ou por famílias privadas de direitos sociais básicos que estão mais sujeitas à adversidade e/ou às conveniências de outros grupos sociais de quem dependem para a resolução de problemas quotidianos, entre os quais o acesso ao trabalho precário.

## **Capítulo II**

### **Os Referentes Teóricos como Apoio à Compreensão do Problema**

#### **Introdução**

Neste segundo capítulo do nosso trabalho daremos conta da nossa busca de referentes teóricos, que nos permitissem compreender o problema da conciliação da vida laboral e da vida familiar.

Iremos iniciar com uma reflexão sobre o lugar social das crianças, que em última instância, são a razão deste estudo e da preocupação com o aprofundamento da questão da conciliação da vida familiar e laboral, como necessidade das famílias, a quem a sociedade atribui a responsabilidade de garantir o bem-estar e a educação das crianças. Iremos depois explorar alguns estudos que analisaram diferentes modelos de solução para a “guarda” das crianças, durante o período de trabalho dos pais, tendo em conta as condições das diversas famílias. Soluções que incluem instituições socioeducativas, que tentam integrar cada vez mais as preocupações de cuidado e de educação das crianças nas respostas às mesmas.

Num segundo momento, exploraremos brevemente algumas referências teóricas que nos permitiram apreender as condições de implementação das políticas de conciliação da vida laboral e familiar propostas a nível nacional e europeu. Procuraremos situar a questão da divisão do trabalho mercantil e do trabalho doméstico entre homens e mulheres e abordar alguns contributos sobre as condições desiguais de inserção das mulheres num mercado de emprego fragmentado, que tem provocado alterações na estrutura doméstica, com efeitos sobre os modelos de família.



#### **4-Do Reconhecimento à Reconstrução do Lugar das Crianças na Conciliação da Vida Familiar e Laboral**

Não é fácil concordarmos que os modos de vida das crianças pequenas são marcados pelas transformações dos modos de vida dos seus pais. Nas últimas décadas as mulheres ingressaram na esfera laboral, as famílias sofreram transformações na sua estrutura e significado, a distância entre o local de residência em relação ao local de trabalho aumentou, como aumentou também o desemprego. Todos estes fenómenos sociais de grande escala contribuíram para a transformação dos modos de socialização das crianças e da estruturação dos seus tempos sociais na vida diária.

As instituições responsáveis pelo acompanhamento da infância fragmentam-na em etapas fazendo corresponder idades, expectativas de desempenho e necessidades a satisfazer colectivamente. A vida social da criança é regulada desta forma: a cada idade, cada tempo, cada actividade e uma instituição adequada. O desenvolvimento da criança visto a partir do conhecimento da psicologia é pensado em termos de normalidade social. A socialização das crianças acontece então segundo percurso institucional ritualizado, que obedece a uma série de exigências. Exigências sociais que englobam a criança, mas que são pensadas em função da vida dos adultos e das suas necessidades de trabalho.

Os adultos explicam e justificam a existência destas instituições que se encarregam da vida e da socialização das crianças, das quais eles são beneficiários, como resposta às necessidades de desenvolvimento, de atendimento e de inserção social dos mais novos. Quanto às crianças têm todo o seu tempo segmentado, desempenham tarefas que são pensadas mediante a sua idade; desde a creche, à escola, à actividade desportiva tudo parece estar organizado em função das suas necessidades e interesses, menos visíveis estão no entanto as preocupações concretas dos horários, das rotinas e dos orçamentos, das famílias e das próprias instituições. Para Chamboredon, citado por Mollo-Bouvier (2007) o tempo das crianças constitui um mercado aberto à profissionalização.

Importa por isso, termos em conta a sua própria condição e lugar social face a todos os constrangimentos que justificam a preocupação actual com a conciliação da vida laboral com a família entre os adultos, normalmente os pais, que têm a responsabilidade de garantir o seu bem-estar e a educação como direito entre direitos que lhe são próprios.

É no entanto muito difícil definir o lugar, ao mesmo tempo objectivo e simbólico, da criança nas reorganizações constantes das relações de geração e dos vínculos familiares. Os vínculos familiares mudaram mas não perderam a sua força afectiva; um modelo não substituiu completamente o outro; o que parece difícil parece ser a convivência de concepções contraditórias conforme refere Mollo-Bouvier (1997). Talvez seja entre a imaginação de uma criança-rei decaída e uma criança-nada nascida do trabalho, do lucro, da pobreza e da falta de união, que possamos ver a surgir a ideia de uma criança parceira que negocia o seu lugar na família e o seu papel no consumo, conforme sugere Roussel, (1989) cit Mollo-Bouvier,(1997).

Não basta afirmar que a criança não é apenas portadora de passado e de futuro, de esperança e nostalgia, é preciso reconhecê-la também como investimento que, segundo tem vindo a ser analisado monopoliza a afectividade do casal, a capacidade emocional da colectividade mas também no que nela se reconhecesse de investimento material na preservação ou melhoria dos bens ou a posição social da família e desenvolvimento da sociedade.

Em 1984 Kellerhals, Troutot, & Lazega afirmavam que com a perda progressiva das funções instrumentais, ou seja, de produção as famílias redefiniram-se como unidade de relação afectiva e de companheirismo, na qual a criança deixou de ser vista como um capital, passando a ser vista como um bem de consumo afectivo, um custo que os pais aceitam ou recusam.

Considerados como “consumo durável” o número de filhos variaria em proporção com os recursos materiais, o que justifica que historicamente foram as famílias mais ricas as primeiras a reduzir a fecundidade. Easterlin defende a hipótese do investimento na criança ter um “rendimento relativo” porque é a situação socioeconómica da família em relação a seu grupo de referência e não ao seu rendimento absoluto que definirá o número de filhos (cf. Kellerhals, Troutot, & Lazega, 1984).

Estas ideias da criança como um “bem de consumo durável” dividiram opiniões. Considera-se que embora os filhos possam não constituir um investimento económico, estes podem exercer outras funções expressivas dentro de cada tipo de família; podem fornecer estatuto e/ou segurança, aumentar a importância da família, ser uma “compensação” para a família caracterizada pelo isolamento e impotência social e em que

a procriação seja um meio de adquirir poder e sentido e ao atingir os objectivos sociais que os pais não conseguiram alcançar.

Schnaiberg e Goldenberg consideram que os tipos de contribuição instrumental dos filhos são variados para as famílias, consoante a classe social, podem ser de ajuda material e de assistência institucional, pelo que atribuir à criança estas funções unicamente expressivas é uma visão individualista e de “classe média”. Os tipos de contribuições atingem no entanto o seu mínimo nas classes médias, ou seja um dos contextos sociais quotidianos mais burocratizados menos sensíveis às normas de parentesco (cf. Kellerhals, Troutot, & Lazega, 1984).

Tentando resumir as várias funções que podem ser atribuídas ou investidas às crianças nas família destacamos, a partir da categorização de Hoffman e Hofman (cit in Kellerhals, Troutot, & Lazega, 1984 pp 98): (i) a aquisição da identidade social e do estatuto de adulto (ii) o alargamento do eu a uma entidade mais ampla, no tempo e/ou no espaço; (iii) a sociabilidade, de laços no interior do grupo primário; (iv) o gosto da mudança, do imprevisto, da novidade; (v) necessidade de criatividade de auto-realização; (vi) o exercício de poder, ou influência; (vii) manifestação exterior do prestígio ou do estatuto; (viii) a utilidade económica directa ou indirecta.

Perguntamo-nos no entanto, se estes modelos de definição do lugar social das crianças na família do século XIX resistem às interrogações que se nos colocam actualmente frente à diminuição da taxa de natalidade, o aumento de famílias monoparentais ou recompostas, a entrada generalizada das mulheres na esfera laboral e a reivindicação de um tempo para si, que na perspectiva de Guerreiro & Pereira (2006), são alguns dos factores que contribuíram para retirar à criança a sua centralidade, que foi descrita por Ariès.

A tomada de consciência das mudanças ocorridas na estrutura familiar, escolar e social nas sociedades pós-industriais parece ser uma necessidade, num contexto em que os hábitos sedentários, o stress emocional, os maus hábitos de vida do ponto de vista corporal e actividade física e o nascimento de uma sociedade de informação padronizam valores, atitudes e comportamentos conforme afirmam Neto e Marques (2004). Mais do que procurar respostas que mantenham a criança “intelectualmente activa e corporalmente passiva” (Neto e Marques; 2004) em instituições organizadas para elas e segundo os padrões que se lhe impõem como condições e exigência e que as próprias instituições

tendem a gerar ou consolidar, importa atender a necessidade de criar condições de visibilidade à sua existência social como sujeito, cujos direitos não se restringem à provisão de bens e serviços ou aos direitos de protecção contra a discriminação, negligência e maus tratos.

Em 2004 um grupo de Cidadãos e Cidadãs elaboraram um documento designado como Recomendação de Oeiras (2004) no qual se afirma que “*os(as) empregadores(as) devem ser encorajados a promover condições de prestação de trabalho que favoreçam a compatibilização da actividade profissional com a vida familiar dos(as) trabalhadores(as), tendo em consideração as suas responsabilidades familiares*”. Neste documento afirma-se também que a família é um elemento fundamental da sociedade, enquanto realidade dinâmica, em permanente evolução, para reclamar o desenvolvimento de medidas concretas e adequadas às suas necessidades nos seus diferentes ciclos de vida familiar; condições estas que contribuam e proporcionem melhores condições educativas, económicas, laborais, sociais e culturais que facilitem a formação da família, o desenvolvimento das suas competências e a sua estabilidade ao longo do tempo. Empresários e pais – trabalhadores são assim co-responsabilizados na resolução do problema da organização dos tempos de trabalho e da vida familiar. Perguntamo-nos, no entanto, se estas entidades podem dispensar as crianças como parte e parceiras na formulação do problema e na construção de soluções que afectam profundamente as suas vidas pessoais e sociais.

Landsdown (1994) citado por Fernandes e Tomás (2004) chama a nossa atenção para os factores estruturais, que tem adiado o reconhecimento das crianças como cidadãos por direito próprio. Embora a vulnerabilidade que decorre da sua debilidade física, imaturidade, falta de conhecimento e experiência as torne dependentes da protecção do adulto, as crianças sofrem também o efeito de um outro tipo de vulnerabilidade que é estrutural, que decorre de atitudes históricas e das presunções acerca da natureza da infância e da própria sociedade, que lhe retira o poder político, económico e os direitos civis que são internacionalmente reconhecidos às crianças.

Alguns autores sublinham o quanto as instituições de infância e as instituições com carácter social inscrevem nos seus objectivos e actividades a tendência de se pedir à criança que concretize os nossos sonhos e ao mesmo tempo que contribuam para uma

sociedade melhor. Mais do que auxiliar e tranquilizar as famílias os projectos educativos devem ir para além da sua procura de proporcionar prazer imediato às crianças, desde que esse prazer responda a exigências sociais e morais dos pais, ou de programar e ocupar previamente o seu tempo livre e ocioso, conforme refere Mollo–Bouvier.

Torna-se por isso importante não subestimar o lugar social que é dado ao interesse superior da criança, na abordagem dos problemas e nas soluções que os pais, as instituições para a infância e as instâncias políticas encontram para a necessidade de conciliação da vida familiar e laboral.

Como referem Fernandes e Tomás (2004) a criança não é um mero receptor de influências é também um actor social competente, cujas opiniões devem ser ouvidas e tomadas em consideração em todos os assuntos que lhes dizem respeito na sua condição de sujeito, consagrada pela Convenção dos Direitos da Criança.

#### **4.1-A procura de soluções pelas famílias**

A questão das estruturas domésticas, não deixa de construir um campo importante de observação das mudanças na vida familiar. As mutações demográficas ao longo das últimas décadas, assim como o envelhecimento da população, a coabitação e a descida da fecundidade contribuem para a emergência de novas configurações domésticas. Observando-se um aumento das pessoas sós, das famílias monoparentais e das famílias recompostas, a par da diminuição das famílias de casais com ou sem filhos (Wall, 2003).

Perante estas mudanças a família mais vulnerável, quer no plano económico, quer no ponto de vista dos cuidados prestados às crianças é a monoparental, em que uma mãe ou um pai vive sem cônjuge e com filhos dependentes, sendo a grande percentagem de mães sós (Torres, 1998).

Pitrou (1997) é de opinião que as ajudas entre gerações e as trocas entre pais e filhos adultos, aumentam quando há crianças pequenas, no entanto devido à entrada das mulheres no mundo laboral as instituições entram em cena, as tarefas de guarda das crianças passa a ser partilhada com a família e os serviços educativos. Esta realidade, impõe uma mudança de hábitos do passado e com a lógica de continuidade de práticas entre gerações.

Acerca de duas ou três décadas a esta parte, os serviços de guarda e educação das

crianças fora do seio familiar era quase inexistente. Este tipo de serviços de acolhimento, ganhavam alguma relevância no grupo etário dos 3 aos 5 anos (Torres e Silva, 1998). Os recursos a soluções de guarda como os avós era também pouco frequente, ficar com a mãe era a situação usual em todas as idades consideradas.

Segundo Wall, São José e Correia (2001) podem identificar-se três tipos de situação que caracterizam a dificuldade de conciliar a vida laboral e familiar, quando está em causa o cuidado das crianças. As famílias ou recorrem a um apoio ou serviço principal, ou socorrem-se de apoios múltiplos ou enfrentam a falta de apoio institucional e familiar.

No primeiro caso o apoio é procurado nos avós, no interior da própria família, no ajustamento de horários e utilização de equipamentos colectivos, às ajudas informais pagas: ama, empregada doméstica ou vizinha que recebe a criança em casa, ou a alternância entre pai e mãe. No segundo caso a solução é procurada em infantários, escolas, actividades extra escolares etc. e em apoios informais regulares, pagos ou não pagos. No terceiro caso as crianças ficam expostas a riscos, por vezes ficam sozinhas durante largos períodos do dia ou da noite.

O designado “Modelo avós”, centra-se no apoio frequente prestado às crianças e diz respeito às famílias monoparentais que vivem com os filhos e tem autonomia económica. Normalmente são mães divorciadas ou solteiras independentes. Mas por razões de incompatibilidade de horários com as instituições educativas, estas famílias carecem de ajuda dos avós até aos 3 anos a tempo inteiro e a partir dos 3 anos vão para a pré-escola ou jardim-de-infância. No que diz respeito à conciliação entre a família e o trabalho, o apoio é regular e flexível dos avós permite à mãe sozinha resolver problemas, garantir a saída a horas da criança da instituição e cumprir compromissos profissionais.

Quanto ao Modelo “casulo familiar” – caracteriza-se pelo forte e regular apoio dos familiares mais próximos, na prestação de cuidados às crianças. Diz respeito a mães solteiras dependentes e que continuam a viver na casa dos seus pais. Neste modelo a conciliação entre o cuidar das crianças e o trabalho é gerida em função do padrão de dupla maternidade. Depende da disponibilidade e da conjugação de esforços de duas pessoas, a mãe e a avó com a participação de outros familiares que fazem parte do agregado doméstico.

Relativamente ao Modelo ajustamento de horários os pais utilizam equipamentos

colectivos que representa a principal solução de prestação de cuidados às crianças. Este modelo obriga a um moldar permanente entre os horários de cada um e uma autonomização mais rápida da criança em idade escolar (entre os 8 e 11 anos). Neste modelo o ex-cônjuge e os familiares mais próximos participam na prestação regular de cuidados durante a semana. Este modelo abrange mães separadas ou divorciadas que vivem sozinhas com os filhos, sendo independentes da sua família. A questão de autonomia da criança coloca-se desde cedo nestas famílias em que os cuidados à criança dependem de um dos seus progenitores e de apoio da instituição. A gestão da autonomia da criança é outro factor de tensão, saber quando a criança pode ficar sozinha, etc.

O Modelo informal pago consiste em recorrer a serviços pagos de uma empregada doméstica, de uma vizinha ou de uma ama que recebe as crianças em casa. É uma solução que pode ser requisitada a tempo inteiro ou parcial. É uma solução flexível, tal como as soluções centradas nos avós e facilita a conciliação entre a família e o trabalho e dos equipamentos colectivos (no caso das crianças acima dos 3 anos). A ama tem horários compatíveis, sendo uma solução relativamente barata. Pelo contrário, a empregada doméstica a tempo inteiro é uma solução cara, apenas acessível às famílias monoparentais com rendimentos elevados. O apoio familiar é inexistente.

Finalmente referimos ao Modelo de guarda alternada - caracteriza-se pela partilha alternada entre o pai e a mãe. O poder paternal conjunto e por regime de guarda alternada. Neste modelo não sei se podemos falar em família monoparental ou família “bi-parental”. Este modelo não surge, na nossa população como uma situação típica, no entanto foi introduzida em 1995 (Decreto de Lei nº48/95 de 31 de Agosto: Altera o código civil, permitindo a opção pelos pais pelo exercício comum de poder monoparental).

O que importa realçar é que a adaptação entre família e trabalho faz-se mais pelo lado da vida familiar, incluindo a vida da criança, do que pelo lado do trabalho profissional.

Quando as mães estão empregadas, as soluções de guarda das crianças, são quase sempre exteriores à família. Até aos 2 anos são as creches e as amas, as soluções mais escolhidas para esta faixa etária. Verifica-se a este nível que a cobertura dos serviços públicos reduzida, em relação aos jardins-de-infância e centro de actividades tempos livres de IPSS's.

As amas são muito procuradas, isto devido a alguns factores: défice de oferta de serviços, é uma solução económica acessível e a proximidade das famílias. O tempo de

guarda das crianças, parece constituir um importante factor de escolha na medida em que a média, é superior aos horários praticados pelas creches públicas ou privadas.

O recurso a empregadas domésticas é outra modalidade de guarda de crianças, mas é uma solução complementar – depois do horário escolar ou do fecho dos serviços de acolhimento.

Em 1989 segundo uma sondagem nacional realizada pelo DEPP e MTS as situações de cuidados das crianças dos 3 aos 6 anos de idade distribuíam-se entre a casa dos pais 29%; a casa com os outros (amas e avós) 40%; em instituições 31%.

Num outro estudo ainda, realizado por Torres e Silva (1998) constatou-se que esta escolha varia com o rendimento das famílias, verificando-se que o recurso às avós é mais frequente, relativamente a crianças com idades entre os 3 meses e os 3 anos, nos sectores de rendimento mais baixos e intermédios. Quanto ao sector de rendimento mais elevado a mãe é a solução mais comum aos que se seguem as creches e amas.

Em qualquer dos casos, os jardins-de-infância são a opção largamente maioritária quando se trata de crianças entre os 3 e os 6 anos. No entanto, a reduzida oferta de equipamentos, os custos, o nível de rendimentos ou a posição da mulher perante a actividade económica, podem impor escolhas específicas que divergem da tendência geral.

#### **4.2-As respostas formais das instituições**

Em 1981, Correia afirmava “*Por tradição, a educação da primeira infância tem estado a cargo de todos e de ninguém em especial: das famílias, das instituições particulares de carácter assistencial, das escolas privadas lucrativas ou não, das amas, das avós e, não tão raro como possa pensar-se, do irmão mais velho e da rua*”. Em que medida nos distanciamos desta realidade no contexto actual?

Pode dizer-se que as instituições de atendimento à infância tinham como finalidade primordial a assistência, que era justificada pelas alterações sociais produzidas pela industrialização, com esta, as mulheres deixaram de prestar atenção exclusiva ao espaço doméstico para se ocuparem do laboral, por sua vez as famílias deixaram de ser o único núcleo protector das crianças (Pinto e Sarmento, 1997).

Na segunda metade do século XX, as transformações sociais, já mencionadas



anteriormente, e com novos conhecimentos das Ciências da Educação sobre os benefícios da frequência da educação pré-escolar, deixa de ter sentido a possibilidade de perspectivar, o atendimento à criança de uma forma dicotómica: assistencial ou educativa (Formosinho, 1997). Assim, às preocupações com o atendimento à criança juntam-se as preocupações com o atendimento às famílias, o que implica a criação de diferentes contextos organizacionais integrando à partida aquelas duas vertentes, no sentido de responder aos utentes-crianças e aos utentes-pais.

A expansão da educação da criança em creches e jardins-de-infância é recente em Portugal. Esta expansão está ligada a vários factores que caracterizam algumas mudanças verificadas nos últimos anos principalmente da Lei de Quadro da Educação Pré-escolar (Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro), definiu este nível de ensino como a primeira fase da educação básica, mas ao mesmo tempo como serviço social básico. A educação pré-escolar em Portugal é facultativa e a taxa de cobertura é a mais baixa da Europa comunitária (Carneiro, R. 2000 cit. in Estudos CNE, pp 87), existindo uma enorme disparidade entre a educação pré-escolar e o ensino básico do 1º ciclo. Havendo também uma grande diversidade sociopedagógica e sóciojurídica no atendimento à criança (Formosinho, 1995). A creche é o contexto formal de atendimento para crianças dos 0 aos 3 anos e é assegurada sobretudo por entidades privadas. Foi reconhecido o grau de licenciatura como habilitação mínima para o exercício da educação de infância (Lei 115/97, de Setembro), *“valorizando uma profissão decisiva para o futuro da população infantil e, em geral, para o tecido social”* (Estudos CNE, 2003).

Referindo o conceito de atendimento às crianças, pode dizer-se que basicamente os contextos e serviços que prestam cuidados de guarda, sociais e educativos às crianças têm as seguintes finalidades: guarda - providenciar custódia segura das crianças enquanto os pais estão ausentes, corresponde à actividade comumente designada por “tomar conta de crianças”; desenvolvimento – proporcionar actividades e experiências intencionalmente educativas que promovam o seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, afectivo, sociomoral; socialização – proporcionar experiências da interacção social e estimulações interpessoais fora do contexto de família nuclear de modo a garantir a inserção sociocultural das crianças nos valores e em normas sociais; apoio social – proporcionar às famílias carenciadas serviços socioeducativos que permitam o trabalho das mães fora de casa e a melhoria das suas condições sociais e das suas capacidades educativas

(Formosinho,1995).

#### **4.3-A imaginação de outras soluções entre actores – tarefa da Educação Social?**

Como temos vindo a observar a preocupação mais evidente na criação de serviços para as crianças tem sido a procura de soluções para o bem-estar geral da família, no pressuposto de que quanto maior for o seu equilíbrio maior será a estabilidade da sociedade. No entanto, a procura de respostas para a dificuldade de conciliação entre o trabalho e a família reclama no entanto que se garanta a possibilidade de acesso de todas as crianças a serviços de qualidade e em especial os serviços sócio-educativos.

Neste sentido achamos interessante fazer referência a alguns aspectos sublinhados no documento “*Guia de Boas Práticas para a Conciliação da Vida Familiar e Profissional*” datado de 2004, que poderiam ser explorados através de contextos participativos envolvendo as próprias empresas.

Este documento, divulgado pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, chama por exemplo, a atenção para as vantagens de respostas que fossem criadas pelas próprias empresas, no sentido de garantir a coincidência dos horários dos pais com o serviço de acolhimento dos filhos, o aumento do contacto pais-filhos e de evitar deslocações desnecessárias. Como é referido, embora estas medidas não fossem suficientes para superar os inconvenientes de ficarem confinadas à convivência com um grupo restrito de crianças, que poderá ser ou não da sua zona de residência, isto poderia evitar que os pais mudassem de empresa e as crianças de serviço de acolhimento.

Embora sejam nele apresentados projectos deste tipo que apresentaram bons resultados refere-se que este tipo de soluções não merece o consenso das empresas, apesar de haver acordo no que se refere (i) ao seu dever de participar na criação de respostas, especialmente nas zonas desfavorecidas, (ii) a exigência de que as soluções criadas devem responder às diversas necessidades deste tipo de empreendimento (incluindo garantias do estado de conservação das instalações) (iii) e que as actividades oferecidas às crianças sejam estimulantes e interessantes segundo a sua idade (iv) que se garanta a flexibilidade de horários mas também a acessibilidade nos preços, de forma a responder às necessidades

das famílias.

Achamos também interessante referir aqui o facto de nenhuma empresa do concelho em que desenvolvemos o nosso estudo estar certificada com a norma SA8000 que procura assegurar o desenvolvimento de um sistema de ética em matéria de responsabilização social no seio das empresas, segundo princípios estabelecidos pelas Convenções da Organização Internacional do Trabalho, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e pela Convenção das Nações Unidas para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.

Isto significa que estamos longe não só da efectiva responsabilização social das famílias, mas também acrescenta-se, da responsabilização das empresas, o que nos parece um campo propício para a educação social, num contexto que se afirma como uma comunidade educativa e social inclusiva.

Embora seja difícil definir o campo da educação social, por basear-se num conceito cuja formulação está claramente ligada ao contexto social, às formas políticas dominantes, à cultura existente, ao modelo económico, à realidade educativa e a tudo o que esteja em relação directa com um espaço e um tempo concreto, tentamos explorar alguns aspectos que nos permitem situar esta problemática social neste domínio de intervenção.

Um primeiro aspecto diz respeito ao Estado Providência como lugar de exercício de responsabilidade social pública. Embora a educação social venha sendo definida por alguns autores como acção contra a inadaptação social valoriza-se cada vez mais o seu contributo como meio de promoção da qualidade de vida de todos os cidadãos e como contributo para a sua formação política.

Pensamos que embora um projecto que procure atender ao problema da conciliação da vida familiar e laboral possa implicar a noção de “didáctica do social” enquanto ciência de intervenção face aos problemas sociais, esta pode ser investida como uma acção profissional isto é, como uma resposta qualificada que recorre aos recursos necessários e oportunos, para resolução de problemas ou/e necessidades de pessoas ou grupos em situação de risco.

Caride (2005) integra a educação social entre as várias práticas que valorizam o educativo na sociedade e o pedagógico na acção social. Na perspectiva do autor, a

educação social é uma prática que tem em vista, por um lado, a inserção e a participação activa das pessoas e dos colectivos sociais na comunidade e por outro, a criação de recursos e programas que permitam às populações enfrentar necessidades e problemas que condicionam a satisfação de necessidades e o exercício do pleno direito cívico.

#### **4.4-A conciliação trabalho-família como desafio político e social**

Históricamente as mulheres não estavam presentes na esfera pública nem na actividade económica, assim como no mundo da guerra e da política (Shorter, 1977 cit in Dias, 2007). Supunha que nas sociedades pré-industrializadas a mulher não tinha influência a nível económico, no entanto, *“a participação das mulheres na economia informal monetária foi sempre intensa, mas não era considerada ou reconhecida como trabalho normal e muito menos remunerável”* conforme afirmam Torres, A. et al (2005).

As mulheres sempre trabalharam, mas o seu reconhecimento deu-se no final do século XX com a sua autonomia económica com a entrada massiva no trabalho assalariado (Maruani, 2005 cit in Dias, 2007). Em 1945 as mulheres representavam 29% da força do trabalho (Giddens, 2004).

A participação feminina no mercado de trabalho é uma mudança que mais impacto provoca na organização da vida familiar nas últimas décadas. Em 2001 83% das mulheres entre os 25 e os 34 anos são activas, período em que ocorre a entrada na conjugalidade e maternidade. Nas idades dos 35 aos 44 anos a percentagem é de 80% (Wall e Guerreiro, 2005).

Esta evolução tem sido acompanhada por políticas públicas que procuram garantir a possibilidade de conciliação da vida familiar e laboral num contexto económico de grande complexidade. Entendemos por isso que antes de abordarmos alguns contributos teóricos que relacionam as condições do mercado de trabalho com a questão da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, seria importante considerar o modo como este problema é atendido no âmbito da política nacional e europeia.

A participação equilibrada das mulheres e dos homens na actividade profissional e na vida familiar é o objecto da Resolução (2000/C 218/02) na qual os Estados-Membros são encorajados a adoptar medidas que: (i) protejam os trabalhadores de ambos os sexos que exerçam direitos inerentes à paternidade, à maternidade ou à conciliação da vida

profissional e familiar, (ii) promover a participação equilibrada dos homens e das mulheres na actividade profissional e na vida familiar, condição básica para a igualdade de facto.

Em Dezembro do mesmo ano o Conselho decidiu estabelecer um programa de acção comunitária relativo à estratégia comunitária para a igualdade entre homens e mulheres para o período de 2001-2005 com objectivo “*melhorar o conhecimento e acompanhar a aplicação da legislação existente no âmbito da protecção social (licença parental, protecção à maternidade, tempo de trabalho, trabalho a tempo parcial e contratos a termo fixo)*”.

Ao consultarmos a legislação produzida constatamos que a União Europeia publicou directivas que protegem não só os direitos das mulheres à maternidade quanto os direitos dos pais relacionados com a paternidade. O argumento que justifica a tomada destas medidas políticas a nível comunitário é a necessidade de garantir a protecção legal dos trabalhadores homens e mulheres na partilha das responsabilidades familiares e profissionais

Na Directiva (92/85/CEE) são definidas um mínimo de requisitos que pretendem salvaguardar a saúde e segurança das trabalhadoras grávidas, parturientes recentes e que amamentem, e também garantir a concessão e pagamento da licença de maternidade de pelo menos 14 semanas consecutivas, salvaguardando o risco de despedimentos. No entanto, a Directiva (96/34/CE) institui a licença parental como um direito individual tanto de trabalhadores como de trabalhadoras, pelo nascimento ou adopção de um filho. Trata-se de uma licença que tem a duração de pelo menos 3 meses e que pode ser gozada até a criança perfazer a idade de 8 anos; durante este período os trabalhadores são autorizados a ausentar-se do trabalho por motivo de força maior, associado a razões familiares urgentes, estando previstos os casos de doença ou acidente que tornem indispensável a presença imediata do trabalhador.

A preocupação com a protecção dos direitos dos pais trabalhadores dos dois sexos está assim expressa na Directiva 2002/73/CE (a CE) “*reconhece aos trabalhadores do sexo masculino e feminino (dos Estados que reconheçam direitos à licença de paternidade e de adopção) o direito a serem protegidos durante o exercício desses direitos, bem como, finda a licença, a retomar o seu posto de trabalho ou um posto de trabalho equivalente em condições que lhes não sejam menos favoráveis e de beneficiar de quaisquer melhorias nas condições de trabalho a que teriam direito durante a sua ausência*”.

Quanto à questão da guarda das crianças vem explicitamente referida na Carta Social revista da Comunidade Europeia, onde se reconhece aos trabalhadores de ambos os sexos com responsabilidades familiares o direito à igualdade de oportunidades e de tratamento e a obrigação dos Estados não só a tomarem medidas apropriadas que permitam a estes trabalhadores permanecerem na vida activa, tendo em conta as suas necessidades no que respeita a condições de emprego e a segurança social, mas também a desenvolverem ou promoverem serviços públicos ou privados, em particular de guarda de crianças ou de outros tipos de guarda.

A preocupação com o cuidado das crianças está também explícita no texto da Recomendação do Conselho da Europa sobre acolhimento de crianças (92/241/CE) no qual se encoraja o desenvolvimento de medidas tais como: (i) a criação de serviços de acolhimento de crianças para pais trabalhadores ou em cursos de formação, (ii) a responsabilização e atenção dos locais de trabalho para as necessidades dos trabalhadores com filhos, (iii) o incentivo e apoio a uma maior participação dos homens na prestação de cuidados aos filhos, (iv) a introdução de modalidades facilitadoras da utilização das licenças parentais.

Visto que já existe, há alguns anos, legislação que garante a protecção dos direitos dos homens e das mulheres na prestação de cuidados aos seus filhos, nos perguntamos porque o problema da conciliação entre a vida laboral e a vida familiar continua a ser discutido a partir do reconhecimento da dupla jornada de trabalho das mulheres e resolvido através das instituições de guarda das crianças.

#### **4.5-A repartição do trabalho doméstico e mercantil entre homens e mulheres**

As possíveis semelhanças e diferenças na participação e no comportamento dos homens e das mulheres no processo de produção, na distribuição e circulação da riqueza é uma questão tratada no âmbito da economia do trabalho. Foi neste campo de conhecimento que o trabalho doméstico e a sua repartição começou a ser analisada por Gary Becker.

Segundo Gonzalez, (2002) foi a partir do seu artigo, publicado em 1965, que se começou a reconhecer: (i) *que a família era também um espaço de produção, que se assemelhava a uma pequena empresa, onde haveria lugar à tomada de decisões de*

*investimento, de escolha de tecnologias de produção, de quantidades de produção e de afectação de recursos, nomeadamente trabalho, à produção; (ii) que a afectação do tempo por parte dos indivíduos era uma escolha entre três aplicações possíveis do tempo – no trabalho mercantil, trabalho doméstico e lazer* (Becker, 1965. cit. Gonzalez, 2002).

A situação da participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho poderia assim ser interpretada como a expressão de uma decisão individual, que expressava a vontade de indivíduos confrontados com as restrições decorrentes das taxas de salário de mercado e da disponibilidade (ou não) de rendimentos não salariais. Tanto os indivíduos quanto as empresas reagiriam ao mercado e aos preços aí afixados, independentemente das condições familiares e da situação relativa dos vários indivíduos que compõem a família.

Esta perspectiva pode levar-nos a pensar que a maior afectação do tempo dos homens no trabalho mercantil e do tempo das mulheres no trabalho doméstico, que ainda se verifica nos dias de hoje, resulta de uma escolha racional dos indivíduos, por ser uma solução mais útil para as famílias, considerando que as mulheres seriam especializadas no trabalho doméstico e os homens no trabalho mercantil, por efeito da sua diferente preparação formal e informal para cada tipo de trabalho.

A autora considera que esta leitura que naturaliza a reprodução da divisão tradicional do trabalho mercantil e doméstico como escolha do casal, decorre de uma generalização, pelo modo como o trabalho doméstico é calculado, ou seja pela quantidade de bens e serviços domésticos adquiridos no mercado, de que o indivíduo prescinde quando dedica uma unidade de tempo ao trabalho doméstico. Decorre também de se acreditar que como a remuneração da mulher no trabalho mercantil é inferior o casal teria desvantagem se a mulher se ocupasse do trabalho mercantil comparativamente ao homem, cuja remuneração deste tipo de trabalho é maior.

Segundo este raciocínio, qualquer política de igualdade seria inútil porque esta situação se reproduziria pela decisão racional de que cada membro do casal, sem se ter em conta que esta discriminação faria com que as *competências para o trabalho mercantil do membro da família que se especializa na produção doméstica iriam depreciar-se, o que teria efeitos no salário que este indivíduo poderia auferir se desejasse aceder a esse mercado no futuro*, conforme contra argumenta Gustafsson, 1997; citada por González (2002).

#### **4.6-A inserção das mulheres num mercado de trabalho fragmentado**

A posição das mulheres face ao mercado do trabalho remunerado é entendida de forma bem diferente quando se considera que são as próprias empresas que moldam o mercado de trabalho, pelo tipo de empregos que criam, pelo nível de salários e pelas regras de mobilidade de mão-de-obra que implementam.

São as regras internas de contratação, de promoção e de remuneração pelos empregadores que definem as cadeias de mobilidade de profissional no interior da empresa levando a que os trabalhadores com práticas de gestão de mão-de-obra tenham um emprego estável, bem remunerado e perspectivas de boa progressão de carreira profissional, enquanto haveria outros a quem caberiam os "maus empregos" e a quem se atribui a tendência a serem desmotivados, absentistas, etc.

Neste contexto de fragmentação do mercado de trabalho, as mulheres enfrentam dificuldades em entrar no primeiro segmento de trabalhadores e tendem a ser inseridas no segundo, por constituem um grupo menos atractivo para as empresas devido a razões associadas à interrupção de actividade por causa da maternidade, da assistência familiar e do seu maior envolvimento nas tarefas domésticas. Nestas circunstâncias acabam por desenvolver as características de trabalhadores desde sector (cf González, 2002).

Segundo Guerreiro e Pereira (2006) a posição das mulheres no mercado de trabalho é sujeita a várias formas de segregação. Se o trabalho profissional feminino adquiriu significado na sociedade, o seu estatuto social continua, em geral a não estar em igualdade com o do trabalho profissional masculino. As ocupações profissionais onde as mulheres têm maior predominância concentram-se em profissões que são vistas como prolongamento de actividades de cuidado, que ao longo dos tempos foram desempenhadas na esfera doméstica e cujos saberes foram informalmente incorporados e transmitidos de geração em geração, sem mediação da aprendizagem formal. Isto justifica que estas ocupações sejam mal remuneradas e socialmente pouco valorizadas. Da mesma forma, as mulheres inserem-se em sectores de actividade associadas a fragilidade económica (ex: administração pública ou empresas de dimensões reduzidas) que têm menos reconhecimento social e mais raramente preenchem os lugares de topo das hierarquias



profissionais. As mulheres centram-se na base hierárquica tendo muito mais dificuldade em ascender aos lugares cimeiros (cf. Guerreiro e Pereira, 2006).

Todas estas análises nos alertam para o facto dos homens e das mulheres não trabalharem em contextos “naturais” na medida em que ser reconhece que, ao contrário estes espaços resultam de processos complexos da construção social, que reflectem relações de género. Para Crompton (2006) a dicotomia entre espaço público e privado, o trabalho não pago e a sua associação quase exclusiva a um único sexo, e a noção de que a prestação de cuidados é um trabalho, são outras questões que reclamam que os papéis convencionais de género sejam desnaturalizados.

## **Capítulo III**

### **As Tomadas de Decisão Metodológica: entre a Investigação e a Intervenção**

#### **Introdução**

Neste momento do nosso trabalho procuraremos clarificar alguns elementos que nos situaram perante a necessidade de construirmos o nosso próprio campo de investigação, como espaço e tempo de interacção social com um conjunto de actores que pretendíamos constituir como um potencial investigador colectivo. A nossa intenção era criar um espaço de comunicação onde fosse possível fazer ouvir a voz dos pais como grupo social interessado na resolução de um problema que eles conheciam em primeira mão, no seu quotidiano repartido entre a vida laboral e a vida familiar.

#### **5- Situando-nos no terreno das práticas de investigação social**

Este trabalho enquadra-se no âmbito da investigação qualitativa enquanto processo que visa a compreensão da realidade, tendo como ponto de partida problemas reais e o questionamento da prática, através de um processo de investigação holístico, indutivo – ideográfico. O que interessa, à luz deste paradigma, é apreender a compreensão pessoal, os motivos, os valores e as circunstâncias subjacentes às acções humanas. O conhecimento da realidade social é construído a partir da compreensão do modo como as pessoas experimentam, interpretam e constroem os significados intersubjectivos da sua cultura para obter conhecimento da realidade social.

Relativamente ao modo de investigação Pérez Serrano (1994) Kemmis e McTaggart (1998) consideram que o que caracteriza esta prática de investigação é a descrição e a reconstrução de forma sistemática dos fenómenos sociais, e a intenção de entender a realidade social a partir do modo como as pessoas a percebem.

Lessard-Hébert (1994) aponta como técnicas adequadas à investigação qualitativa a entrevista orientada para temas específicos, o questionário escrito aberto ou fechado e a análise documental com uma função complementar na triangulação de dados obtidos através de uma ou duas outras técnicas.

## **6-A Investigação participativa como prática de construção de sujeitos colectivos**

A Investigação-Acção Participativa insere-se no grupo dos métodos qualitativos mas tem a especificidade de privilegiar a reflexão sobre a acção, como base da construção do conhecimento científico e da intervenção para a mudança social.

É desenvolvida através da acção dos sujeitos participantes do grupo, constituindo uma forma de questionamento reflexivo e colectivo de situações e práticas sociais, tendo em vista a compreensão dessas práticas e as situações nas quais aquelas práticas são desenvolvidas, tendo como objectivo melhorar a racionalidade e justiça das mesmas.

Desenvolve-se em espiral, com ciclos de planificação, acção, observação e reflexão. O que interessa neste caso é o aperfeiçoamento, mediante a mudança e a aprendizagem a partir das consequências das mudanças.

## **7-O diálogo enquanto método de produção de conhecimento**

Segundo Christensen e James (2005) as interacções verbais com os outros constituem um meio extremamente funcional de construir e alargar o conhecimento. Os Diálogos de Investigação são uma forma de tomar conhecimento sobre os conhecimentos-competências do outro, sobre a forma com vêm e aprendem as realidades e contextos sociais nos quais interagem e participam.

No entanto, para que os diálogos possam ser geradores de conhecimento são necessárias algumas condições específicas, entre as quais valorizamos o clima relacional e o contexto físico. Assim, segundo os autores referidos, os diálogos de investigação devem ser descontraídos, devem permitir a exploração de tópicos com pouca participação do investigador e deve haver cuidado na escolha dos espaços para sessões. Outra condição

necessária é que o investigador assuma o papel de observador participante, isto é, que observe, escute, reflita e dialogue à medida que as situações naturais decorrem da interacção social e em função das interpretações e percepções durante o trabalho de campo (cf. Christensen e James, 2005).

### **8-A discussão como meio de geração de dados: os Grupos de Discussão Focalizada**

Segundo Fonseca (2009) os Grupos de Discussão Focalizada são um método de gerar dados a partir da interacção e discussão de um grupo que se disponha a explorar diferentes perspectivas sobre um tema/assunto particular, num contexto de interactividade, no qual se pode captar a natureza comunicativa da acção social e dos significados sociais. Nesta técnica *explora-se a formação e negociação de compromissos no interior do grupo, e a forma como as pessoas definem, discutem e contestam questões-chave na interacção social, o que torna evidente o modo como os compromissos, opiniões e atitudes emergem no processo comunicativo. O que é produzido na interacção com os outros permite apreender o modo como as pessoas articulam e justificam as suas ideias na relação com outras, em detrimento do que é formado a nível individual.* Neste caso, a unidade de análise é o grupo e não os indivíduos, o que distingue os GDF de um conjunto de entrevistas realizadas a várias pessoas ao mesmo tempo.

### **9-Um Ponto de chegada**

No nosso trabalho procuramos adoptar o modelo dos grupos de discussão focalizada como meio de gerar dados, mas sobretudo como meio de garantir a participação dos pais na qualidade de sujeitos do processo de investigação e intervenção. Como veremos adiante a dificuldade de participação regular dos pais limitou a possibilidade de aproveitarmos todas as potencialidades deste método, enquanto forma de explorar as descobertas emergentes nos inquéritos, entrevistas e observações quando os resultados obtidos por estas técnicas são confusos (cf. Fonseca 2009).

Nas discussões que promovemos procuramos assegurar que os participantes tivessem uma relação com o tópico sobre o qual incidia a pesquisa e que estivessem informadas

sobre as nossas expectativas. Procuramos fixar tópicos dos temas para discussão e realizar uma série de sessões, num tempo máximo de duas horas. Houve também, a tentativa de agir como facilitadora da interação e da discussão, canalizar a discussão para o principal dos temas e gerir o espaço e do tempo para que os diferentes membros do grupo pudessem partilhar as suas visões e conhecimentos, nos seus próprios termos. Encorajamos as pessoas a falar com abertura e contrastar visões, dar voz e lidar com as vozes dominantes ou inapropriadas. Tal como em qualquer processo de investigação procuramos garantir o anonimato dos participantes e a confidencialidade dos dados.

## **Capítulo IV**

### **Construindo Espaço de Escuta e Emergência de um Sujeito Colectivo**

#### **10-O desenvolvimento do Projecto de Investigação-Acção Participativa**

Definimos como objectivo geral do nosso projecto o desenvolvimento de um contexto social facilitador da escuta, da expressão e da gestação de disposição para a mudança de pais, cujas dificuldades de conciliação da vida laboral e familiar eram atribuídas aos horários da instituição que não lhes garantia tempo suficiente de guarda dos filhos.

Pretendíamos implicar os pais num processo que promovesse o desenvolvimento das suas competências de cidadania activa através da criação de um novo contexto de interacção social que fosse vivido: (i) como momento de escuta e reconhecimento das opiniões e ideias de pais cuja vida laboral depende dos horários das instituições de “guarda” das crianças; (ii) como contexto propício à discussão e debate sobre a conciliação da vida familiar e laboral com sujeitos directamente implicados nesta situação-problema; (iii) como lugar de exploração de perspectivas de resolução de problemas; (iv) como oportunidade de exercício de poder e responsabilidade social na construção colectiva de soluções para problemas comuns.

Pretendíamos também, com a criação deste novo contexto de interacção social contribuir para: (i) potenciar a auto-estima e auto-confiança dos pais como principais responsáveis pelo bem-estar e educação das crianças, fora dos constrangimentos que os definem como “bons ou maus” pais ou mães; (ii) fomentar o fortalecimento de redes sociais informais baseadas em vivência de cooperação, do espírito de grupo e de processos de escuta; (iii) possibilitar e alargar as possibilidades de procura de ajuda informal; (iv) estimular processos conscientes de tomada de decisões por parte dos pais; (v) sensibilizar a instituição e as empresas para as necessidades emergentes das famílias.

Para concretizar o nosso projecto de Investigação-Acção Participativa, procuramo-

nos situar num contexto onde esta realidade constituía uma preocupação e onde havia abertura social e disposição interventiva, baseada numa filosofia de respeito pelas necessidades e direitos das crianças e das suas famílias. Foi neste contexto que fomos ao encontro dos problemas e dos sujeitos participantes no processo que iremos relatar.

### **10.1-A Bela Vista como lugar de (re)encontro com potenciais actores da mudança social**

Todas estas questões levantam uma problemática dentro de uma comunidade educativa específica, Bela Vista – Centro de Educação Integrada onde existe incompatibilidade horária do funcionamento da mesma com o horário laboral de algumas destas famílias. Este problema é sentido há alguns anos a esta parte verificando-se um número crescente de famílias de ano para ano, sendo transmitido anualmente em reuniões gerais de pais, onde é feito um pedido intervenção por parte desta direcção.

A Bela Vista – Centro de Educação Integrada é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sendo uma das 18 existentes na Rede Educativa do concelho de Águeda. O objectivo principal desta IPSS é “promover a integração de Crianças / Famílias / Grupos, que por qualquer situação deficitária de ordem física ou emocional se encontrem em risco de privação e/ou marginalização social”. Para atingir este objectivo, vem dinamizando a criação e diversificação de Redes de Apoio Social – formal e informal – das quais têm emergido novas estruturas sociais, facilitadoras da inclusão e da participação social não só das crianças com deficiência e/ou risco, como também dos seus pais, irmãos e de outros agentes significativos da sua comunidade.

A primeira estrutura criada foi o Jardim de Infância, em que 20% das vagas é destinada a crianças com qualquer tipo ou grau de deficiência. Seguiu-se o ATL e mais tarde a Creche e a Creche familiar, que além de integrar a mesma percentagem de crianças com problemas /disfunções de desenvolvimento já consolidadas, passaram a reservar 15% de vagas para crianças em alto risco biológico e envolvental.

Paralelamente à prestação destes serviços, orientados para a integração das crianças com problemas, a Bela Vista tem investido em diversas acções de âmbito sócio-

comunitário, que tem como ponto de partida o estabelecimento de relações de parceria com profissionais de diversos locais e como ponto de “chegada” a elaboração e implementação de projectos locais e integrados que respondem a problemas concretos tais como o abandono escolar, trabalho infantil, gravidez na adolescência, os abusos e maus tratos infantis, a inserção de minorias étnicas, a pobreza e a exclusão social analisados no contexto da família e como problema a resolver na comunidade.

Participa também na prestação de serviços integrados a partir de grupos e equipas intersectoriais como por exemplo, a Consulta de Desenvolvimento e a Equipa Multiprofissional cujo objectivo é o despiste, encaminhamento de crianças com problemas de ordem física, emocional ou psíquica, até aos 6 anos no primeiro caso e no segundo a reflexão das problemáticas de crianças e jovens, sinalizados e encaminhados por professores, médicos de família ou outros. Trabalha lado a lado com a Rede Social/Núcleo Executivo; Promoção de Saúde Mental \_ Centro de Saúde de Águeda e EB2,3, Conselho Municipal de Educação, Conselho Geral - Escola EB2,3, Rede Europeia Anti Pobreza – REAPN e colabora com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Águeda.

## **10.2-Ao encontro dos sujeitos: o contexto institucional como universo social e simbólico**

Actualmente a Bela Vista atende uma população Infantil de 220 crianças das quais, 30 têm necessidades específicas as restantes são divididas pelas valências da instituição como se pode verificar na figura nº 5. Atende também 100 Crianças e Adolescentes em situação de disfunção e risco social ou de perigo e/ou das suas famílias em projectos - formais e informais - de animação e intervenção comunitária que visam promover a sua integração Social.



Valência	Nº de crianças
Creche Familiar	28
Creche	38
Jardim de Infância	74
ATL	80
CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental	57

Figura 5 Número de crianças por Valência

Efectua atendimento social sendo este um espaço aberto de escuta, clarificação, encaminhamento e acompanhamento de situações apresentadas por pessoas de serviços e comunidade, normalmente em problemas sociais de crianças/jovens e suas famílias.

Foi num contexto institucional com estas características materiais e culturais e neste universo social que procuramos encontrar os sujeitos com quem desenvolvemos o nosso projecto a partir de Novembro de 2008. Depois de uma breve pesquisa bibliográfica e da consulta de documentos da instituição e de política social sobre a questão da conciliação da vida familiar e laboral obtivemos dados para contabilizar as condições de acessibilidade diária das famílias à instituição. Verificando que a maioria dos utentes a frequentar a instituição são do concelho, podendo-se justificar estes valores pelo facto das famílias procurarem os locais de guarda perto dos seus locais de trabalho e não levarem tanto em conta os locais de residência.

Local de residência	Por tipo de resposta				Totais
	Creche familiar	Creche	Jardim de Infância	ATL	
Águeda Cidade	9	24	26	27	86
Águeda Concelho	11	10	37	46	104
Fora do Concelho	8	4	5	7	24

Figura 6 Condições de acessibilidade diária à instituição

### 10.3-A criação do contexto de investigação

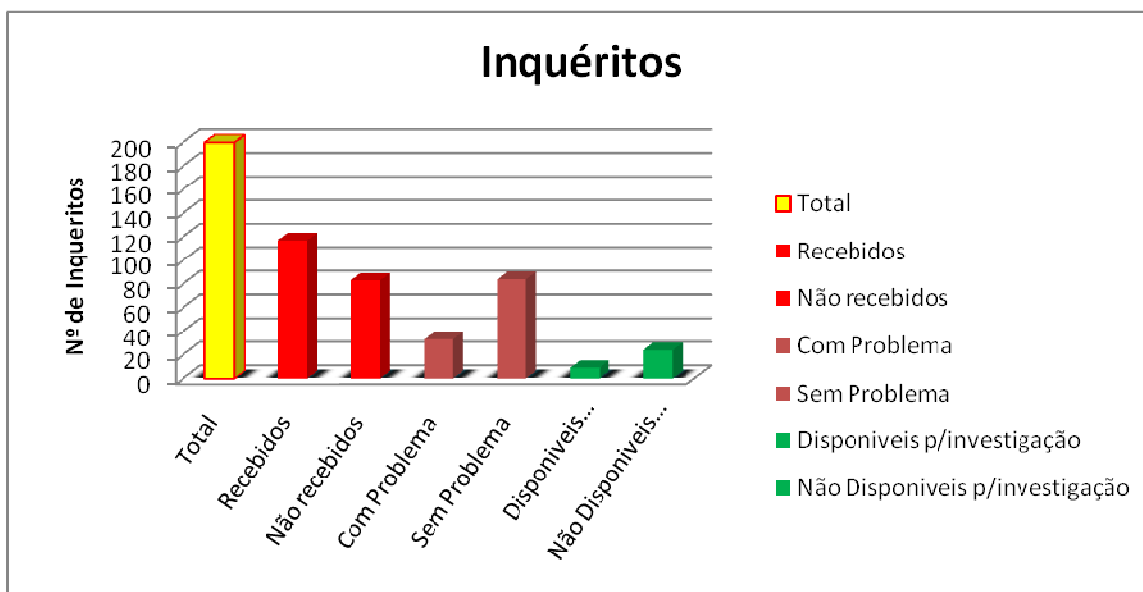
O primeiro passo dado para construirmos o espaço de investigação foi identificar os sujeitos envolvidos na problemática que o projecto queria atender: a dificuldade de conciliação da vida laboral e familiar.

Para seleccionar as famílias cujos horários laborais não correspondiam aos horários da instituição recorremos à técnica de inquérito por questionário fechado. Foram distribuídos 200 inquéritos (exemplo em anexo) aos pais enquanto utentes da instituição ou seja, um por família.

Com os inquéritos procuramos identificar: (i) pais cujos horários laborais eram incompatíveis ou seja não eram cobertos pela instituição; (ii) pais estudantes trabalhadores, cujo horário de estudo não coincidia com o horário da instituição; (iii) pais com um 2º emprego cujo horário não coincidia com o horário da instituição.

Dos 200 inquéritos entregues em Novembro de 2008 às 200 famílias foram devolvidos respondidos 117, até Dezembro.

A partir da análise destes inquéritos verificamos que o número de inquéritos não recebidos foi significativo (fig. 7) o que nos leva a pensar que muitas das famílias com o problema se situam nesta *barra* dos não recebidos pois não terão tido disponibilidade para responder aos inquéritos e foram adiando as suas respostas que o tempo acabou por absorver.



**Figura 7 Análise de Inquéritos**

Depois de observar os valores elevados dos inquéritos não recebidos, partimos para a consulta dos documentos da instituição a fim de percebermos a distribuição sócio-profissional das famílias (fig. 8), fazendo também referência aos escalões (fig. 9) para chegarmos ao conhecimento global desta comunidade educativa específica.

	Mãe	Pai
Empresários e Profissionais liberais	1	8
Comerciantes e funcionários	115	92
Operários especializados	51	56
Trabalhadores indiferenciados	2	12
Desempregados	29	15
Trabalho doméstico não remunerado	2	0

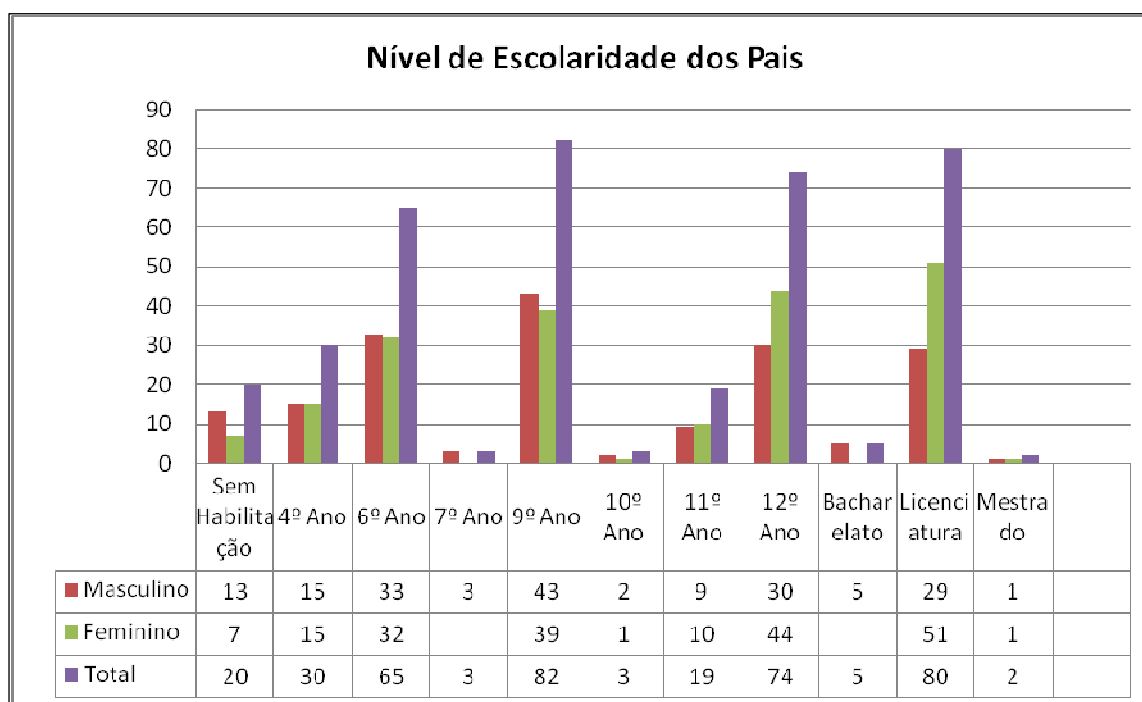
**Figura 8 Distribuição por grupos socio-profissionais da instituição**

Pela análise aos escalões, concluímos que o número de famílias por escalão não corresponde ao total de famílias a frequentar a instituição, pois não estão contemplados o número dos não pagantes. Outro ponto a salientar é que o escalão VI não é aplicado por opção da instituição, já que esta estabelece um máximo de mensalidade, excluindo-o.

	Escalão I	Escalão II	Escalão III	Escalão IV	Escalão V
	0 a 120,15€	120,16€ a 200,25€	200,26€ a 280,35	280,36€ a 400,50€	>400,51€
<b>Creche</b>	12	3	9	9	5
<b>Creche Familiar</b>	5	2	10	8	3
<b>ATL</b>	24	1	13	25	17
<b>Jardim Infância</b>	1	7	19	22	15
<b>Totais</b>	49	12	50	63	39

**Figura 9 Distribuição por escalões das famílias na instituição**

Através do número de famílias distribuídas por grupos sócio-profissionais, também se destaca que na instituição o número de mães ligadas à categoria do *comércio e funcionários*, ao *desemprego* e ao *trabalho doméstico não remunerado* é maior em comparação aos pais, situação que vem confirmar o que está dito na parte teórica deste trabalho e na parte do contexto económico e social de Águeda. Ligando ainda às profissões achamos que deveríamos de apresentar um estudo de homens e mulheres em gráfico das suas habilitações, das famílias dos utentes dentro da instituição, para justificarmos as afirmações de que tanto a nível do concelho como na instituição são as mulheres que tem maior índice de percentagem no ensino superior. Uma diferença a nível de concelho em relação aos valores da instituição, é que são os homens que apresentam maior número sem habilitações ao contrário das estatísticas do concelho.



**Figura 10 Nível de escolaridade de Pais e Mães da instituição**

Pela análise dos inquéritos recebidos foram identificadas 33 famílias que não tinham o tempo de guarda dos filhos assegurado pelo funcionamento normal da instituição. Feito o contacto individualizado com cada uma destas famílias, no qual foi prestada uma breve informação sobre a investigação e efectuado o convite para integrar um grupo que iria ser criado para reflectir, questionar e tentar solucionar situações que os preocupava.

## **11- A constituição de um grupo-base**

Dos contactos realizados contamos com a adesão de nove pais interessados a integrar-se no processo proposto como de investigação participativa. Os sujeitos participantes são dois homens e sete mulheres, com idades compreendidas entre os 30 e os 36 anos. Todos representam agregados familiares com um ou dois filhos/filhas – com idades entre os 2 anos e os 13 anos. Dois são divorciados e os restantes casados. Todos os elementos do grupo residem nas Freguesias e Centro de Águeda. Os seus postos de trabalhos são na

maioria sedeados em Águeda.

As habilitações literárias dos participantes variam desde 9ºano ao ensino superior. Variam também as suas profissões em termos de remuneração e de prestígio social, mas também de graus de poder e autonomia, como se pode observar no quadro abaixo.

Sujeitos	Idade	Sexo	Estado Civil	Nº Filhos	Nº pessoas Agregado Familiar	Habilitações	Profissão
Marta	34	F	Casada	1	3	12º Ano	Aux.Ac.Educativa
Bárbara	30	F	Casada	1	3	9º Ano	Aux.Ac.Educativa
Manuel	36	M	Casado	2	4	Licenciatura	Contabilista
Joana	31	F	Divorciada	2	3	12º Ano	Escriturária
Isabel	27	F	Casada	2	3	9º Ano	Caixa
Fátima	33	F	Casada	1	3	12º Ano	Trab./Estudante
Nuno	34	M	Casado	2	4	11º Ano	Informático
Sónia	30	F	Divorciada	1	6	Licenciatura	Fisioterapeuta
Isa	36	F	Casada	1	3	9º Ano	Escriturária

**Figura 11 Caracterização do grupo de sujeitos participantes**

De realçar também que dois membros que aceitaram participar no grupo e no processo de investigação participativa são trabalhadoras na instituição o que, acrescentou um outro ponto de vista interessante para esta discussão: o de pessoas que vivem o problema na sua dupla condição de mães-trabalhadoras e de trabalhadoras, cuja vida profissional é instabilizada com a flexibilização.

### 11.1-O processo de construção do(s) contexto(s) de interacção social

Como poderemos ver descrito com maior detalhe no quadro abaixo, o contexto de interacção social que pretendíamos criar foi sendo construído a partir de encontros com os pais realizados numa das salas da Instituição, Bela Vista. O número de participantes foi variável de sessão para sessão, tendo começado por 6 elementos além da investigadora, diminuiu em duas sessões para 4 e 2 elementos, tendo subido nos quatro encontros seguintes para 6 e 8 elementos. Além dos encontros, que sustentaram o interesse na discussão do problema e estimularam as interacções informais entre estes pais no interior de outras redes sociais, o grupo realizou (duas) entrevistas com representantes de instâncias de quem depende mais directamente a possibilidade de resolução do problema de incompatibilidade de horários de trabalho dos pais e da instituição.

Encontro	Pretexto e contexto de diálogo	Temas Emergentes
1º Encontro	Apresentação dos sujeitos do grupo e investigadora; Pedido de consentimento para utilização dos dados e para a gravação da sessão em áudio. Decisão sobre o lugar para as sessões.  Iniciação da conversa sobre o resultado dos inquéritos. Introdução do tema conciliação entre a vida laboral e a vida familiar, como apuramento da problemática do grupo.	Lei laboral; a incompatibilidade dos horários de instituições; falta de redes familiares; qualidade dos profissionais e das actividades; distâncias dos empregos à instituição.
2º Encontro	Introdução de novos elementos pelos participantes na primeira sessão. Repetição da abordagem de questões de consentimento e condições de realização das sessões: tempo e local. Retomada do tema da Conciliação com maior participação dos presentes.	Procura de solução – alargamento do horário da instituição; falta de rede familiar; qualidade das actividades; incompatibilidade de horários.
3º Encontro	Proposta de construção do "Rio da Vida" - registo momentos mais significativos das suas vidas nesse "Rio", podendo usar símbolos,	Exploração de temas e de incidentes vividos da trajectória biográfica que

	palavras, datas. As sessões mantêm-se no mesmo local por concordância dos sujeitos. <sup>4</sup>	influenciaram opiniões e decisões.
4º Encontro	Continuação do diálogo mediado pela discussão dos temas emergentes na construção do "Rio da Vida" .	Continuação.
5º Encontro	Continuação da conversa sobre temas do "Rio da Vida" dos sujeitos participantes e presentes.	Desemprego; importância da família através da construção dos “Rios” em casa; entrega de um texto "A importância de saber chegar a casa a horas" por um dos sujeitos participantes.
6º Encontro	O lugar das crianças no curso do "Rio da Vida" como mote para a discussão e reflexão sobre a problemática e procura de soluções para a conciliação trabalho/família.	Falta de redes familiares; responsabilização das empresas.
7º Encontro	Continuação da exploração de soluções.	Co-responsabilização das empresas.

## 11.2-Alargando a roda do diálogo e da busca de soluções

Como atrás referimos o diálogo e a discussão foram o modo de geração de dados que procuramos privilegiar na nossa investigação. Foi através da comunicação, na criação de um contexto facilitador da interação que procuramos escutar, fazer ouvir e reflectir um pequeno grupo de sujeitos que tinham em comum o interesse pelo tema da conciliação entre vida familiar e vida laboral. O processo foi tomando forma e direcção à medida que algumas questões chave, que lhes colocamos, iam sendo discutidas e contestadas enquanto opiniões que revelaram atitudes perante o modo como cada um articulava e justificava as suas ideias na relação com outras.

Foi durante este processo que procuramos compreender o que os pais sentiam e

---

4 Esta sessão não foi gravada porque o grupo pareceu pouco à vontade com o registo áudio.



sabiam sobre a dificuldade de conciliação da sua vida familiar com a profissional. Procuramos explorar com eles possíveis soluções a adoptar.

Estas soluções foram reflectidas em grupo, de forma a que todos pudessem expressar as suas opiniões e tomar posição perante as mesmas, alguns pais evidenciaram mais competências em abordar o tema num contexto da interacção; alguns quase espontaneamente puderam expor com clareza as suas ideias e intenções, manifestaram a sua forma própria de pensar, sentir e conceber possíveis soluções, outros participaram de forma mais passiva. A dada altura o envolvimento na interacção social, a troca e as reflexões sobre as ideias apresentadas fizeram surgir novas oportunidades e formas de comunicação, novos questionamentos e a possibilidade de negociação de posições face ao problema sentido por todos e o seu interesse em encontrar soluções. A participação passou a ser mais equilibrada à medida que cada sujeito individualmente ou o grupo como sujeito colectivo começou a comprometer-se, com uma possível tentativa de mudança que melhorasse as condições de guarda e de cuidado das crianças, durante os períodos de incompatibilidade dos horários da instituição e do emprego.

Foi neste clima que surgiram as propostas para um alargamento do diálogo do grupo a outros actores que pudessem participar e co-responsabilizar-se na busca de soluções. Foi este o contexto em que surgiu a proposta de escuta a um agente da Associação Industrial, enquanto representante máximo dos interesses das empresas concelhias e a apresentação de uma proposta de mudança de horários à direcção da Bela Vista.

<b>Contexto</b>	<b>Temas explorados:</b>
Reunião com directora da Bela Vista: Respostas da direcção da Bela Vista às sugestões do grupo.	Alargamento do horário da instituição.
Entrevista a representante da AIA e apresentação de um conjunto de propostas e acções para envolvência das empresas na política da responsabilização social das empresas.	A Responsabilidade Social das empresas.

Com os excertos abaixo pretendemos dar alguns indícios do clima de franqueza social e da disposição de participação que foi sendo gerado no interior do grupo ao longo dos encontros.

Na fase de exploração do problema dizia-nos o Nuno:

*“ há anos que tem vindo a expor este problema do alargamento do horário da instituição à directora ”*

A Joana partilhou assim o seu problema:

*“ as horas de entrada são sagradas (no emprego), somos chamadas à atenção ... muitas vezes tenho que ir buscar as minhas filhas à Bela Vista às 18:30h e leva-las para o meu emprego e continuar a trabalhar para concluir trabalhos... ”.*

Chegado ao momento de exploração de soluções, expunha o Manuel:

*“é preciso sensibilizar os empresários da indústria de Águeda, saber se os empresários se preocupam com a parte social/famílias e se recebem incentivos.”*

O Nuno tomava esta posição:

*“opto pela instituição com horários alargados, mas com actividades de interesse da criança, as crianças devem estar ocupadas (faz pausa e acrescenta) por exemplo, as actividades de futebol, ballet, piscina, etc. que nós pais pagamos por fora deveriam passar a ser a instituição a levar e a responsabilizar-se pelas crianças nesses períodos e nós cá estamos para suportar os custos”.*

Em momentos de exploração de novas possibilidades de acção avançava o Manuel:

*“ uma ideia maluca seria criar uma rede de avós (...) a instituição serviria de ponte, para a criança sair da instituição ir para a casa da avó (...) ”*

Naquele momento o grupo admitia a hipótese de envolver outros grupos de pais dentro da comunidade educativa como participantes potencialmente motivados a avançar na busca das soluções que foram “trabalhadas” tendo em vista a mobilização de outras entidades com responsabilidade e com poder de mudança.

### **11.3-O reconhecimento dos constrangimentos: como conhecimento necessário**

Dado que a nossa intenção era criar um contexto próximo da Investigação-Ação Participativa, todo o processo foi sendo orientado por um questionamento reflexivo e colectivo das situações sociais vivenciadas pelos e entre os sujeitos participantes. Esta disposição permitiu-nos apreender e aprender com os constrangimentos vividos pelo grupo, em vez de os evitar ou desvalorizar como parte significativa do processo de escuta sobre uma problemática que havia a intenção colectiva de minorar.

Entre estes constrangimentos valorizamos as condições de constituição do próprio grupo como sujeito participante num possível Grupo de Discussão Focalizada. Os pais que manifestaram alguma disponibilidade em participar não se assumiam como representantes de um colectivo, ou seja de uma “base social” formada.

No apuramento inicial dos questionários foram identificadas 33 famílias que viviam o problema da incompatibilidade de horário laboral com os horários da instituição, no entanto deste grupo apenas alguns sujeitos puderam participar, o que é importante fazer notar, foi na maioria dos casos justificado pela falta de tempo disponível. Esta diferença e desigualdade de condições de participação excluiu à partida alguns grupos.

Apesar dos sujeitos participantes serem utentes da instituição, não havia outra afinidade entre os nove sujeitos; os seus filhos não tinham a mesma idade, não pertenciam ao mesmo grupo na Instituição; não mantinham relações de vizinhança, de amizade ou de camaradagem a nível de trabalho, com excepção das duas auxiliares de acção educativa.

O grupo que aceitou participar era bastante heterogéneo do ponto de vista social. Nos primeiros encontros, as posições predefinidas pelo prestígio das profissões e habilitações de cada um e pelas próprias relações sociais de género, estabeleciam hierarquias

“invisíveis” no processo de comunicação e participação. A diversidade de profissões implicava também horários laborais diferentes, mais ou menos flexíveis o que implica a existência de recursos e soluções diferentes de conciliação entre a vida laboral e a vida familiar.

A assiduidade às sessões foi um outro constrangimento que obrigou a definição do contexto de interação que se previa como espaço de um grupo de discussão focalizada. As impossibilidades de participação em alguns encontros de um processo já em si “encurtado” pela demora de resposta aos inquéritos na fase inicial, constituiu um problema real em algumas sessões em que houve uma redução importante no número de sujeitos com quem pretendíamos criar uma dinâmica geradora de “dados” e de vivências do grupo.

Relativamente às presenças dos sujeitos, todos eles tiveram extrema importância no desenvolvimento da investigação havendo no entanto destacamentos uns pelo lado presencial outros pelo lado participativo como se pode constatar quer pelas análises anteriores quer pela figura 12.

Presenças dos sujeitos

Sujeitos	Sessão 1	Sessão 2	Sessão 3	Sessão 4	Sessão 5	Sessão 6	Sessão 7	Total/Sujeito
Marta	X		X	X	X	X	X	6
Bárbara	X		X	X	X	X	X	6
Manuel	X			X	X	X	X	5
Joana	X			X	X	X	X	5
Isabel		X		X	X	X	X	5
Fátima		X				X	X	3
Nuno		X				X	X	3
Sónia		X						1
Isa	X			X	X	X	X	5
Investigadora	X	X	X	X	X	X	X	7
Total/Ses	6	5	3	7	7	9	9	

Figura 12 Quadro de número de sessões e participações

Se houve casos de ausências pontuais como a da entrada de um dos participantes (Nuno) no final da sessão devido a natureza da sua actividade profissional, outros casos esta ausência foi determinante de um relativo desinvestimento no processo, como aconteceu com a Sónia que retomou os estudos e teve que enfrentar imprevistos no seu processo do divórcio.

Pouco a pouco afastamo-nos assim da possibilidade de aprofundamento do tema através do grupo de discussão focalizada como havia sido proposto inicialmente. Nesta circunstâncias o processo teve que ser reorientado para um modelo de intervenção mais próximos do que é designado como “terapia de meio” que M. Lenay (1996) define como *“tentativa de introduzir, no quadro dos pequenos grupos, um conjunto de actividades que se apoiam num clima relacional centrado em torno da escuta, do respeito pela pessoa (...) com o objectivo de criar as condições óptimas para mobilizar as aptidões do sujeito (...)”*. A nossa intenção orientou-se para a formação de uma identidade social assente em laços sociais a desenvolver em clima de grande informalidade. A possibilidade de uma acção comunicativa continuou a ser investida por nós e pelo próprio grupo com recurso ao lúdico e ao uso de técnicas participativas, entre as quais a actividade “Rio da Vida”.

Actividades como esta ajudaram-nos a resignificar o processo de interacção social, como contexto de mudança da disposição do grupo enquanto sujeito colectivo participante na imaginação de soluções a viabilizar pelo reforço de redes informais. Acreditávamos que a rememoração de problemas reais vivenciados na trajectória familiar poderia mobilizar e revitalizar memórias de recurso a redes sociais tradicionais e de formação de novas redes sociais-amizades, relações de vizinhança e amizade.

O próprio contexto de desenvolvimento desta actividade levou a que o grupo tomasse consciência das barreiras criadas pelo silêncio de alguns sujeitos do grupo. A questão da confiança pode ser abertamente levantada através da ênfase da comunicação em acontecimento da vida e em especial da vida quotidiana. Esta fase constituiu um momento de reflexão importante, sobre o lugar das soluções institucionais na vida de sujeitos que passaram a ser conhecidos e a dar-se a conhecer em primeira pessoa e como actores participantes na activação de redes sociais informais dentro e fora da comunidade

educativa.

Alguns depoimentos deram-nos os indícios desta mudança no contexto comunicativo, tentado através de técnicas participativas, que pretendem que os sujeitos se posicionem perante si mesmos e perante os outros como co-actores da vida pública e privada.

*“para estar a dizer tudo isto, é porque já vos considero(...) estamos juntos para nos ajudarmos, quem sabe se vamos conseguir...”* (Joana, 2009).

## **Capítulo V**

### **A Conciliação Entre a Vida Laboral e Familiar Como Texto e Contexto de uma Investigação Participativa**

#### **Introdução**

Neste último capítulo queremos retomar a discussão sobre a conciliação da vida laboral e familiar, a partir do conhecimento que produzimos com o contributo experiencial dos pais e da reacção ou resposta das instâncias, de quem os pais esperavam a viabilização das soluções para um problema que ultrapassa o domínio da vida privada.

Ao definir a dificuldade de articulação de papéis sociais como problema colectivo que merece ser debatido na esfera pública, estes homens e mulheres desafiaram-nos a olhar para (i) a incompatibilidade de horários da instituição com os horários destas famílias, (ii) a localização e as respectivas distâncias entre o emprego e a instituição, (iii) a falta de redes familiares, (iv) a heterogeneidade da estrutura e das condições de vida familiar associados à monoparentalidade e ao divórcio, (v) a mobilidade territorial e profissional das famílias, (vi) a mudança à lei laboral, (vii) a responsabilidade das entidades empresariais, (viii) a qualidade de serviços dados pelas instituições de forma mais complexa. Passaremos por isso a abordar pontos de vista emergentes nas conversas informais que tiveram lugar nos encontros, imaginados inicialmente como espaço de discussão focalizada, sobre o problema da conciliação trabalho família que foram sendo reconstruídos como lugar de revitalização do significado de redes sociais informais, como suporte de um sujeito colectivo capaz de reivindicação e co-responsabilização social.

#### **12- Do Problema vivido às soluções visadas por homens e mulheres**

Iniciamos a abordagem da problemática da conciliação entre a vida laboral e a vida

familiar a partir da posição defendida pela Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, (2004) que afirma que tanto homens como mulheres, sem discriminação, devem gozar do direito à actividade profissional e à vida familiar. Esta igualdade de acesso ao emprego e ao trabalho implica, no entanto a mudança da parte dos sujeitos ou seja, das suas disposições para a partilha de responsabilidades na prestação de cuidados aos filhos, quanto dos serviços de acolhimento das crianças, quanto das próprias empresas.

Desde a primeira sessão, ou encontro, os elementos do grupo, ainda em processo de formação, responderam activamente ao desafio de discutir esta problemática.

O reconhecimento de que o mundo do trabalho estava a sofrer alterações estruturais importantes que afectavam a articulação de papéis na esfera familiar e laboral, não mereceu muito mais do que a referência por um dos participantes dos novos riscos criados pela revisão do código de trabalho – Lei nº7/2009 de 12 de Fevereiro, designadamente com a alteração do artigo nº205 alínea 2 .

*“ (...) a lei laboral está a mudar (...) a semana laboral pode ter até 50 horas(...) (Manuel, 2009)*

Esta referência à mudança legislativa é feita para pôr em evidência a dimensão de um fenómeno estrutural que precisa ser projectado, analisado e resolvido à escala nacional e global.

*“as formações tiram tempo à família (... ) as redes familiares são cada vez menores e outras vão se perdendo pela distância. Existe outro facto, a migração (...) mais mobilidade.” (Manuel, 2009)*

Este ponto de vista não foi apropriado imediatamente pelo grupo como tema significativo, o que revela a tendência dos sujeitos de percepcionarem a realidade social como algo que por transcender a sua capacidade de acção, os pode desmobilizar para a busca necessária de soluções para problemas concretos no seu contexto imediato.

A não responsividade do grupo a esta perspectiva macro social foi no entanto superada, quando alguns membros do grupo decidiram expor as razões particulares que dificultava a conciliação das suas vidas laborais e familiares.

Desde este primeiro diálogo o foco da discussão recaiu fundamentalmente sobre a



incompatibilidade de horários das instituições de atendimento às crianças.

*“(...) a instituição tem horários muito rígidos (...) (Manuel, 2009)*

*“(...) as instituições deveriam de ter outros horários, esta é a minha opinião (Sónia, 2009).*

O horário das instituições de acolhimento é um dos aspectos visados pelas discussões políticas sobre este problema social, o que notamos foi que o absentismo laboral ou a irregularidade no cumprimento do horário de trabalho, decorrente da necessidade imprevista de prestação de cuidados às crianças foi apenas abordado pelas mulheres.

Um dos constrangimentos comuns aos sujeitos do grupo era a falta de redes familiar de apoio.

Quando nos centramos nas soluções encontradas verificamos que são sobretudo as mulheres que recorrem às redes sociais informais como recurso quotidiano.

*“(...) tenho que sair do trabalho mais cedo e o ir levar (filho) a casa ( à mãe ) para chegar a horas à formação, ou saio à hora no trabalho e chego atrasada à formação, a minha mãe não tem transporte” (Bárbara, 2009 )*

*“(...) não tenho família próxima, dentro de Águeda está em arredores, sem transporte próprio faço uma ginástica quando saio às 22h (...) venho ao meio dia buscar os meninos à Bela Vista para os levar à avó, pois se esses dias opto por os deixar lá de manhã eles choram, querem vir para a escolinha (...) nestes dias que os levo não almoço porque o tempo que gasto para os levar é o tempo do meu intervalo(...)” (Isabel, 2009)*

Depoimentos como os que acabamos de transcrever nos permitem inferir também que, este tipo de solução persiste apesar de haver legislação que garanta a possibilidade de repartição das responsabilidades de pais e mães, no ausentar-se do local de trabalho para prestação de cuidados aos filhos.

Embora num primeiro momento o clima de respeito mútuo e o ambiente de amizade e de alguma cumplicidade criada no grupo tivesse ocultado algumas diferenças de posição e de disposições de género, a revisitação crítica dos diálogos, permitiu-nos observar algumas diferenças entre homens e mulheres, que denotam efeitos de socialização e de desigualdades no contrato social de género.

*“Nós muitas vezes temos que completar um emprego com outro emprego, isto é, ter dois empregos para suportar as despesas.” (Manuel, 2009).*

*“ando sempre a correr; trabalho à hora do almoço noutra trabalho para fazer face às dificuldades financeiras(...)” (Joana, 2009).*

O modo como são resolvidos os problemas parece indiciar o mesmo:

*“(...) tenho que leva-las para o meu emprego e continuar a trabalhar para concluir trabalhos ou compensar o tempo que gastei de manhã por me atrasar ou porque foi ao médico com uma delas, (...)” (Joana, 2009)*

No entanto, nem todas as diferenças podem ser explicadas por disposições de género, mas sim por condições reais de inserção no mercado de trabalho. Embora a situação de desemprego tenha sido referida como problema que afecta homens e mulheres constatamos que o impacto desta condição é diferente, por remeter a mulher para o espaço doméstico onde o trabalho não “resolve” o problema da dependência social e financeira.

O que constatamos foi que esta condição que é vivida dramaticamente pelas mulheres, ainda pode ser agravada por factores de ordem emocional, que reflectem a hiper-responsabilização social das mulheres na garantia da subsistência quotidiana e do bem-estar familiar.

*“Com o meu desemprego ele tinha que trabalhar por dois, fazia horas extraordinárias, foi muita solidão (...)” (Marta, 2009)*

### **13-A família como espaço de mudança e fonte de suporte social**

A condição actual da família enquanto grupo social está em mudança num contexto económico e social que lhe exige um grande esforço de adaptação às novas realidades. Homens e mulheres têm que responder diariamente às múltiplas exigências de um mundo de trabalho instável e exigente, que requerem um grande empenhamento a nível profissional enquanto deixam de poder contar com as redes sociais tradicionais.

Um dos aspectos que ressaltou dos diálogos no grupo foi a urgência agravada de

soluções para as famílias monoparentais e para as famílias recompostas, que não contam com o apoio de redes sociais informais.

*“No meu caso tudo é mais complicado sou mãe sozinha, tenho duas filhas, (...) minha rede familiar é só a minha mãe que não vive em Águeda e trabalha.”* (Joana, 2009)

Nas mesmas circunstâncias estão as e os trabalhadores estudantes que estejam deslocados do seu espaço habitual de residência onde contam com o apoio de vizinhos, familiares e/ou amigos.

*“Eu trabalho (...), estou a fazer uma pós-graduação (...) é difícil deixar a Rita. Ela fica com a minha mãe e minha avó, ambas ainda trabalham por vezes já não têm paciência.”* (Sónia, 2009).

Para as famílias nestas circunstâncias a insuficiência de cobertura do horário extra laboral, tem graves repercussões.

Foi tendo em conta a especificidade das suas situações que o grupo perspectivou o alargamento dos horários, não só em termos do prolongamento de estadia da criança na instituição, mas também como possibilidade de flexibilização das respostas proporcionadas pela mesma.

Em alguns casos, esta flexibilização das condições de acolhimento e atendimento às crianças poderiam inclusive aumentar o tempo de contacto da criança com os pais, ou como outros elementos da família e da rede social informal, tecida por relações de vizinhança e de pertença comunitária.

*(...) por vezes posso ficar as manhãs com o meu filho em casa, leva-lo só à tarde e compensar desta forma a estadia da criança na instituição, mas ainda não há esta flexibilidade nas instituições (...)* (Fátima, 2009).

Na discussão sobre as propostas de resolução do problema da conciliação entre a vida familiar e laboral, o grupo valorizou também a questão da quantidade mas também da qualidade do tempo vivido pela criança na instituição.

*“ (...) tenho as crianças na Bela Vista, uma na creche e outra em jardim-de-infância...elas deveriam estar 5 a 6 horas diárias mas não é possível.”* (Manuel, 2009)

*“Se a instituição fizer alargamentos de horários, deve meter mais gente, porque as*

*que cá estão já fazem o seu horário (...) não deveriam andar sempre a mudar de pessoas, porque as crianças estranham(...)*” (Joana, 2009).

*“ (...) as crianças devem estar ocupadas com actividades do seu interesse (...),”*(Nuno, 2009)

*“Ainda acho que deveria de passar pelo alargamento de horário da instituição, mas volto ao peso e medida.”* (Fátima, 2009).

O contrato de pessoal com competências especializadas, que atendam às necessidades específicas das crianças e família, parece ter sido um dos aspectos mais consensuais entre os pais.

*“As actividades deveriam ser específicas só eles sabem como é, tem pessoal especializado, (...)”* ( Sónia , 2009).

Esta preocupação parece agravar-se quando as crianças têm algum tipo de necessidade especial.

*“(...) o meu outro filho deficiente – paralisia cerebral - necessita de estimulação constante, uma pessoa a tempo inteiro quando está na Bela Vista, isto deveria ser pensado, essa pessoa deveria ser um profissional habilitado e informado para o caso dele, nós ( a família) e a segurança social tínhamos que suportar os custos.”* (Nuno, 2009)

A falta de apoio de familiares foi um dos constrangimentos apontados pela maioria dos membros do grupo.

*“(...) com o nascimento da segunda filha (...) iniciaram os maus tratos físicos (...) deixei lá tudo o que era meu (...) hoje vivo uma luta constante (...) não tenho família de suporte (...) a minha mãe(...) também é trabalhadora e não está em Águeda(...)* (Joana 2009)

Apenas um dos elementos se mostrou satisfeita com a sua rede social informal.

*“(...) eu tenho uma grande rede de apoio (...) marido, avós, amigos (...)”*(Fátima, 2009)

Os avós surgem como recurso informal facilmente mobilizável em fins-de-semana, em férias, feriados e fins de dia.

*“(...) fica com minha mãe, a minha avó, ambas trabalham (...)”*(Sónia, 2009)

*“(...) pois esses dias opto por os deixar na avó (...) nesses dias que os levo não almoço porque o tempo que gasto para os levar à avó é o tempo do meu intervalo para almoço (...)”*( Isabel, 2009)

Pudemos constatar, no entanto que esta possibilidade de recurso aos avós uma solução precária devido ao facto de alguns avós encontrarem-se a viver fora de Águeda e de outros ainda exercerem actividade profissional.

#### **14- A procura de respostas no espaço público**

Um aspecto interessante que parece contrastar com esta tendência de concentração da responsabilidade sobre as mulheres, foi o facto de terem sido os homens a invocar a quota-parte da responsabilidade que é atribuível às empresas na resolução do problema da conciliação entre a vida familiar e a vida laboral; papel que hoje é qualificado como “cidadania empresarial”. Foram os homens do grupo que incentivaram a procura de soluções pela via de sensibilização e responsabilização social das empresas do concelho e da instituição.

Quando questionados sobre os processos que seria necessário desencadear para este efeito, foi evidente a sua vantagem na exploração de contexto e relações formais, para a resolução dos problemas.

*“porque não propor um projecto ou apresentar proposta á direcção da Bela Vista para um alargamento do horário da mesma ?(...)”* ( Nuno, 2009).

*“porque não pensarmos nas empresas da zona aqui de Águeda? Saber se os empresários têm pensado nesta problemática dos seus empregados, se têm noção que quando lhes pedem horas extras e lhes apresentam empregos por turnos o que isso pode implicar para as suas famílias (...). Saber também se a indústria de Águeda tem algum projecto pensado na vertente social; outra ideia que me está a surgir é a Bela Vista desenvolver um projecto em conjunto com a Associação Industrial de Águeda, no sentido de fazermos uma sensibilização os empresário para esta situação.”* ( Manuel, 2009)

*“ (...) porque não pensarmos nas empresas na zona ? (...) (Manuel, 2009)*

## **15-A repartição dos custos e responsabilidades na criação de respostas às necessidades**

Um dos aspectos a realçar da reflexão do grupo foi, a tomada de consciência de que não basta a expansão da rede de serviços de apoio às crianças para ajudar as famílias a atingirem mais equilíbrio no seu esforço de articulação das exigências inerentes à sua vida familiar e profissional. É necessário também, pensar a possibilidade de diversificação das respostas às crianças e as suas famílias, que torne mais possível manter as características do apoio prestado pela rede social informal no interior da rede social formal.

Foi no contexto desta reflexão que surgiu a “Casa da Avó”, como uma proposta de parceria entre a instituição Bela Vista, as famílias e outras estruturas locais. Sendo embora organizada como resposta de guarda ou acolhimento das crianças em horário extra, o espaço e equipamento deveriam ser mais próximo do ambiente doméstico proporcionando experiências vividas no contexto familiar.

A proposta da Casa da Avó foi uma das propostas/soluções apresentadas pelo grupo à Direcção da Bela Vista, acompanhando o pedido de alargamento do horário da instituição das 18h30min para as 19h30min.

Um aspecto que se considerou importante salvaguardar, ao longo deste processo foi o direito da criança a um atendimento de qualidade que a dignifique e promova o seu desenvolvimento e bem-estar.

Neste sentido, foi realçada a necessidade de compromisso entre a qualidade dos tempos, das actividades, dos profissionais e da organização das rotinas que asseguram o dia-a-dia das instituições. Foi também valorizado o investimento na formação e o encorajamento dos profissionais no sentido da criação de momentos de encontro e debates sobre as condições concretas e as transformações sociais que dão novas formas ao problema da articulação da vida familiar e laboral.

Pensamos que qualquer procura de respostas institucionais alternativas deve

salvaguardar a possibilidade de profissionalização dos agentes de quem depende a qualidade dos serviços a prestar. Serviços cuja concepção deve assentar cada vez mais no estudo e recontextualização das necessidades e aspirações de cada família, no curso da sua trajectória e nas circunstâncias que caracterizam o seu quotidiano.

Outra dimensão que foi realçada com este trabalho foi a importância da co-responsabilização dos empresários na criação de soluções facilitadoras da conciliação da vida familiar e da vida laboral.

Como refere um dos participantes seria importante saber

*“(...) se os empresários têm pensado nesta problemática dos seus empregados, se eles têm noção que quando lhes pedem horas extra(...)”* (Manuel, 2009).

Ao alargarmos o diálogo iniciado a Associação que representa os interesses dos empresários em Águeda, pudemos constatar a disparidade das preocupações e prioridades que orientam a sua relação com este problema.

*“(...) essas preocupações de respostas horárias são as instituições que tem que dar (...) os problemas de sobrevivência das empresas são muito sérios; a crise está instalada”* (Dra. Conceição).

Longe ficamos da possibilidade de invocar perante a Associação, o teor do documento designado como “recomendação de Oeiras (2004) onde se propõe como orientação de política social que a *organização do tempo de trabalho favoreça a compatibilização da actividade profissional com a vida familiar dos(as) trabalhadores(as), tendo em consideração as suas responsabilidades familiares*”.

A aspiração do grupo de sensibilização ao grupo empresarial foi desencorajada, efectivamente com a menção à situação de crise económica que tem afectado o tecido empresarial do concelho, e que é entendida como reflexo da crise económica estabelecida a nível nacional e global.

Como referiu a entrevistada, os empresários

*“Não estão a pensar em políticas de apoio para as famílias, se pagarem os salário a tempo estão a contribuir para o bem estar (...)”* (Dra. Conceição)

Esperamos que esta falta de receptividade dos empresários não venha a inibir este

processo de envolvimento progressivo dos pais e das instituições na apropriação e desenvolvimento *de medidas concretas que se adequem não só a emergência de novas necessidades próprias dos diferentes ciclos de vida familiar*, tal como propõe o mesmo documento, no qual se defende também que desta mudança depende a possibilidade de *formação da família, o desenvolvimento das suas competências e a sua estabilidade ao longo do tempo* (cf. recomendação de Oeiras, 2004).

## **Reflexão Final**

Com este trabalho tivemos como intenção de criar um grupo de sujeitos activos participantes, de forma a constituir um sujeito colectivo participante na criação de um novo espaço de comunicação aberto à discussão e interessado na reflexão e na resolução dos problemas sociais que os afectam na sua condição de pais e de trabalhadores.

Estes objectivos foram parcialmente atingidos através da reconstrução dos pretextos e contexto de escuta recíproca sobre dificuldades de conciliação entre a vida laboral e a vida familiar, como forma vivida nas suas trajectórias particulares e que, ao serem partilhadas, puderam ser reconhecidas como fonte de experiência e de afirmação de competência social na superação daquelas dificuldades.

Não podemos afirmar que houve mudanças nas condições e nas disposições sociais, individuais e colectivas que teriam capacitado o grupo a assumir uma posição de parceria efectiva com representantes da Direcção da Bela Vista ou da Associação Industrial; parceria que poderia viabilizar concretamente a redistribuição de preocupações, custos e responsabilidades na criação de soluções para problemas emergentes da instabilização e precarização quer dos vínculos laborais e contratos de trabalho, quer dos vínculos familiares e do contrato social de género, que garante a reprodução das desigualdades do acesso de homens e mulheres ao emprego e a inserção e mobilidade de ambos no mundo do trabalho.

Embora tivesse havido um conjunto de circunstâncias favoráveis à introdução deste tema na agenda da instituição com a participação deste grupo, a sensibilização das



entidades empregadoras, teve que ser abandonada devido à falta de tempo para o grupo reflectir sobre outras formas de concretização deste objectivo.

O projecto “casa da avó” ficou, no entanto, como um desafio não só de acção, mas também de reflexão sobre um conjunto de factores emergentes no diálogo entre elementos deste pequeno grupo que se dispôs a posicionar-se perante um problema social, a partir da apropriação pessoal do sentido de lutas vividas no curso da sua história de vida.

Resta-nos esperar que esta vivência possa contradizer o sentido tradicional da distribuição de papéis sociais entre homens e mulheres, em que cabe a um o papel instrumental de “ganha - pão” da família e ao outro o papel expressivo, da vivência dos afectos, tal como foi teorizado por Parsons (cit in Wall & Guerreiro, 2005). Esperamos tanto mais pelo facto de já haver documentos de orientação de política internacional que defendem a flexibilidade do horário de trabalho, como motivo da criação de novos modelos de emprego que possibilitem homens e mulheres equilibrarem a vida profissional com a vida familiar sem perda de qualidade de vida.

No Relatório da OCDE são apresentadas diversas sugestões de intervenção neste domínio, entre as quais realçamos a título de exemplo a alternância do tempo parcial com o tempo completo, a capitalização de horas, a alternância de tarefas, etc., reforçando o princípio de que nenhuma destas medidas possa implicar a perda de regalias na antiguidade do(a) trabalhador(a).

É urgente conceber as instituições bem como as empresas como uma comunidade de pessoas com vidas pessoais concretas cuja felicidade pode trazer benefícios à produção e à qualidade de vida de todos...em especial das Crianças.

No curso deste processo-projecto, pudemos constatar a competência social dos pais com que constituímos um novo sujeito colectivo, desejoso da mudança das condições sociais que constroem o desempenho e a articulação de responsabilidades laborais e familiares. No fim das primeiras sessões estava esgotada a discussão sobre a pertinência e urgência do tema, como problema comum cujas causas e soluções deveriam ser procuradas para além da vida privada e no espaço público ainda pouco explorado como lugar de acção, especialmente pelas mulheres.

Cada um dos constrangimentos pode ser perspectivado - através do diálogo, da

discussão e do recurso a técnicas participativas - fora ou para além do âmbito das próprias vivência e trajectórias pessoais e familiares. O sofrimento de quem, por motivos familiares tem que improvisar todos os dias soluções, de cuidado e educação dos seus filhos pode ser expresso, compreendido e tomado em conta na reformulação do problema e respectiva busca de soluções de conciliação entre a vida familiar e laboral.

O grupo de discussão pode então ser reconhecido como novo espaço social onde os pais, ou outros encarregados de educação podem exercer o seu direito de serem ouvidos nos seus próprios termos, sobre questões que lhes dizem respeito enquanto co-responsáveis pelo bem-estar e qualidade de vida dos seus filhos. Acreditamos que esta possa ser uma primeira etapa de um processo em que as próprias crianças venham a ser ouvidas e reconhecidas como parte interessada nos processos de negociação e de tomada de decisão que podem circunscrever ou enriquecer os seus mundos sociais e culturais.

Interrompido o processo dispomos agora de um conjunto de informações objectivas, de impressões e de opiniões diversificadas sobre cada assunto que foi debatido. Esperamos que um dos desenvolvimentos possíveis do contexto de interacção social criado seja a sua apropriação crítica e devidamente garantida por precauções éticas, como meios de sensibilização de outros grupos para um problema que afecta de forma diferenciada a vida de homens e mulheres trabalhadores e dos seus filhos.

Ficam os sonhos e a vontade de continuar, pois muito há a fazer neste terreno marcado por silêncios e ausências de tomadas de posição que possam vulnerabilizar a ordem estabelecida pela divisão dos papéis sociais do género em favor do modelo mais igualitário e simétrico de convivência e de partilha de responsabilidades sociais e parentais, que atenda ao facto de que os membros do casal estão efectivamente inseridos no mercado de trabalho contribuindo para o rendimento da família.

Pensamos também que a dinamização de contextos de diálogo e discussão sobre temas concretos e relevantes entre pais pode contribuir para a inserção e envolvimento de muitas famílias que não contam com apoio informal de ascendentes directos na região, ou que por outra ordem de razões não possam usufruir de um apoio mais sistemático aos filhos.

Terminamos este percurso com uma compreensão mais profunda da complexidade

dos problemas vividos por cada homem e mulher que se encontre na situação de ter que garantir a reprodução económica e a segurança social e emocional dos seus membros num contexto de grande pressão e de transformação do mundo laboral e das relações familiares.

Compreendemos melhor os constrangimentos enfrentados pelas instituições face ao pedido de alargamento dos horários, cabendo-lhe a responsabilidade de garantir a qualidade do tempo das crianças e estando elas dependentes de recursos distribuídos segundo orientações políticas que são definidas no quadro europeu e nacional e que, como tal, estão distantes da especificidade dos problemas e da realidade social local.

Tornamo-nos mais sensíveis a condição de invisibilidade e de falta de espaço de escuta das crianças enquanto grupo geracional que é mais reconhecido como portadores de necessidades de provisão de serviços do que como sujeitos com direitos próprios à cidadania social.

Resta esperar que a apresentação e a reflexão alargada sobre o conjunto de problemas que analisamos no diálogo com este grupo e neste curto espaço de tempo, possa ter continuidade no interior da instituição e na interação entre esta e outras instituições concelhias e associações empresariais, de forma a mobilizar vontades e concretizar desejos de mudança das condições que adiam continuamente o exercício do direito à felicidade pelos adultos e pelas crianças.

## Bibliografia

Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Investigação Um Guia prático e crítico*. Lisboa: Asa.

Câmara Municipal de Águeda. (s.d.). *Câmara Municipal de Águeda*. Obtido em 20 de Novembro de 2008, de [http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaID=27780](http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaID=27780)

Câmara Municipal de Águeda. (2008). *Carta Educativa de Águeda*. Obtido em 30 de 10 de 2009, de [http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=32566](http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=32566)

Capul, M., & Lemay, M. (1996). *Da Educação à Intervenção Social*. Porto: Porto Editora.

Caride, J. A. (2005). *Las Fronteras de la Pedagogia*. Barcelona: Gedisa.

Christensen, P., & James, A. (2005). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.

Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres. (2004). *Recomendação de Oeiras - para a promoção da conciliação entre a vida familiar e pessoal e a actividade profissional*. Lisboa: CIDM.

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. (2001) *Guia de boas práticas para a conciliação da vida familiar e profissional* Lisboa:DEPP

Conselho Nacional de Educação. (2003). *A Educação de Infância em Portugal: Situação e Contextos numa Perspectiva de promoção e Equidade e Combate à Exclusão*. Lisboa: Concelho Nacional de Educação, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Correia, I. (1981). *Educação Pré-Escolar, Sistema Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Dias, I. (2007). Família e Trabalho Feminino: o Género das Desigualdades. *Ex aequo* nº15, 149-166.

Fernandes, N. (2005). *Infância e direitos: participação das crianças nos contextos da vida: representações, práticas e poderes*. Obtido em 29 de Janeiro de 2008, de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6978>

- Fernandes, N., & Tomás, C. (2004). Da Emergência da Participação à Necessidade de Consolidação da Infância... os Intrincados Trilhos da Participação e do Protagonismo Social e Político da Infância. In M. J. Sarmento, & A. B. Cerisara, *Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp. 35-162). Porto: Edições Asa.
- Fonseca, L. (2009) "Grupos de Discussão Focalizada" ; apresentação no seminário do mestrado.
- Formosinho, J. (1995). A Educação Pré-Escolar em Portugal. *Revista Perspectivar Educação* N°2 .
- Formosinho, J. (1997). O Contexto Organizacional da Expressão da Educação Pré-Escolar. *Revista Inovação*.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonzalez, M. d. (2002). Género e Economia Uma abordagem na perspectiva da economia do trabalho. *ex aequo* , 91-114.
- Guerreiro, M. d., & Pereira, I. (2006). *Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e Conciliação Trabalho-Família: Experiências do Prémio Igualdade é Qualidade*. Lisboa: CITE.
- Guerreiro, M. d., Lourenço, V., & Pereira, I. (2006). *Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar. Manual para as Empresas*. Lisboa: CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- INE. (Dezembro de 2002). Censos 2001: Resultados Definitivos.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). *Anuário Estatístico da Região Centro 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Kellerhals, J., Troutot, P.-Y., & Lazega, E. (1984). *Microsociologia da Família*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Lessard-Hébert, M., & Goyette, G. B. (1994). *Investigação Qualitativa Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ministério da Educação - Departamento da Educação Básica. (2000). *A educação Pré-Escolar e os Cuidados para a Primeira Infância em Portugal*. Ministério da Educação.

Ministério do Trabalho e Solidariedade Departamento de Estudos. (2002). *Portugal 1995-2000 Perspectivas de Evolução Social*. Oeiras: Celta Editora.

Mollo-Bouvier, S. (2007). *Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica*. Obtido em 10 de Abril de 2009, de Scielo: [www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci\\_arttext&pid=S010173302005000200005&Ing=pt&nr](http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci_arttext&pid=S010173302005000200005&Ing=pt&nr=m=iso&tlng=pt)

Musgrave, P. W. (1979). *Sociologia de Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian 3ª Edição.

Neto, C., & Marques, A. (2004). A Mudança de Competências Motoras na Criança Moderna: A Importância do Jogo de Actividade Física. In J. Barreiros, M. Godinho, & C. Neto, *Caminhos Cruzados*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

Pérez Serrano, G. (1994). *Investigacion Cualitativa. Retos interrogantes*. Madrid: La Muralla.

Petrus, A. (1997). *Pedagogia Social*. Barcelona: Ariel.

Pinto, M., & Sarmiento, M. (1997). *As Crianças - Contextos e Identidade*. Braga: Centro de Estudos da Criança.

Pitrou, A. (1978). *Vivre sans Famille. Les Solidarités Familiales dans le monde d'aujourd'hui*. Toulouse: Privat.

Sgalen, M. (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar.

Torres, A. C., & Silva, F. V. (1998). Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres. In Guerreiro Maria das Dores, *Trabalho, Família e Gerações*. Lisboa: CIES/ISCTE.

Torres, A., Silva, F. V., Monteiro, T., & Cabrita, M. (2005). *Homens e Mulheres Entre Família e Trabalho*. Lisboa: DGEEP.

Wall, K. (2003). *Famílias no Censo 2001 - Estruturas Domésticas em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Wall, K. (S/D) *Projecto Europeu New Kids of Families, New Kids of Social Care*. Lisboa: ICS/UNIDE.

Wall, K., José, J. S., & Correia, S. (2001). *Child Care Arrangements in Lone Parent Families - Portugal*. Lisboa: ICS (policopiado).

Wall, K., José, J., & Correia, S. V. (2001). *Mães Sós e Cuidados às Crianças*. Lisboa: ICS.

WALL, Karin e Maria das Dores Guerreiro (2005), “A divisão familiar do trabalho”, in Karin Wall (coord.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS

## **Anexos**



## **Anexo 1-Notas de Campo**

Propostas dos participantes como forma de resolução do problema nas sessões 1e2: Alargamento do horário da instituição; Actividades de qualidade; Transporte para outras actividades fora da instituição; Formação da “Casa da avó” não está fora de questão, mas com a Bela Vista como “casa mãe”;

### **Sessão nº3**

A Bárbara e a Marta durante a construção do “Rio da Vida” falaram, onde misturaram as palavras com sorrisos e lágrimas. Uma delas (a Marta) falou sobre uma morte que não resolveu e que a tinha fechada em si á muitos anos e por fim comentou, *“não sei como consegui falar agora”* e sorriu.

No papel/registo do “Rio da Vida” não estão as palavras e emoções vividas nesta sessão, também não gravei, o que acho que foi óptimo, porque não teríamos ido tão longe nas confidências. Estivemos juntos até às 21h e os “Rios da Vida” de nós as três não ficaram terminados. Vamos dar-lhe continuidade, até porque queremos os outros colegas por perto, a construir connosco e a fazerem o mesmo percurso.

### **Sessão 6º**

O jogo possibilita expressar um conhecimento sobre os nossos sentimentos e preocupações, é legítimo a problemática do projecto ser abordada pelos sujeitos, pois faz parte das suas preocupações. Sinto grande envolvimento por parte de alguns sujeitos do grupo fora das sessões, pois procuram informação extra para trazer contributos informativos para o espaço da sessão.

### **Sessão 7º**

Vamos utilizar a técnica de entrevista semi-estruturada como uma ferramenta de trabalho, para a recolha de dados para a nossa investigação. Porquê desta escolha? Porque o grupo tem um tema específico, a partir do qual necessita de algumas respostas para poder avançar, por isso, deve organizar a entrevista para o projecto de investigação com objectivos correspondentes às questões da mesma. Assim devo pensar que a entrevista tal como Afonso, 2005 *“... consiste numa interacção verbal entre o entrevistador e o*

*respondente em situação face a face ou por intermédio de telefone.”*

Portanto, como porta-voz do grupo, devo apoiar-me num guião, que fica ao meu critério leva-lo ou não, no entanto este *“guião deve ser construído a partir de questões pesquisa e eixo de análise do projecto de investigação”* (Afonso, 2005). Neste caso as questões focadas pelo grupo de trabalho são relacionadas com as empresas/famílias.

É necessário ficar a saber durante a entrevista se há registos de empresas em Águeda certificadas pela SA8000, ou por outras empresas certificadoras ao mesmo nível da Responsabilidade Social, pois este é um dado valioso para nós grupo termos uma perspectiva real da verdadeira cidadania empresarial.

## **Anexo 2-Guião da Entrevista.**

As empresas de Águeda têm políticas de apoio às famílias? Existem dados oficiais, por exemplo certificadas pela norma SA8000?

A AIA tem conhecimento de algumas empresas com projecto de ou para criação de serviços de guarda para os filhos dos seus trabalhadores?

Se a Dr.<sup>a</sup> acha que existe preocupação das entidades patronais em ajustar horários dos trabalhadores, por pensarem na conciliação da actividade laboral com a vida familiar?

O que pensa sobre fazermos acções de sensibilização sobre a responsabilização social das empresas aos empresários da AIA?

### Anexo 3-Inquérito por questionário fechado

Este inquérito destina-se a um trabalho de investigação na tese de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, da educadora Teresa Fernandes e vai centrar-se no tema “Conciliação do trabalho com a família”.

Responder a este inquérito não é obrigatório, mas para que este estudo se concretize necessito da vossa colaboração, assim, juntos poderemos contribuir para melhorarmos as actuais respostas sociais às famílias.

#### Inquérito

1- Em que período está inserido o seu horário de trabalho:

08:00h às 18:00h

17:00h às 22:00h

Turnos


Horário:

\_\_\_\_\_

Outros, quais?

\_\_\_\_\_

2- Estuda?

Sim

Não

Diurno

Nocturno

Fim-de-semana


3- Tem segundo emprego?

Sim

Não

Qual a carga horária?


\_\_\_\_\_

Nome

\_\_\_\_\_

Contacto

\_\_\_\_\_

## **Anexo 4-Sessão 1**

Dia: 04 de Fevereiro de 2009

Hora: 18:45H às 20:00H

Local: Sala de Creche da Bela Vista – Águeda

Grupo de Encontro: Manuel, Bárbara, Marta, Joana, Isa, Investigadora Teresa.



Iniciamos com as nossas apresentações dissemos os nossos nomes, Marta, Bárbara, Joana, Manuel.

Comecei por falar dos inquéritos que todos eles (presentes) responderam e que me levaram a partir do principio que eles tinham um problema ao final do dia com a incompatibilidade dos horários da instituição.

Ficamos a conversar sobre, se isto é de facto um problema, o nosso encontro foi para nos conhecermos e falarmos soltamente sobre este problema que pode ser uma angústia para nós. Partilhar angústias alivia-nos e ajuda-nos a avançar.

Manuel inicia por pedir alguns minutos dizendo *“que a instituição tem um horário muito rígido devido ao mundo do trabalho de hoje é complicado é que não tem horário certo para sair. No entanto, sabe que as crianças dele, que são duas na Bela Vista uma em creche e outra em jardim-de-infância, deveriam estar 5 a 6 horas diárias mas não é possível, pois o mundo do trabalho é um mundo cão. A lei laboral está a mudar, está previsto que a semana laboral pode ter até 50 horas, ainda que seja compensada na outra semana e o empregado não pode recusar. Nós muitas vezes temos que complementar um emprego com outro emprego, isto é, ter dois empregos para suportar as despesas. Temos que pensar nas mobilidades dos empregados dentro das empresas e a idade das reformas serem cada vez mais tarde o que quer dizer, que as redes familiares são cada vez menores e outras vão se perdendo pela distância. Existe outro facto, a migração e a emigração para procurar trabalho, o que faz sair as famílias, mais mobilidade.”*

Todo o grupo está em silêncio a ouvir, as cabeças abanam como sinal de confirmação/de acordo, ninguém interrompe é fantástico a forma como o Manuel fala calmamente e sem parar.

Contabilista trabalha fora de Águeda.

Só se ouve tossir e as duas crianças a brincar (filhas da Joana).

*“Os trajectos de casa-trabalho e trabalho-casa são cada vez maiores o que leva muito mais tempo, o que prejudica muitas vezes a entrada a horas nos trabalhos/empregos. Assim, as entregas nas instituições também são condicionadas, logo o vir buscar vai também ser condicionado devido a ter que compensar no emprego ao final do dia”.*

Neste momento a Joana opina *“pois as horas de entrada (nos empregos) são sagradas, somos chamadas à atenção constantemente. Muitas vezes tenho que vir buscar as minhas filhas à Bela Vista (uma no jardim-de-infância, outra no A.T.L.) às 18:30h e leva-las para o meu emprego e continuar a trabalhar para concluir trabalhos ou compensar o tempo que gastei de manhã por me atrasar ou porque fui ao médico com alguma delas, não tenho família por perto, não tenho ninguém, só tenho a Bela Vista, só numa urgência é que posso contar com a minha mãe, mas ela também é trabalhadora e não está em Águeda”.*

A conversa volta ao Manuel *“pois, quanto maior é a empresa menor é a tolerância, porque se forem dois ou três empregados aí até se tolera mais, mas no caso de grandes empresas,*

*de 200 ou mais, começam a dar problemas, vão para a rua (os empregados). São tudo realidades que se passam que eu quis trazer para partilhar; é premente que as instituições possam ter horários mais alargados, sabendo que do lado das instituições gerir esta situação não vai ser fácil, mas as mães trabalham nos hipermercados, estas mães necessitam das instituições abertas, até aos fins-de-semana, e mais, já existe a possibilidade dos hiperes estarem abertos 24h sobre 24h.”*

A Bárbara interrompe e diz “os pais também trabalham por turnos”...

O Manuel continua “pois o caso das cerâmicas que fazem 3 turnos, há cada vez mais pessoas a trabalharem por turnos; outro ponto é o facto de não se trabalhar perto da instituição, perto da escolinha já não existe, assim como o trabalhinho perto de casa, também já não existe. (voltamos à mobilidade das pessoas); Os trajectos trabalho-casa-instituição começam a ser cada vez mais longos e problemáticos...”

A Isa “claro levamos muito tempo a deixar a criança na instituição, temos que dar recados, fazer as despedidas depois os estacionamento, chegar ao emprego, tudo se torna mais complicado”.

O Manuel continua “as horas de ponta também contam”

Todo o grupo concorda dizendo claro, sim, sim, a hora de chegada ao emprego é que conta.

A Marta pega na palavra dizendo “voltando ainda às exigências dos empregos temos uma outra que nos leva a dar menos tempo, para não dizer “roubar” menos tempo à família que são as formações obrigatórias da nova lei do trabalho, que são pós-laborais, que muitas e a maior parte das vezes me faz contar com os meus sogros, pois o meu marido trabalha, faz horas extras e também tem que fazer formação, lei é para todos”.

A Bárbara “as formações têm-me dificultado a vida, o meu marido não tem horário fixo assa leitões e trabalha conforme o trabalho existe, há dias que não vai a casa, não dorme, eu deixo o meu filho na minha mãe, mas tenho que sair do trabalho um pouco mais cedo para o levar a casa para chegar a horas à formação, ou saiu à hora do trabalho ou mais tarde e chego atrasada à formação, a minha mãe não tem transporte”.

O Manuel “lá está a questão da mobilidade”!

A Isa “e mais a questão do transporte estar adequado à criança ou às crianças, os carros

*dos avós ou tios ou amigos têm condições para levar as crianças? Pois é outro problema.”*

Os participantes sorriram.

A Bárbara *“cada um de nós tem que ter um carro preparado para as crianças, para nos facilitar a vida todos os dias.”*

A Joana *“no meu caso tudo é mais complicado sou mãe sozinha (divorciada), tenho duas filhas, ando sempre a correr, trabalho à hora do almoço noutro trabalho para fazer face às dificuldades financeiras, como já disse a minha rede familiar é só a minha mãe que não vive em Águeda e trabalha.”*

A Marta *“isso é muito difícil, você é uma grande mulher eu tenho os meu sogros que me ajudam com a minha filha, porque o meu marido (como também já disse) nunca tem horário para sair, não me dá apoio, por vezes o meu sogro é hospitalizado porque é diabético e eu fico sem a ajuda deles, é muito difícil conciliar tudo, não sei como consegue dia após dia.”*

Faz-se silêncio durante algum tempo.

A Joana sorrindo diz *“isto pode resolver-se agora, não é? Se a instituição fizer alargamentos de horários, meter mais gente, porque as que cá estão já fazem o seu horário de trabalho, mas deveria de ser sempre as mesmas nos mesmos horários. Isto já é uma crítica, não deviriam andar sempre a mudar de pessoas, as crianças estranham muito hoje fecha uma, amanhã já é outra, nunca sabem com quem contar. Não se vê afectividade quando se troca constantemente de pessoas”.*

O Manuel *“a instituição tem que ter atenção que as crianças passam muito tempo cá e as pessoas da instituição são a nossa família.”*

A Joana *“o Inverno nisso é muito difícil, porque eles (crianças) ficam muito ansiosos, o anoitecer leva-os a pensar que devem de ir para casa.”*

O Manuel *“a rotatividade das pessoas (especialmente no Jardim-de-Infância para ser mais específico) leva-nos a ter menos confiança e talvez a transmitir isso aos nossos filhos, eles também manifestam uma vontade muito grande em ir cedo para casa, nota-se mais isso no Inverno, também concordo com o Joana, mas as pessoas tem que criar laços com as crianças, as mesmas pessoas devem transmitir aos pais confiança, gosto pelo que*



*fazem.”*

A Joana *“eu vou sempre triste.”*

O Manuel *“estas pessoas devem também ocupar as crianças não as deixar estar lá por estar, parece que estão à espera que o relógio rode, tudo se torna mais desesperante, eu só deixo os meus filhos na instituição o tempo que necessito, as actividades deviam de ser pensadas e os técnicos deveriam ser substituídos para estarem presentes, o que eu quero dizer, é que haveria de haver qualidade todo o dia e não só das 9h às 17h, percebem (horário das educadoras). As actividades devem ser para ocupar as crianças, as pessoas que estão não podem ser como os cães de guarda das portas, ninguém entra nem ninguém sai. Eu sei que não deve ser fácil, estamos a falar em horários esquisitos.”*

Investigadora Teresa *“poderíamos adiantar uma ideia para esta situação, o que acham?”*

O Manuel *“ideia maluca criar uma rede de avós como a Bela Vista tem as amas, a Bela Vista leva os meninos lá...”*

A Marta *“boa ideia...”*

O Manuel *“eu cheguei à cidade não conheço ninguém, só trabalho, durante 1 ou 2 anos não vou ter tempo para me relacionar com ninguém e se me lixarem no trabalho, é que não vou mesmo ligar-me a ninguém, fecho-me no casulo, vou só trabalhar, a instituição vai servir de ponte para a criança sair da instituição ir para a” casa da avó” para eu que até tenho que ter um segundo emprego poder trabalhar.”*

Investigadora Teresa *“aí pode entrar a Segurança Social?”*

O Manuel *“pois pode, porque não? seria bom, senão os pais vão ter que pagar, o importante é criar uma rede de apoio.”*

A Isa *“as crianças saíem da instituição vão para uma casa familiar onde vão receber os cuidados normais, de família até chegarem os pais, é uma ideia muito boa.”*

O Manuel *“só usufruí quem necessita e as crianças que vão hoje não têm que ir necessariamente para lá amanhã. Esta casa pode ser de avós, avós verdadeiros rotativamente tendo sempre a instituição por base.”*

Interrupção do encontro pelo Nuno que não pode vir à hora combinada, mas vem no outro grupo de encontro, não quis ficar.

Investigadora Teresa *“falemos de mobilização das pessoas, de ser difícil procurar as instituições perto de casa, assim como das habitações próprias perto dos empregos e se as empresas pensassem nas instituições dentro delas próprias ou em parceria com elas próprias.”*

A Isa *“apresenta uma certa resistência à ideia, dizendo que poderia ser uma porta aberta à exploração do trabalhador.”*

O Manuel *“mas aí há legislação, regulamentos para que tudo funcione à maneira. Há empresas que têm, em Águeda não conheço, penso que só grandes empresas é que têm, e que implica mais de 50 trabalhadores. Sei que existem financiamentos, os patrões ganham mas não sabem que ganham (com esta questão existe algum burburinho dentro do grupo de participantes), as mentalidades não estão preparadas para isto, pois são mais secções para gerir dentro de uma empresa. Poderia haver uma associação de empresas para esta oferta”.*

Investigadora Teresa *“um órgão gestor?”*

O Manuel *“isso, eles tinham que financiar, eu estou próximo deles devido à minha profissão e sei que criar uma instituição de raiz numa empresa implica muitas dores de cabeça e com esta crise ninguém pensa nisso. A nossa zona industrial não é bem definida, não existe uma política nesta zona que aproxime os empresários. Se pensarmos na 3ª idade é o mesmo problema, começa-se a sentir a mesma dificuldade onde pedirmos ajuda para os nossos parentes mais velhos, devemos é pensar que estas duas gerações podem ganhar se estivessem próximos. A nossa população está a envelhecer. Uma instituição criada de raiz poderia ter estes dois pensamentos, tinha que ter alguém a liderar o projecto e propor às empresas o associativismo, juntamente envolver a segurança social. Uma empresa por si só não arranca com um projecto destes, mas com uma instituição por trás, talvez, quem sabe.”*

Investigadora Teresa *“a Bela Vista vai construir a sua nova instituição na zona industrial, para quem trabalha nessas empresas vão ganhar tempo, outros vão perder, mas há sempre quem perca e quem ganhe, mas possivelmente vai receber mais clientes pela sua localização, mas quem gosta procura. Bem o tempo já é longo se quiserem terminamos este encontro? Quero-vos cá mais vezes, vamos combinar mais encontros?”*

Todos manifestam que ao fim-de-semana não, o melhor é fim de tarde, sempre que eu marcar eles dizem se podem ou não, marcações a longo prazo pode ser complicado para todos. Despedimo-nos, beijinhos e muito obrigado a todos.

## Anexo 5-Sessão 2

Dia 10 de Fevereiro de 2009

Hora: 19:15h às 21:00

Local: sala Bela Vista

Participantes: Nuno, Isabel, Sónia, Fátima e Investigadora Teresa.



Iniciei por falar sobre os inquéritos que já preencheram e que se destacaram pelos horários que a instituição não abrange a carga em termos de resposta às suas necessidades familiares, já que os seus horários laborais vão além das praticadas pela instituição.

A Fátima pega a palavra e diz que a solução para esta grande e séria problemática *“é o alargamento dos horários na instituição, mas tudo com peso e medida, porque há pais que não podem depositar os filhos, tem que haver regulamentos. Eu tenho uma grande rede de apoio, pois trabalho e estudo (ensino superior), o meu filho ou fica nos avós, ou com amigos, o meu marido trabalha por turnos. Primeiro gerimos por nós os dois depois é que recorremos aos amigos e avós”*.

Investigadora Teresa *“então e a proposta uma casa da avó?”*

A Fátima “ainda acho que deveria de passar pelo alargamento de horário da instituição mas é uma ideia, mas volto ao peso e medida”.

O Nuno “opto pela instituição com horários alargados, mas com actividades de interesse da criança, as crianças devem estar ocupadas (pausa), (acrescenta) as actividades por exemplo: futebol, andebol, piscina, ballet, etc. que nós pais pagamos por fora deviriam passar a ser a instituição a levar e a responsabilizar-se pelas crianças nesses períodos e nós cá estamos para suportar os custos” (pausa)

Outros participantes ouvem atentamente.

Volta ao Nuno “o meu outro filho é deficiente (paralisia cerebral) necessita de estimulação constante, uma pessoa a tempo inteiro quando está na Bela Vista, isto deveria ser pensado, essa pessoa deveria ser um profissional habilitado e informado para o caso dele, nós, a família e a segurança social tinham que suportar os custos. Acho que temos que fazer algo, gosto destes encontros estou pronto para trabalhar é só pedir !!!

A Isabel “desculpem cheguei agora, já começaram!”

Investigadora Teresa “está tudo bem, vem a tempo é para falarmos sobre como gerimos os nossos horários laborais com os horários da instituição, como conciliamos estas duas realidades vida profissional e vida familiar. Ainda mais com uma mãe que trabalha num hipermercado, não é Isabel?

A Isabel “a minha dificuldade é semanal, é quando mudo de turno, o meu marido é vendedor, geralmente está fora, não dá suporte à família, não tenho família próxima, dentro de Águeda está em arredores, sem transporte próprio (pausa) faço uma ginástica quando saíu às 22h venho ao meio dia buscar os meninos (uma criança de Jardim-de-infância e uma bebé de creche) à Bela Vista para os levar à avó, pois se esses dias opto por os deixar na avó eles choram, querem vir para a “escolinha”, nestes dias que os levo não almoço porque o tempo que gasto para os levar à avó é o tempo do meu intervalo para almoço, uff!!! é tudo muito difícil.”

Sónia “eu trabalho na clínica familiar, não tenho horário, estou a fazer uma pós-graduação à noite às sextas-feiras e sábados todo o dia é difícil deixar a minha filha (20 meses). Ela fica com a minha mãe e a minha avó, ambas ainda trabalham, por vezes já não têm paciência. A Rita não reage muito bem (por vezes) quer brincar, acho que

*necessita de actividades mais adequadas; as instituições deveriam de ter outros horários, esta é a minha opinião. As actividades deveriam ser específicas só eles sabem como é, tem pessoal especializado, é lá que estão as pessoas que estão só para as crianças a fazerem um trabalho só para elas. Acho que devemos continuar a ver qual a possibilidade do alargamento de horário e a possibilidade de outros tipos de horário, porque quando se fala em alargamento de horário pensa-se logo em deixar mais tempo, não é isso que se pretende, é poder ter mais possibilidades de manobra nos horários, porque os filhos são nossos.”*

O Nuno *“o tempo vai adiantado necessitava de sair.”*

Investigadora Teresa *“talvez seja melhor parar?”*

Participantes concordam

Investigadora Teresa *“OK, vamos terminar, vamos ficar a pensar em tudo isto, quando tivermos o próximo encontro continuamos, obrigado a todos.”*

Participantes *“é só avisar, não vamos marcar!!!”*

Nota:

No corredor a irmos embora a Isabel falou comigo, dizendo que já tentou colocar os meninos numa ama particular mas não sentiu segurança, portanto continua a fazer este sacrifício, mantendo a mesma rotina.

### **Anexo 6-Sessão 3**

Dia: 16 de Abril de 2009

Hora: 19h às 21h

Local: sala Bela Vista

Participantes: Bárbara, Marta e Investigadora Teresa.



Depois do cumprimento habitual, segue-se a proposta, do jogo. Hoje não vamos ter gravação, não vamos fazer um resumo dos dois encontros anteriores, vamos fazer um jogo do “Rio da Vida”. Vamos desenhar e pensar um pouco no passado.

Reflexão ou pensamento

O grupo está muito reduzido todos os participantes foram convidados mas só apareceram dois, esperamos quase 30 minutos e começamos.

Distribui papel e marcadores, pedi para que pensassem num “Rio” e escrevessem quais foram os momentos mais significativos das suas vidas, nesse “Rio” deveria ficar registado bons e maus momentos se possível com datas, desenhos, podem ser símbolos, exemplo: pedras – obstáculos, etc.

## Anexo 7-Sessão 4

Dia: 04 de Junho de 2009

Hora: 18h15m às 20h15m

Local: sala Bela Vista

Grupo de encontro: Manuel, Joana, Isabel, Marta, Bárbara, Isa e investigadora Teresa.



- Feed-back dos encontros anteriores.
- Início da construção do “Rio da Vida”.

Neste encontro não gravei e apoiei-me no jogo “Rio da Vida”, convidei os elementos que não estiveram presentes no encontro anterior (3º encontro) para iniciarem o seu “Rio da Vida”. Recordei de que a mãe Bárbara, Marta e eu já tínhamos iniciado, mas não tínhamos terminado. Conversamos em grupo um pouco sobre a importância de fazermos em grupo um pouco sobre a importância de fazermos este “Rio da Vida”.

Marta *“acho que serve para nos conhecermos melhor e nos tornarmos num grupo mais forte! Eu já contei algumas coisas que foram fáceis de falar como nunca tinham sido para mim até aqui, não percebo como consegui, parece-me fantástico, (sorria dizendo) acho que já vejo este grupo como terapia.”*



Manuel *“até porque nós necessitamos de nos sentir unidos como grupo de pais se queremos fazer a diferença...”*

Pergunto eu *“a diferença?”*

Manuel *“sim! Se queremos andar para a frente; oh Teresa eu quero que algo mude, nós não somos muitos mas somos alguns e alguns contam, temos que fazer com que haja alguma mudança no fim, os nossos encontros não ficam só pelo registo nos papéis. Desculpe mas estamos para a mudança nem que seja muito pequena, pelo menos queremos investir para ela.”*

Joana estava um pouco inquieta na sua cadeira.

Isa *“então como é que vamos fazer o “Rio da Vida”?*

Foi explicado pela mãe Bárbara a estratégia em que o objectivo é escrever utilizando também desenho (se quiserem) para dizer o que lhes aconteceu de bom e menos bom desde a formação da sua família aos dias de hoje e depois partilhar em grande grupo.

Iniciamos os trabalhos escritos e os comentários iam surgindo.

Havia algumas conversas cruzadas durante a concretização dos testes como não conseguíamos ouvir a todos como grupo sugeri que falasse um de cada vez, antes ou depois de fazer o registo.

Então a Isa sugeriu que quem quisesse partilhar já que o fizesse, pois a mãe Isabel estava com as memórias muito frescas.

A Isabel aceitou de imediato e começou por dizer que pouco escreveu mas depois continuava a registar. O seu corpo inclinou-se mais para a mesa como que se ajusta-se mais ao grupo e iniciou a sua partilha dizendo *“como sabem tenho o João e a Ana que vivem sempre comigo o mesmo não aconteceu comigo...”* os seus olhos encheram-se de lágrimas *“eu aos 3 anos fui entregue aos meus tios em Jafafê deixando pais e irmãos em Lisboa”.*

Foi falando, acompanhada da sua folha onde ia colocando datas no seu “Rio”. Mais além, fala sobre uma situação que a fez chorar com muito sentimento, a morte do seu pai, regista no “Rio da Vida” *“morte do meu pai e da minha avó...”* mas sem registar diz *“o meu pai morreu de morte súbita no dia ..., ele era trabalhador na construção civil, o seu sonho era ser encarregado de uma obra e no dia em que o patrão o responsabilizou por uma*

*construção e ele ia concretizar o seu sonho morreu, teve uma morte cerebral 2 meses ...” a sua voz fica cada vez mais difícil de se ouvir, depois de algum silêncio finaliza dizendo “nesse ano engravidei da Ana o que foi uma alegria muito grande.”*

A Bárbara tomou de seguida a palavra não acrescentando quase nada ao que tinha registado no seu “Rio da Vida”, prendendo-se uma vez mais (como já foquei na reflexão do registo do encontro nº3) à dificuldade que um desemprego implica numa família, mas ultrapassando este estado de imediato com a manifestação de alegria de mudança para viver na casa nova e a esperança de ser muito feliz lá com a sua família.

20h15m Pelo adiantado da hora ficamos por aqui, continuamos próxima 2ª feira às 18h45m se todos concordarem? E assim ficou combinado.

## Anexo 8-Sessão 5

Dia: 15 de Junho de 2009

Hora: 18h45m às 21h40m

Local: sala Bela Vista

Grupo de encontro: Manuel, Joana, Isabel, Marta, Bárbara, Isa e investigadora Teresa.



Iniciamos o encontro às 18h50m sensivelmente, todos tínhamos os materiais – “Rios Vida”, os marcadores, lápis e canetas sobre a mesa.

A mãe Marta perguntou ao grupo se podia iniciar.

O grupo respondeu que sim e à medida que ia preenchendo o seu “Rio” ia conversando, tendo comentado as suas emoções, um dado que não ficou registado no “Rio” que foi: aquando do nascimento da sua filha e com a sua situação de desemprego, ela sentiu um turbilhão de emoções e ansiedades que a marcaram para toda a vida, *“ser mãe é muito difícil, nós temos dúvidas, não sabemos gerir as emoções, chegamos a ter medos, mas eu tive que ser pai, pois o meu marido estava sempre fora. Com o meu desemprego ele tinha que trabalhar por dois, fazia horas extraordinárias, foi muita solidão e responsabilidade a dobrar, quando me lembro ainda me dá uma angústia”* (Marta acompanha estas palavras com movimentos de mãos pela barriga, apertando-a).

Continuava a registar e em 2004 refere a formação profissional e diz *“este foi um dos meus melhores anos da minha vida.”*

Finalizou o seu “Rio” em Março de 2009 quando refere que conseguiu fazer o 12º ano de escolaridade e deixa no ar a ideia que tem planos familiares.

O grupo especula sobre esses planos a Marta sobe um pouco o véu e diz *“ talvez mais um filho...”*

A festa fez-se...

O Manuel pega na palavra e apresenta orgulhosamente o seu “Rio da Vida” desenhado pelos seus filhos (S e M) e diz *“este trabalho foi feito em família, o registo está em computador. Desculpem, mas tenho que justificar aos meus filhos porque trabalho com vocês e chego tarde a casa”* (o pai sorri dizendo isto).

Inicia a partilha, refere a escolha do nome do filho com grande emoção nas palavras *“nós queríamos que fosse bíblico, então pensamos tem que ser Samuel – “o chamado” é o seu significado.”* O Manuel conclui a sua partilha dizendo *“no meu como em todos os “Rios”, o “Rio” da sua família tem pedras mas também tem muita água que tapa essas pedras, é necessário ir sabendo boiar.”*

A Isa seguindo-se de imediato ao Manuel dizendo *“também fiz trabalho de casa com a minha família”* (abrindo o seu “Rio” com um sorriso rasgado). E continuando *“é que o meu marido tem muito jeito para o desenho...”* A Isa começou a partilha do seu “Rio” apoiada pelo seu registo, no início as suas emoções transbordavam, os seus olhos estavam cheios de lágrimas, por fim a sua cara era um sorriso aberto.

O grupo estava enternecido, quando a Isa deu por terminado a sua partilha todos bateram palmas.

Como já eram 21h40m demos por terminado o encontro. Marcamos outro para a próxima 2ª feira pela mesma hora.

Mas antes de sairmos o Manuel quis distribuir um texto que trouxe para cada elemento do grupo, retirando do Boletim de Julho da Acreditar com o título “A importância de saber chegar a casa a horas.” Dizendo *“que é bom lermos, são dicas para o nosso bom comportamento para com os nossos filhos, pois na maior parte das vezes somos nós pais*

*que nos portamos mal.”*

Texto entregue ao grupo pelo Manuel no encontro nº5, dia 15 de Junho como uma dica de bom comportamento de nós pais para com os nossos filhos.

### **A importância de saber chegar a casa a horas.**

Mário Cordeiro, pediatra, disse na semana passada numa conferência organizada pelo Departamento de Assuntos Sociais e Culturais da Câmara Municipal de Oeiras, que muitas birras e até problemas mais graves poderiam ser evitados se os pais conseguissem largar tudo quando chegam a casa para se dedicarem inteiramente aos seus filhos durante dez minutos.

Ao fim do dia os filhos têm tantas saudades dos pais e têm uma expectativa tão grande em relação ao momento da sua chegada a casa que bastava chegar, largar a pasta e o telemóvel e ficar exclusivamente disponível para eles, para os saciar. Passados dez minutos eles próprios deixam os pais naturalmente e voltam para as suas brincadeiras. Estes dez minutos de atenção exclusiva servem para os tranquilizar, para eles sentirem que os pais também morrem de saudades deles e que são uma prioridade absoluta na sua vida. Claro que os dez minutos podem ser estendidos ou até encurtados conforme as circunstâncias do momento ou de cada dia. A ideia é que haja um tempo suficiente e de grande qualidade para estar com os filhos e dedicar-lhes toda a atenção.

Por incrível que pareça, esta atitude de largar tudo e desligar o telemóvel tem efeitos imediatos e facilmente verificáveis no dia-a-dia.

Todos os pais sabem por experiência própria que o cansaço do fim de dia, os nervos e *stress* acumulados e ainda a falta de atenção ou disponibilidade para estar com os filhos, dão origem a uma espiral negativa de sentimentos, impaciências e birras.

Por outras palavras, uma criança que espera pelos pais o dia inteiro e, quando os vê chegar, não os sente disponíveis para ela, acaba fatalmente por chamar a sua atenção da pior forma. Por tudo isto e pelo que fica dito no início sobre a importância fundamental que os pais-homem têm no desenvolvimento dos seus filhos, é bom não perder de vista os timings e perceber que está nas nossas mãos fazer o tempo correr a nosso favor.

in Boletim de Julho da Acreditar

**Importante. Reenviem e leiam, mesmo não tendo filhos...**

## **Anexo 9-Sessão 6**

Dia: 22 de Junho de 2009

Hora: 18h50m às 22h10m

Local: sala Bela Vista

Grupo de encontro: Manuel, Joana, Isabel, Marta, Bárbara, Isa, Nuno, Fátima e investigadora Teresa.



Iniciamos o encontro com dois sujeitos (Nuno e Fátima) que ainda não tinham participado nesta partilha, mas estavam elucidados do que se passava porque eu tinha-os informado individualmente dias antes do encontro. Informei o grupo de que a Sónia tinha comunicado que devido a estar a fazer a sua pós-graduação e estar a atravessar um momento de dificuldades na conjugação de tempos da guarda da filha, já que está em processo de divórcio, não lhe resta disponibilidade para vir aos nossos encontros, pede a compreensão de todos e deseja que se faça bom trabalho.

Depois desta informação o Nuno pediu a palavra dizendo *“eu também peço desculpa por não vir corresponder ao que é pedido, não vou registar o meu “Rio da Vida” vou simplesmente falar e peço para não haver gravações...”*

*Claro (respondi eu), este momento é de partilha, posso tirar algumas notas só para poder registar algo que possa certificar que estive connosco?*

*Está bem (respondeu o Nuno).*

Neste pequeno diálogo a Fátima também manifesta a sua postura em relação à sua discordância em fazer o “Rio da Vida”, deixei-a igualmente à vontade.

*Então vão só dialogar, OK? E pergunto quem quer iniciar. A Joana? (proponho).* A Joana disponibilizou-se de imediato. Todos concordaram.

A Joana começou a fazer o seu “Rio” mostrou as suas primeiras pedras mostrando-se inconformada com a morte do seu pai. A Joana refere no diálogo que após o nascimento da sua filha a relação do casal entrou em ruptura, as discussões eram constantes. Em 2005 nasce a segunda filha de uma gravidez não planeada, a mãe tinha esperança que a vida do casal melhorasse mas piorou, menciona que iniciaram os maus tratos físico juntamente com os verbais. Passado um ano decidiu pegar nas filhas e sair de casa, a sua mãe ajudou-a na decisão. Hoje continua em sofrimento devido a ter que ver as suas filhas serem entregues ao pai no fim-de-semana de 15 em 15 dias, pai este que não se interessa por elas senão nesses dias. Relata a Joana entre lágrimas e “*só quer ficar com elas nesses dias porque sabe que me magoa, eu passo o fim-de-semana a ligar para saber se está tudo bem e quem está com elas é a companheira, porque o pai nunca está em casa. Eu é que as levo lá e vou busca-las porque ele ficou na nossa casa, deixei lá tudo o que era meu, iniciei de novo. Hoje vivo uma luta constante, como já falei com alguns de vocês os horários de trabalho com os horários da Bela Vista, não tenho família de suporte, não tenho amigos devido à relação com o meu marido (ele era ciumento) e não tenho possibilidades económicas para pagar a ninguém.*”

*“Já está a começar a ter amigos outra vez” diz a Marta.*

*“Pois é!” diz a Joana e continua “para estar a dizer tudo isto, é porque já vos considero como isso, e mais, estamos juntos para nos ajudarmos, quem sabe se vamos conseguir o alargamento horário da instituição.”*

O Nuno intervém “*porque não propor um projecto ou apresentar proposta à direcção da Bela Vista para um alargamento do horário da mesma, há anos que falo com a directora sobre este problema.*”

O Manuel opina “e porque não pensarmos nas empresas na zona aqui de Águeda?”

“Como assim?” pergunto eu.

“Então (continua o Manuel) saber se os empresários têm pensado nesta problemática dos seus empregados, se têm noção que quando lhes pedem horas extras e lhes apresentam empregos por turnos o que isso pode implicar para as suas famílias, e noção de que muitas vezes há empregos recusados por as pessoas a empregar por não terem resposta para a sua família. Saber também se a indústria de Águeda tem algum projecto pensado na vertente social; outra ideia que me está a surgir é a Bela Vista desenvolver um projecto em conjunto com a Associação Industrial de Águeda (AIA), no sentido de fazermos uma sensibilização aos empresários para esta situação. Não sei... são ideias...”

Todo o grupo está pensativo, eu intervenho dizendo: “então acho que posso propor ser vossa porta-voz e começar por fazer uma reunião com a directora da Bela Vista, para lhe falar sobre estes encontros e da nossa proposta de reunião com a direcção para o alargamento horário da instituição, o que acham?”

O grupo aceitou, retomei a partilha do “Rio da Vida” e o Nuno propôs ser ele a fazer a partilha. Começou por falar dos seus dois filhos gémeos que estão no ATL, mencionando que um tem paralisia cerebral, situação que fez a família passar por muitas dificuldades e recorrer a muitos tipos de apoio incluindo a uma empregada paga particularmente, para fazer face à falta de tempo que ele e a sua mulher têm devido às suas profissões. Esta empregada também está presente aos fins-de-semana em férias feriadós e em fins de dia quando necessário. Estes pais para acompanharem o seu filho, nas doenças que contrai, para o levar a fisioterapias semanais, consultas, etc. necessitam de compensar a responsabilidade laboral em outros horários. Também refere sobre a necessidade dos profissionais da Bela Vista pensarem nos tempos de qualidade dentro da Bela Vista. “A instituição deve de preocupar-se nos alargamentos do horário mas também, como são preenchidos esses e outros tempos, as crianças precisam de qualidade e de profissionais que os acompanhem rotineiramente para eles criarem laços”. Sobre esta questão a Joana também opinou manifestando-se sobre a urgência dos profissionais terem consciência que as crianças necessitam de criar laços afectivos, porque estes estão mais presentes nas suas vidas que alguns membros da família. Portanto estes adultos fazem parte da família, são pessoas importantes, as crianças devem saber planear o seu dia com essas pessoas e os pais



necessitam, também, desta planificação para se sentirem seguros e confiantes.

A Fátima mencionou que o seu “Rio” não é convencional, tem marido e um filho, a família de suporte é a sogra e alguns amigos, já que o marido trabalha por turnos e ela trabalha, estuda, é voluntária na Cruz Vermelha, treinadora e jogadora de andebol. A sua dificuldade maior é na gestão de tempo, principalmente ao fim do dia para ir buscar o filho à Bela Vista,” *porque às vezes posso ficar manhãs com ele em casa, leva-lo só à tarde e compensar desta forma a estadia da criança até mais tarde na instituição, mas ainda não há esta flexibilidade nas instituições em Águeda*” (afirmação da mãe), e a Fátima depara-se com alguns problemas de rotina da própria instituição. Deixando a questão que alguém tem que pensar sobre estas novas realidades.

Devido ao adiantado da hora e a inquietação de alguns sujeitos tivemos que parar por aqui o encontro. Marcamos o próximo encontro para segunda-feira dia 29 de Junho pelas 18h45m na mesma sala.

## **Anexo 10-Sessão 7**

Dia: 29 de Junho de 2009

Hora: 18h50m às 21h20m

Local: sala Bela Vista

Grupo de encontro: Manuel, Joana, Isabel, Marta, Bárbara, Isa, Nuno, Fátima e investigadora Teresa.



Iniciamos o encontro com a minha informação de que já reuni com a Dr.<sup>a</sup> Luísa Coelho, que ficou em levar a nossa problemática à direcção comprometendo-se em nos dar uma resposta.

O Manuel mais uma vez focou a pertinência de sensibilizar os empresários da indústria de Águeda, saber se os empresários se preocupam com a parte “social/famílias” (palavras do próprio) e se recebem incentivos.

Reforcei a ideia para não termos dúvida sobre o que o Manuel estava a dizer, saber se os empresários estão sensíveis às questões que favoreçam a compatibilização da actividade laboral com a vida familiar dos trabalhadores em geral, tendo em conta as suas

responsabilidades familiares. A Isa continua dizendo “*se recebem incentivos e se não, saber se estão dispostos a aceitar um grupo com uma acção de sensibilização para lhes apresentar propostas.*”

A Joana, a Bárbara e a Isabel estão com expressão de preocupação, olhei para elas e a Isabel perguntou “*onde se vai saber tudo isso?*” O Manuel refere a Câmara Municipal, o Nuno refere a AIA, a Isa e a Joana concordam com o último.

Perguntei se queriam redigir a entrevista para termos bem claro o que pretendíamos saber e para onde queríamos ir, mas acharam que deveria de ser uma conversa com as questões que já tinham levantado, concordei.

Depois de alguma conversa chegamos à conclusão mais plausível que para iniciarmos a procura devia de ser feita na AIA. Por fim, ficou combinado que quando tivéssemos mais material para trabalhar eu faria o contacto via telefone para marcação do próximo encontro.

## **Anexo 11-Reunião com a directora da Bela Vista / 20 de Julho de 2009.**

Presentes: Dr.<sup>a</sup> Luísa Coelho e Porta-voz do grupo Teresa.

Hora: Das 18h às 19h.

Local: Gabinete da directora na Bela Vista.

Esta reunião surge na sequência da reunião do dia 24 de Junho na qual a Dr. Luísa se comprometeu em trazer uma resposta da direcção da Bela Vista sobre as questões que o grupo lhe colocou. Dr.<sup>a</sup> Luísa transmitiu-me que a direcção atendendo às questões levantadas pelo grupo de sujeitos da investigação e à avaliação dos questionários de satisfação entregues às famílias no final do ano lectivo (procedimento da instituição), ficou espelhado esta necessidade efectiva das famílias. Portanto, a direcção da instituição achou por bem, alargar o seu fecho por mais uma hora às famílias com necessidades devidamente justificadas pelos seus horários laborais e distanciamento do local de trabalho, assim em vez de fechar às 18h30m fecha às 19h30m.

No que se refere ao pessoal profissional, a direcção decidiu manter o mesmo número ajustando os seus horários para fazer face a este alargamento horário. Perante a questão de prestação de qualidade do pessoal e qualidade das actividades, acham que a instituição investe, pois concede formações, aconselha, encoraja e proporciona momentos para uma vez por mês cada sector fazer as suas reuniões onde podem focar estes e outros aspectos. Por conseguinte fica em aberto a hipótese para futuras propostas.

## **Anexo 12-Entrevista na Associação Industrial de Águeda (AIA) /23 de Julho de 2009.**

Presentes: Dr.<sup>a</sup> Conceição Arede e Porta voz do grupo Teresa.

Hora: Das 14h15m às 15h45m.

Local: Gabinete da Dr.<sup>a</sup> Conceição Arede na AIA.

Eram 14h15m, aproximadamente, quando cheguei à recepção da AIA, o meu primeiro contacto deu-se com a recepcionista que na verdade não sei se era, mas foi quem se dirigiu a mim com o olhar e ao mesmo tempo arqueando a sobrancelhas enquanto acenava com a cabeça, como quem pergunta “o que é que quer?”.

Depois de a cumprimentar, apresentei-me e expliquei-lhe que pretendia falar com alguém sobre o sistema laboral e as famílias da zona de Águeda. Pois tratava-se de um estudo de investigação para um mestrado da Universidade de Aveiro e deveria de ser tratado com alguém conhecedor destes assuntos. A senhora prontamente, dirigiu-se a um gabinete e quando de lá saiu trazia consigo ordens expressas para a minha entrada imediata, situação que me agradou particularmente visto que estava à espera de uma marcação.

Mais uma vez faço um cumprimento e apresento-me, é-me retribuído, explico o porquê de estar ali com um pedido para me receber. Digo qual o curso e Universidade que frequento, informo que estou na posição de investigadora e porta-voz de um grupo de trabalho, peço consentimento oral para apresentar publicamente esta conversa, dados/informações obtidos e utilização do seu nome no trabalho final. Depois do seu consentimento expus em linhas gerais o trabalho de investigação, que tem nove sujeitos participantes e uma investigadora que começaram por identificar o seu problema comum, depois conheceram-se e agora querem criar propostas de apoio para minorar ou solucionar o seu problema que é a incompatibilidade horária laboral com a vida familiar. Para avançarmos com algumas propostas necessitamos de ter conhecimento sobre determinados aspectos da indústria de Águeda e pensamos que a AIA, na sua primeira pessoa, nos pudesse ajudar informando se as empresas de Águeda têm políticas de apoio à família, como por exemplo, certificação SA8000 e se há dados oficiais; se tem conhecimento de alguma empresa com projecto de criação de serviços de guarda para os filhos dos

trabalhadores e se acha que as entidades patronais se preocupam em ajustar horários aos trabalhadores por pensarem na conciliação da actividade laboral com a vida familiar.

Neste momento a Dr.<sup>a</sup> Conceição, dando uma gargalhada, exclamou que *“essas preocupações, de respostas horárias são as instituições que tem que dar pois nasceram para servir; elas sim dão respostas sociais. Os empresários estão com problemas de sobrevivência muito sérios a crise está instalada.”* No que se refere às infra-estruturas para serviços de guarda e políticas de apoio à família são inexistentes, do seu ponto de vista não é viável a construção deste tipo de serviços nas empresas devido aos custos implicados e mobilidade dos trabalhadores, assim como há carência de trabalho nas empresas. Anunciando que a previsão a médio prazo é que as pequenas empresas (isto é, 5 ou 6 trabalhadores no máximo) são as que vão fazer face aos encargos e evitar o estrangulamento financeiro às empresas, portanto são as que vão vingar. A Dr.<sup>a</sup> afirma que na década de 50 havia uma empresa em Águeda com serviço de guarda para os filhos dos seus trabalhadores, não se recorda do seu nome, mas refere que está encerrada a algumas dezenas de anos. Acrescentou que as empresas vivem alguns momentos de grandes angústias e que para sobreviver lutam todos os dias para ter trabalho, para terem dinheiro para os salários, impostos e outros, lutam para não “fechar portas” (expressão da própria), *“não estão a pensar em políticas de apoio para as famílias, se pagarem os salários a tempo estão a contribuir para o bem-estar das famílias, não acha?”* (palavras da Dr.<sup>a</sup> Conceição). Acrescenta que não existem dados na Associação e que não tem conhecimento de nenhuma empresa com certificação SA8000 ou outra com o mesmo cariz.

Neste momento eu perguntei se achava por bem o grupo fazer uma sensibilização para esta incompatibilidade horária e até para este tipo de certificações, depois de alguma reflexão respondeu com alguma subtilidade que era uma ideia nobre mas não na altura certa, porque os empresários estão desmotivados e alguns deles com serias dificuldades monetárias. As suas palavras finais foram *“as preocupações de ordem social e familiar são para outros grupos de pessoas e responsáveis não para os empresários.”*

Com o finalizar da nossa conversa perguntei-lhe qual o seu cargo na AIA, disse que era economista e Técnica Oficial de Contas desde 1982, despedi-me e agradezi o tempo dispensado em meu nome e do grupo, a Dr.<sup>a</sup> disponibilizou-se para novos esclarecimentos se necessário for, desejando sucesso.

Anexo 13 – Rio da Vida do Manuel



Rio da Vida do Manuel





## Rio da Vida do Manuel

**Setembro/2001** – casamento

**Outubro/2001** – lua de mel (Portugal de norte a sul, junto à costa)

Nota: os planos para viagem ao estrangeiro foram abandonados devido ao 11 de Setembro (2001)

**Dezembro/2001 e Janeiro/2002** – detecção da doença da mãe da [REDACTED] (origem cancerígena)

**Fevereiro/2002 a Outubro/2002** – a mãe da [REDACTED] vem para nossa casa; acompanhamento e tratamento diário da doença; grande (total) dependência física.

Entretanto:

**Junho/2002** – concepção do [REDACTED] (desejada e conscienciosa)

**Agosto/2002** – enjoos fortes da mãe [REDACTED] (dificuldade na assistência à mãe – mês de férias)

**Outono/2002** – escolha do nome do [REDACTED]

**Fevereiro/2003** – nascimento do [REDACTED] (1º filho)

**Abril/2003** – detecção de infecção urinária no bebé [REDACTED] (5ª-feira santa)

Nota: tomas diárias de medicamento durante 10 meses consecutivos, com vômitos sucessivos do medicamento; a cada febre ou sintoma, uma colheita de urina e novos testes de despistagem.

**Junho/2003** – mini-férias na Ericeira (3 dias) – as 1ªs com filhos... (terminaram mais cedo que o previsto)

**Setembro/2003** – reinício da actividade laboral, após licença de parto; fim da amamentação (7 meses); entrada do [REDACTED] na Bela Vista (com muitos receios e incertezas – infundadas, sabemos agora)

**Dezembro/2003** – operação à tiróide da mãe [REDACTED]

**Junho/2004** – Europeu de Futebol em Portugal (o [REDACTED] – e todos – vibra com o espectáculo)

**Outubro/2004** – mudança de casa (de apartamento na cidade para casa na aldeia)

**Dezembro/2004** – 1º fim-de-semana: repouso numa Pousada de Portugal (prémio de concurso ganho pelo pai, instado a concorrer pela mãe) – escolha do nome [REDACTED] para uma filha (que ainda não tinha vindo); final: operação da mãe [REDACTED] à garganta.

**Junho/2005** – viagem em conjunto à Eurodisney, na França (3 dias) – de avião

**Agosto/2006** – semana de férias em casa alugada na praia da Costa Nova

**Setembro/2006** – concepção da [REDACTED]

A gravidez foi mais complicada, exigiu repouso, risco de nascimento prematuro;

Acumulação de diversas responsabilidades pelo pai (por exemplo, mordomo da festa local) – muitas horas ocupadas, pouca disponibilidade para apoio à mãe e filho(s)

**Junho/2007** – nascimento da [REDACTED]; decisão do pai em se despedir do seu emprego.

**Agosto/2007** – internamento da [REDACTED] no hospital de Aveiro com febre

**Setembro/2007** – mudança de emprego do pai (proposta entretanto surgida)

**Dezembro/2007** – nova mudança de emprego do pai António

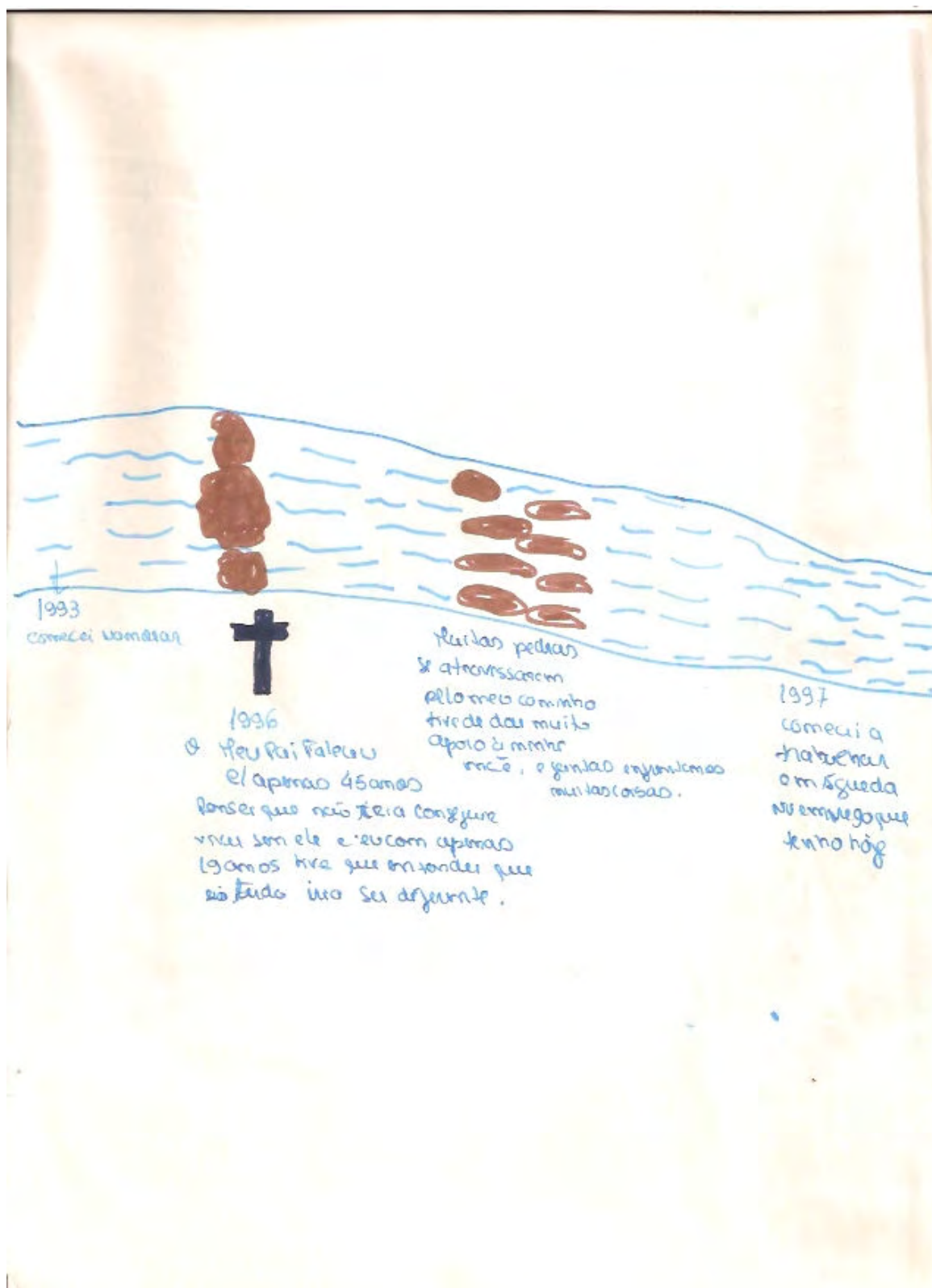
**Outono/inverno/2007-2008** – doenças constantes da [REDACTED] (otites, constipações, ...)

Conclusão: este rio tem tido muitos escolhos, muitas curvas apertadas, alguns estrangulamentos... mas ainda tem água a correr – uma água límpida, onde há peixe e se pode tomar banho à vontade.

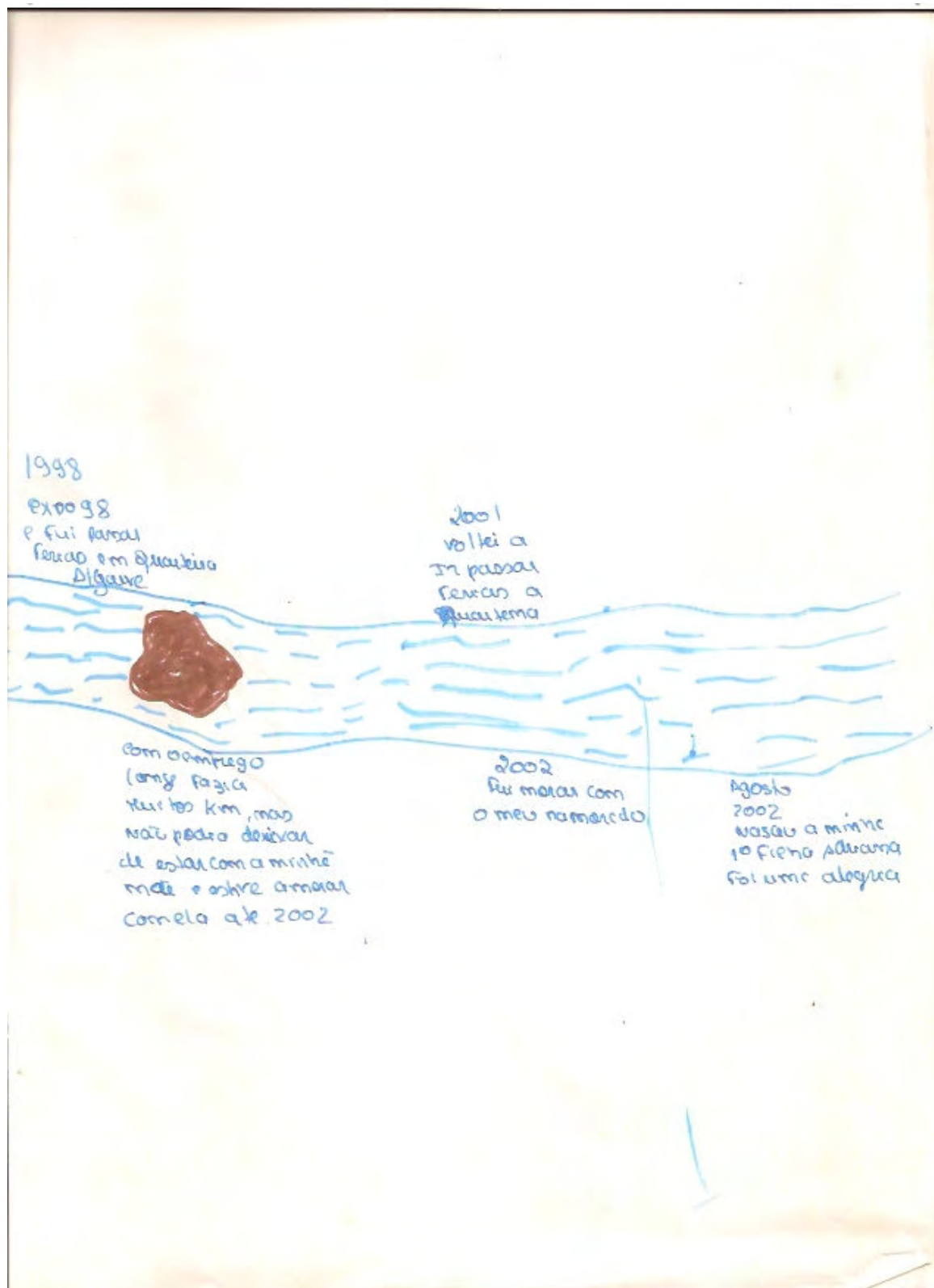
**Breve resumo dos momentos mais significativos:**

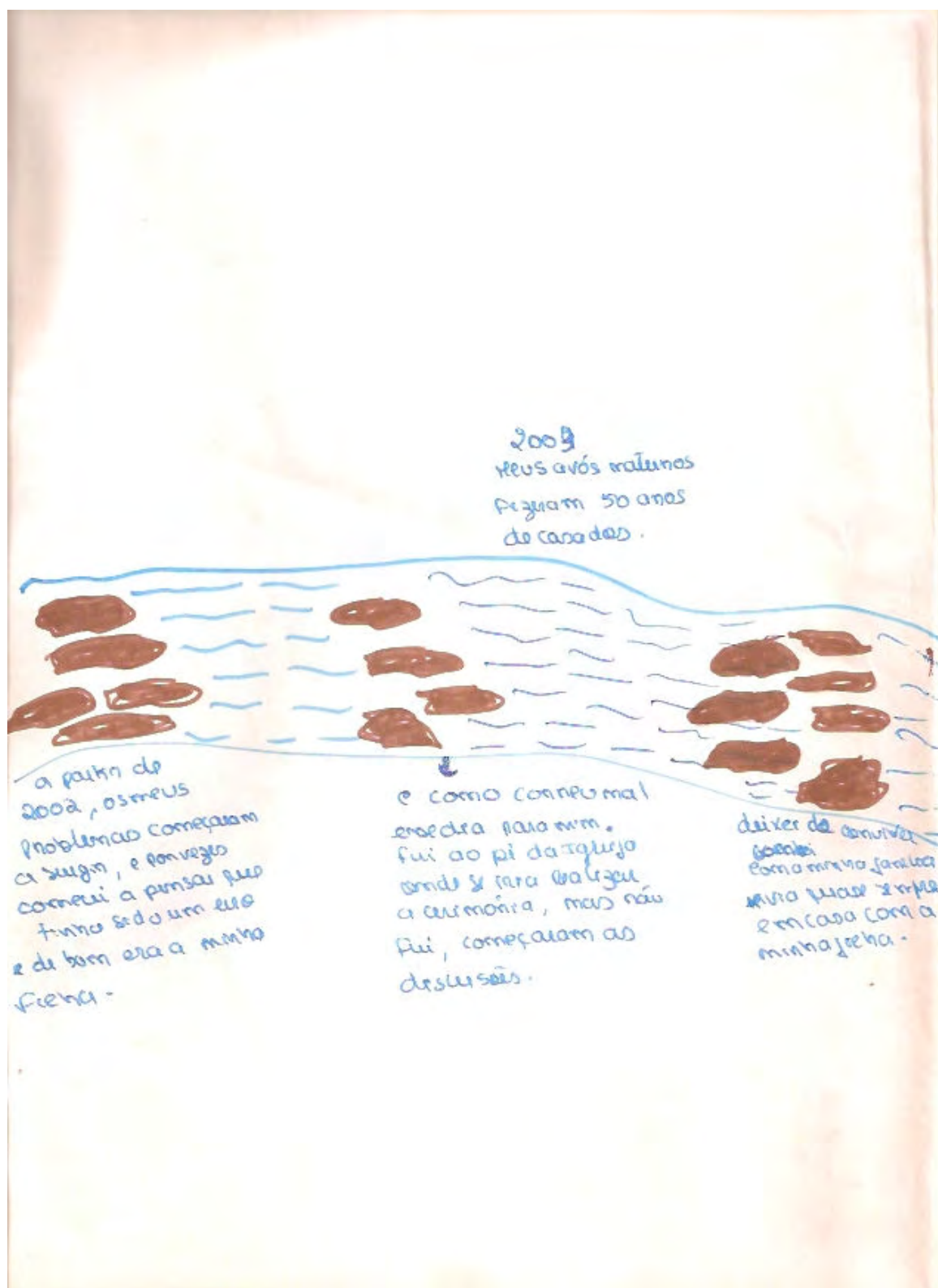
<b>Dados do Sujeito Participante</b>	<b>Momentos Marcantes Demonstrados ao Fazer o “Rio da Vida”</b>	<b>Data</b>
<b>Manuel</b> , 36 anos.	Casamento, lua-de-mel para o estrangeiro adiada devido ao 11 de Setembro.	2001
2 Filhos, um no JI e uma na creche.	Escolha do nome do bebé que vem a caminho.	2002
Contabilista – Licenciatura.	Nascimento do filho. Detecção de uma infecção no bebé.	2003
Casado	Nascimento da filha. Internamento da bebé. Mudança de emprego do pai.	2007
Mulher contabilista – Licenciada.		
Sem rede de apoio social		

## Anexo 14 – Rio da Vida do Joana

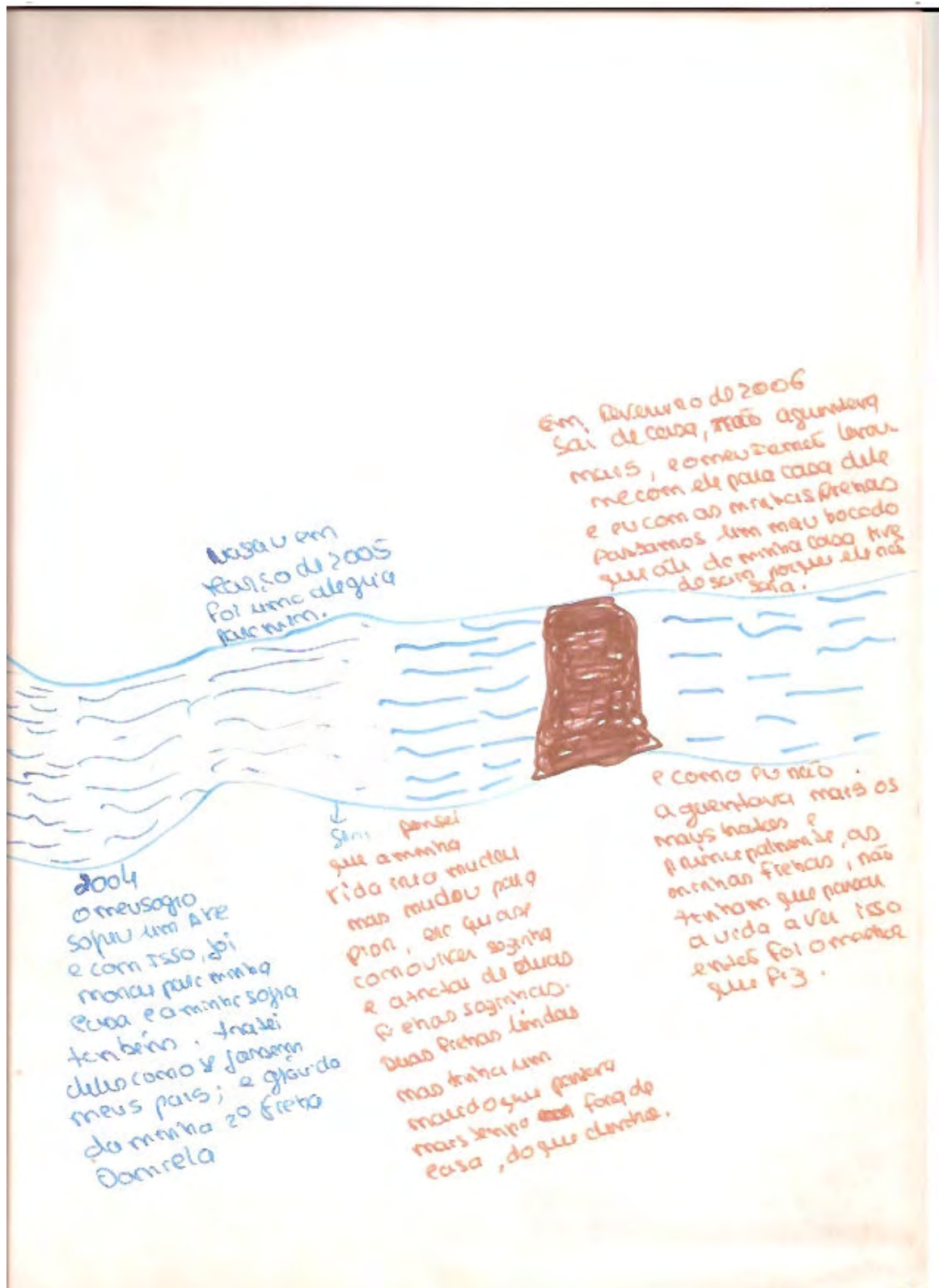


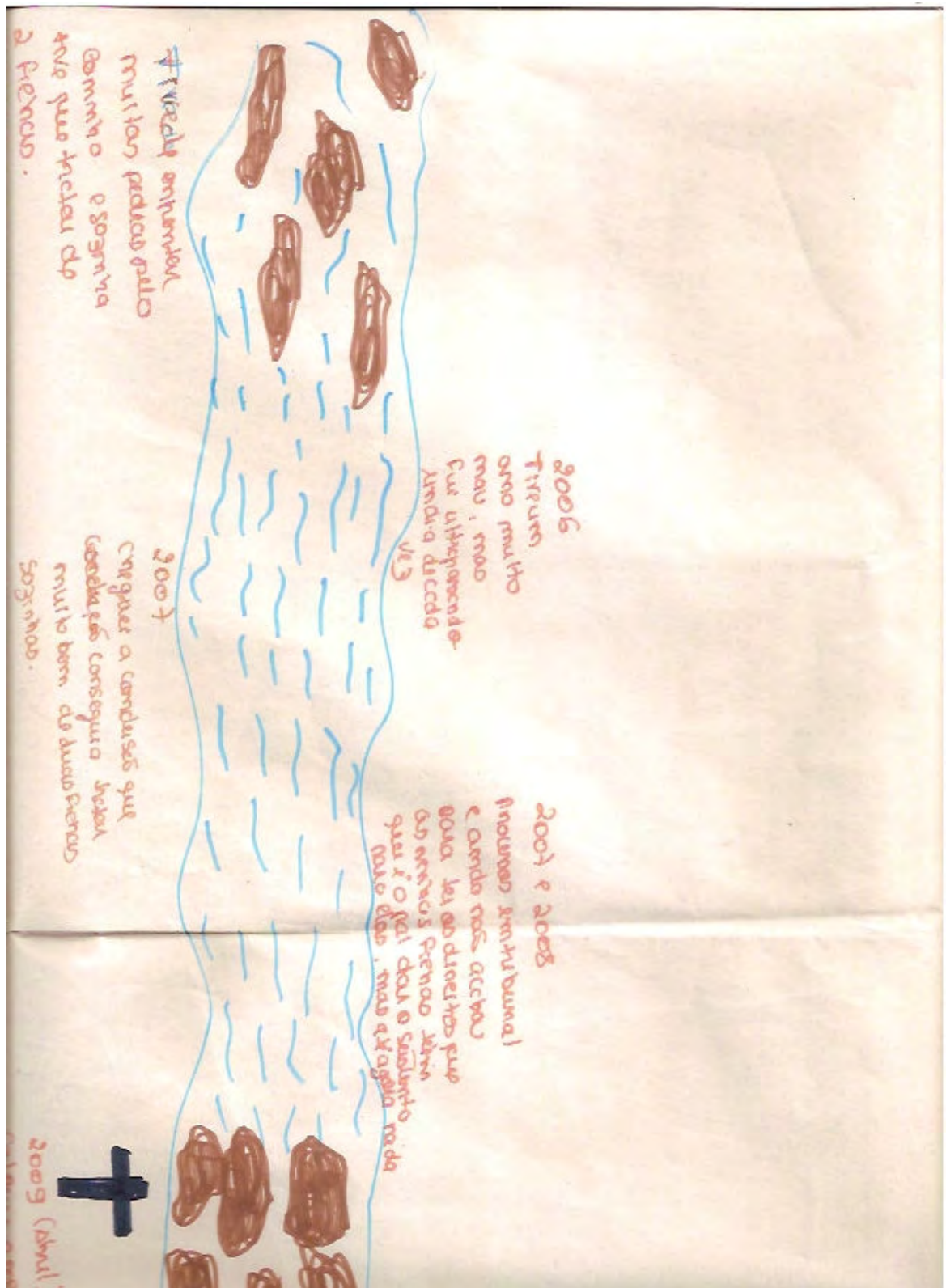
## Rio da Vida do Joana

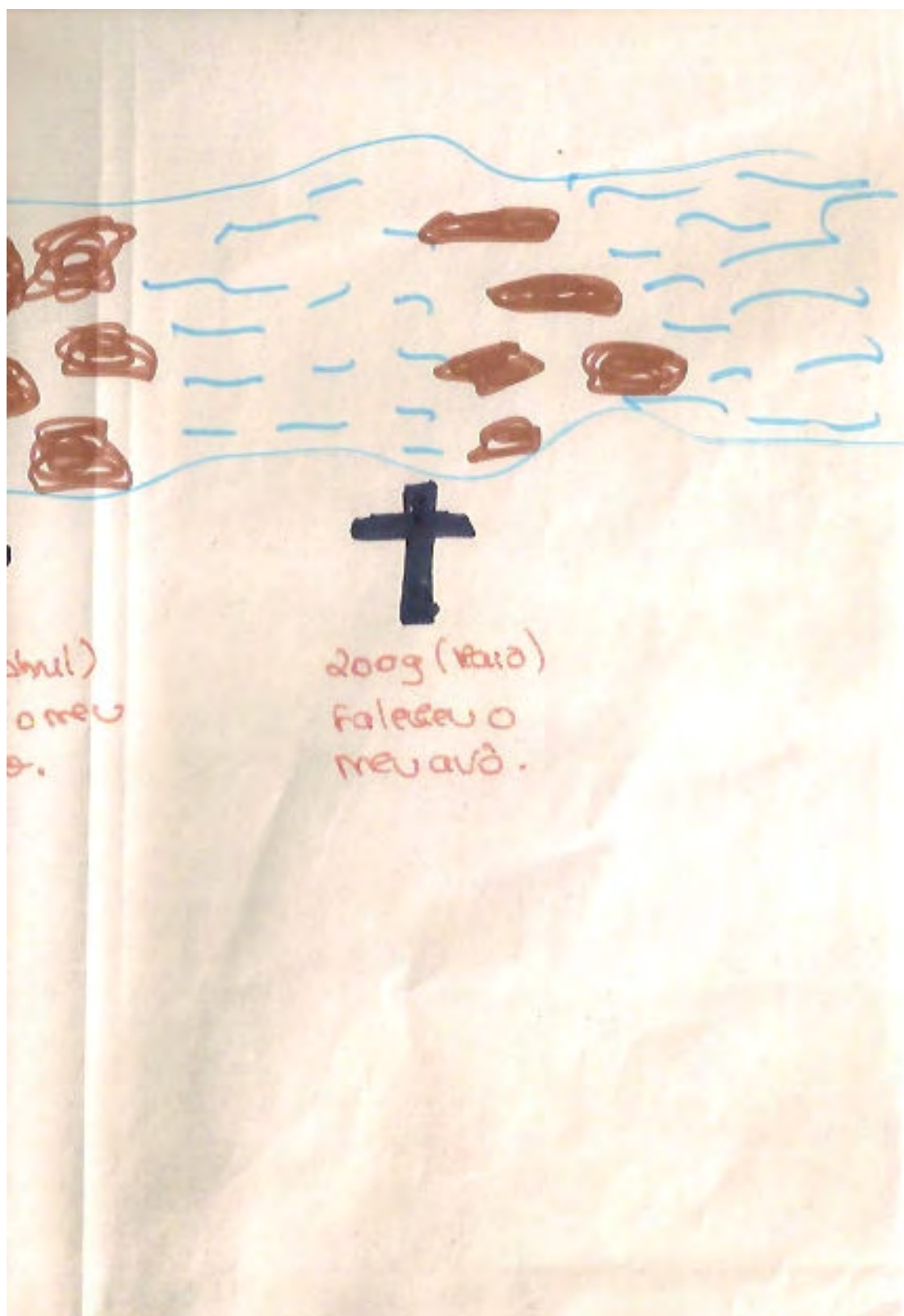










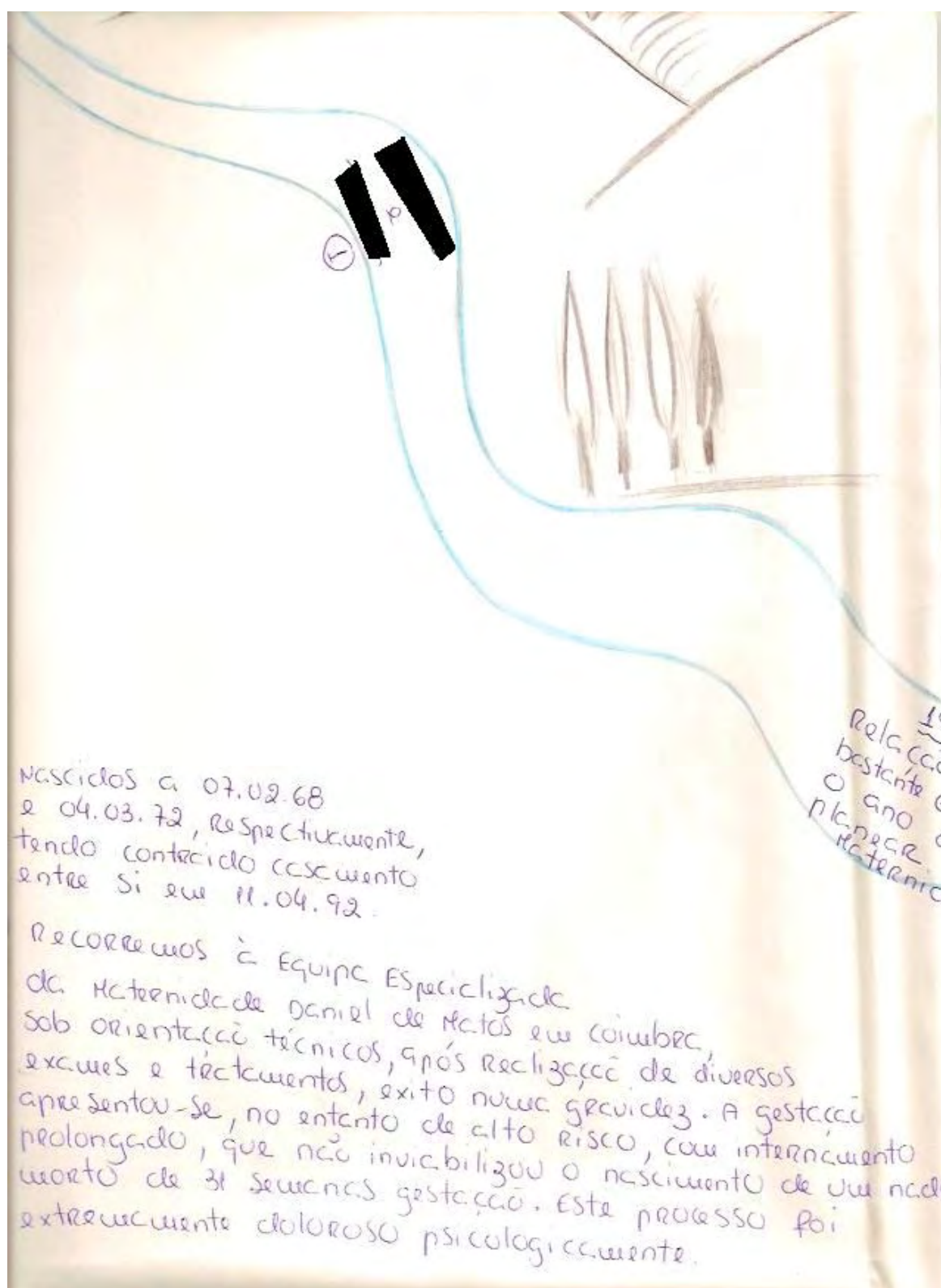


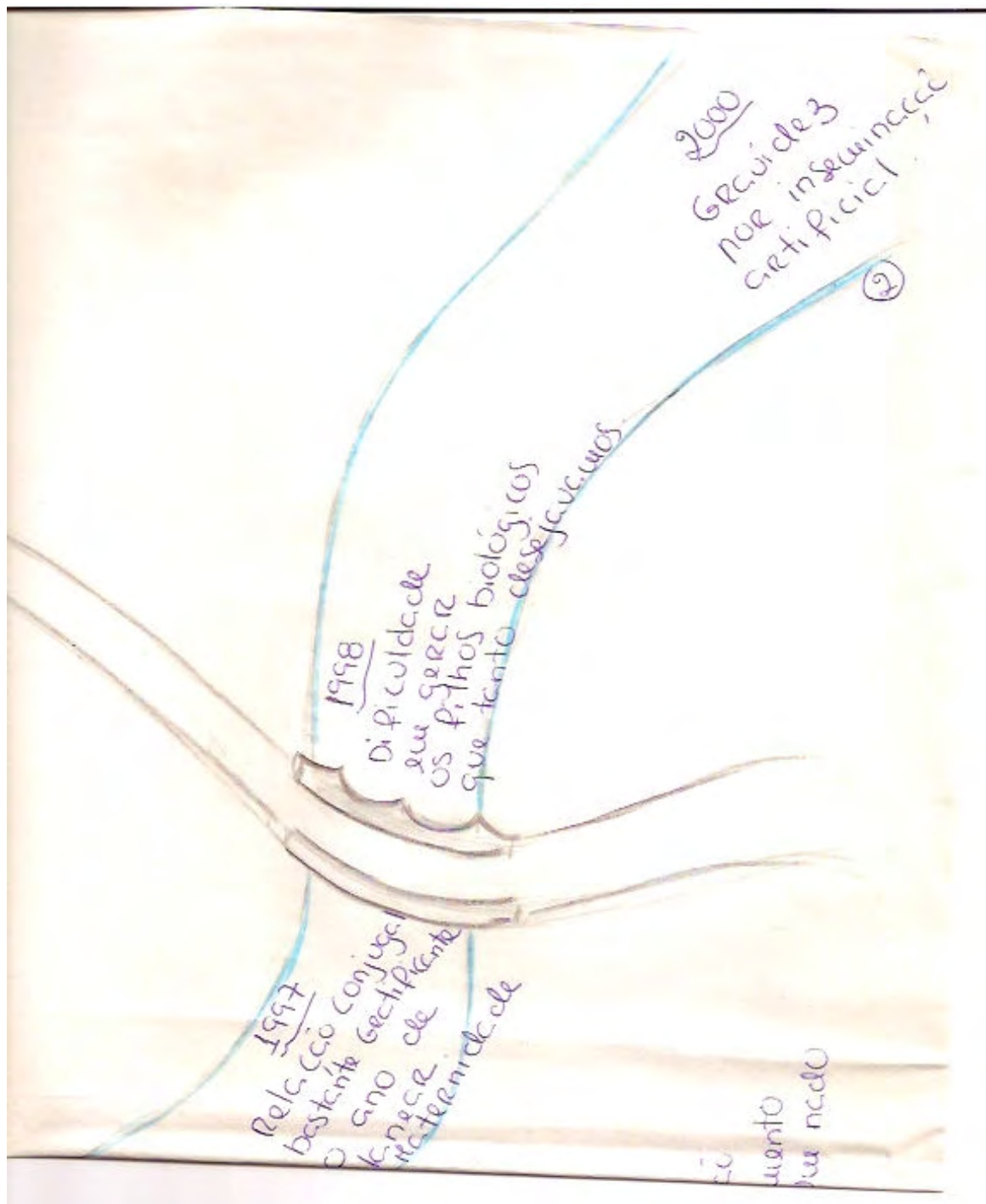


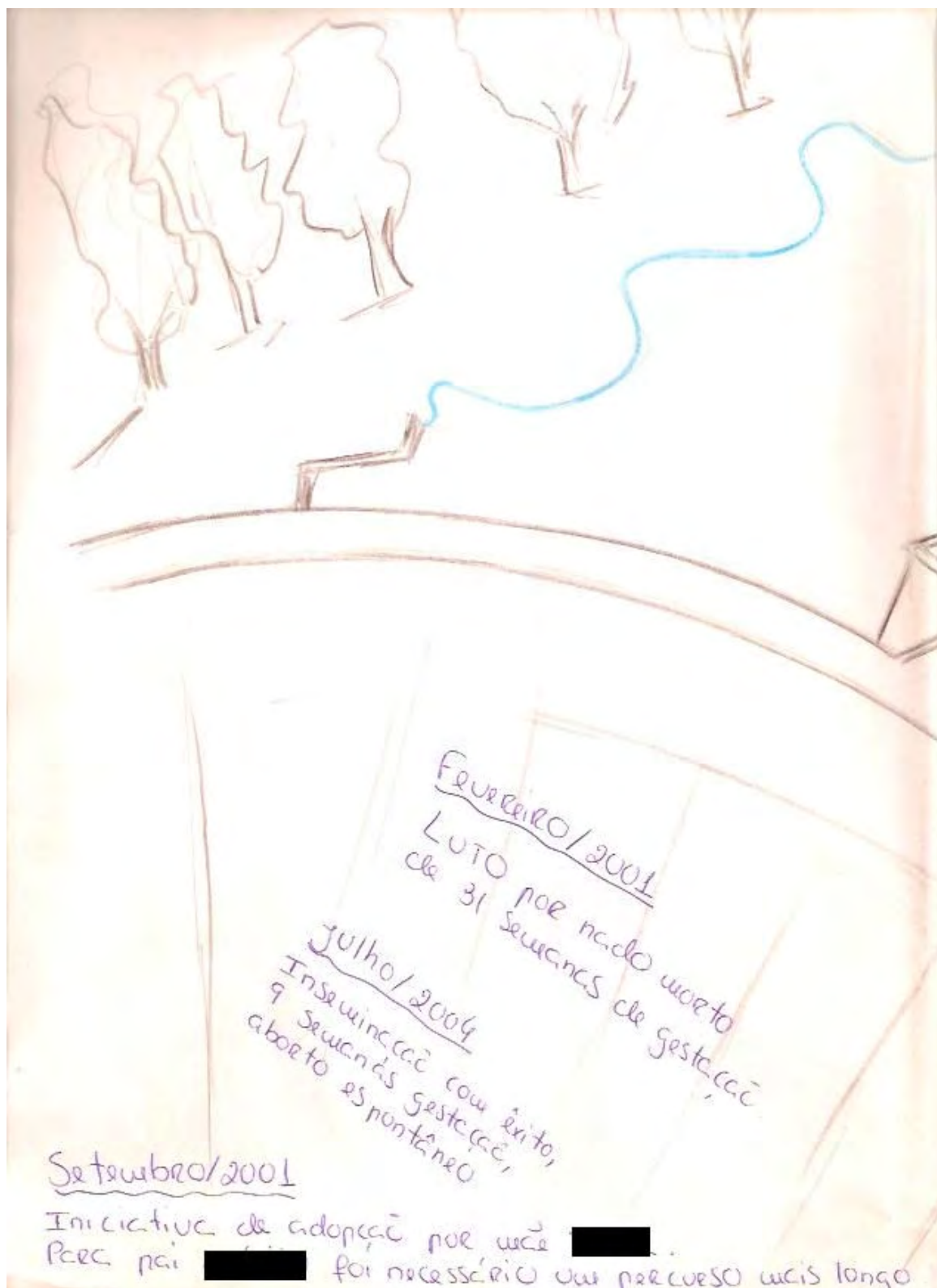
**Breve resumo dos momentos mais significativos:**

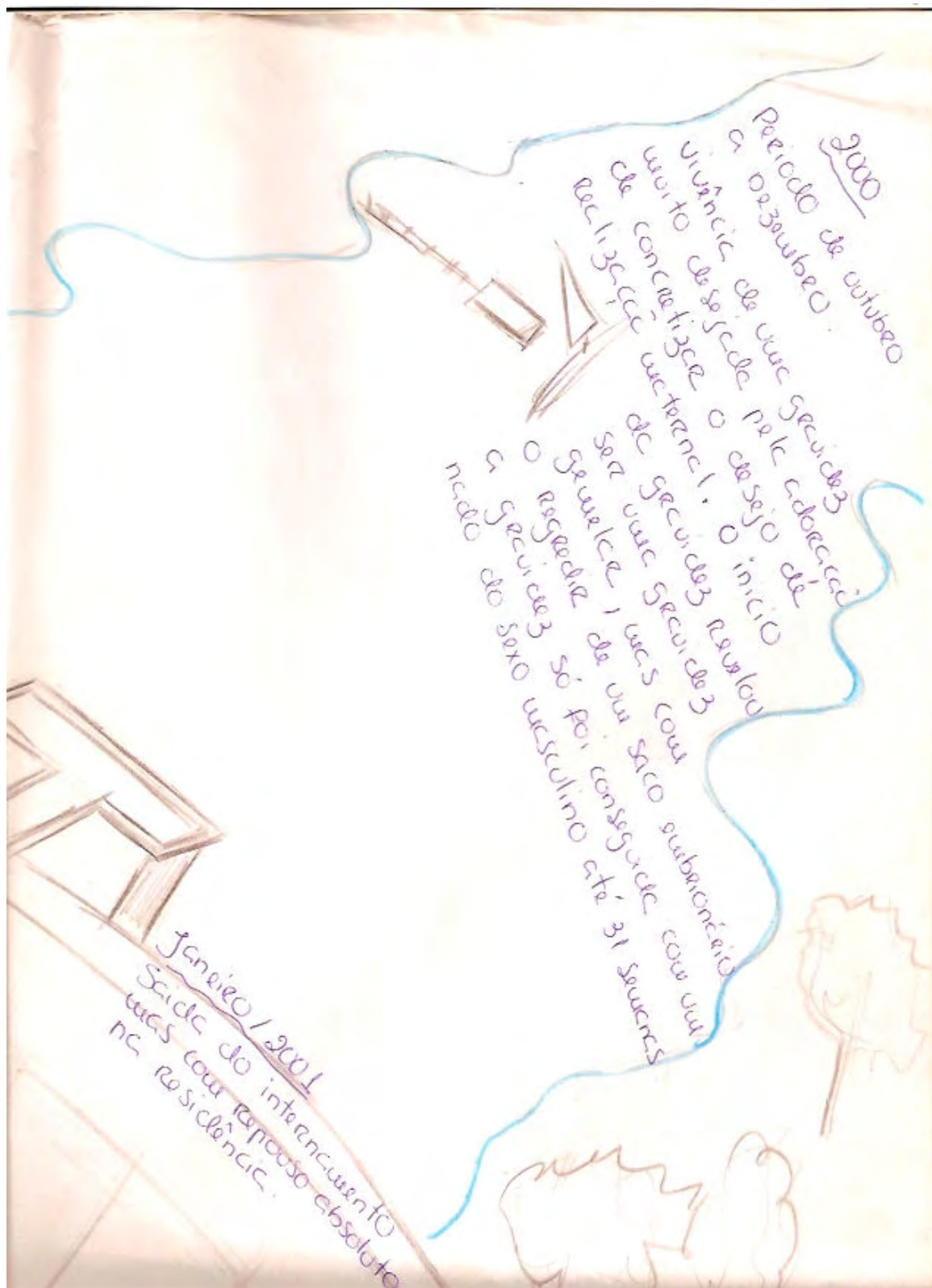
<b>Dados do Sujeito Participante</b>	<b>Momentos Marcantes Demonstrados ao Fazer o “Rio da Vida”</b>	<b>Data</b>
<b>Joana</b> 31 anos	Morte do pai com apenas 45 anos.	1996
2 Filhas, 1 em JI e 1 em ATL	Nascimento da primeira filha e início de problemas no casal seguido de maus tratos.	2002
Escriturária – 12º Ano	Nascimento da segunda filha e a ilusão de que a vida ia mudar.	2005
Divorciada	Saída de casa com as filhas. Começou a decorrer o divórcio.	2006
Rede de apoio social, a mãe que trabalha e não vive em Águeda	Falecimento do avô.	2009

## Anexo 15 – Rio da Vida Isa

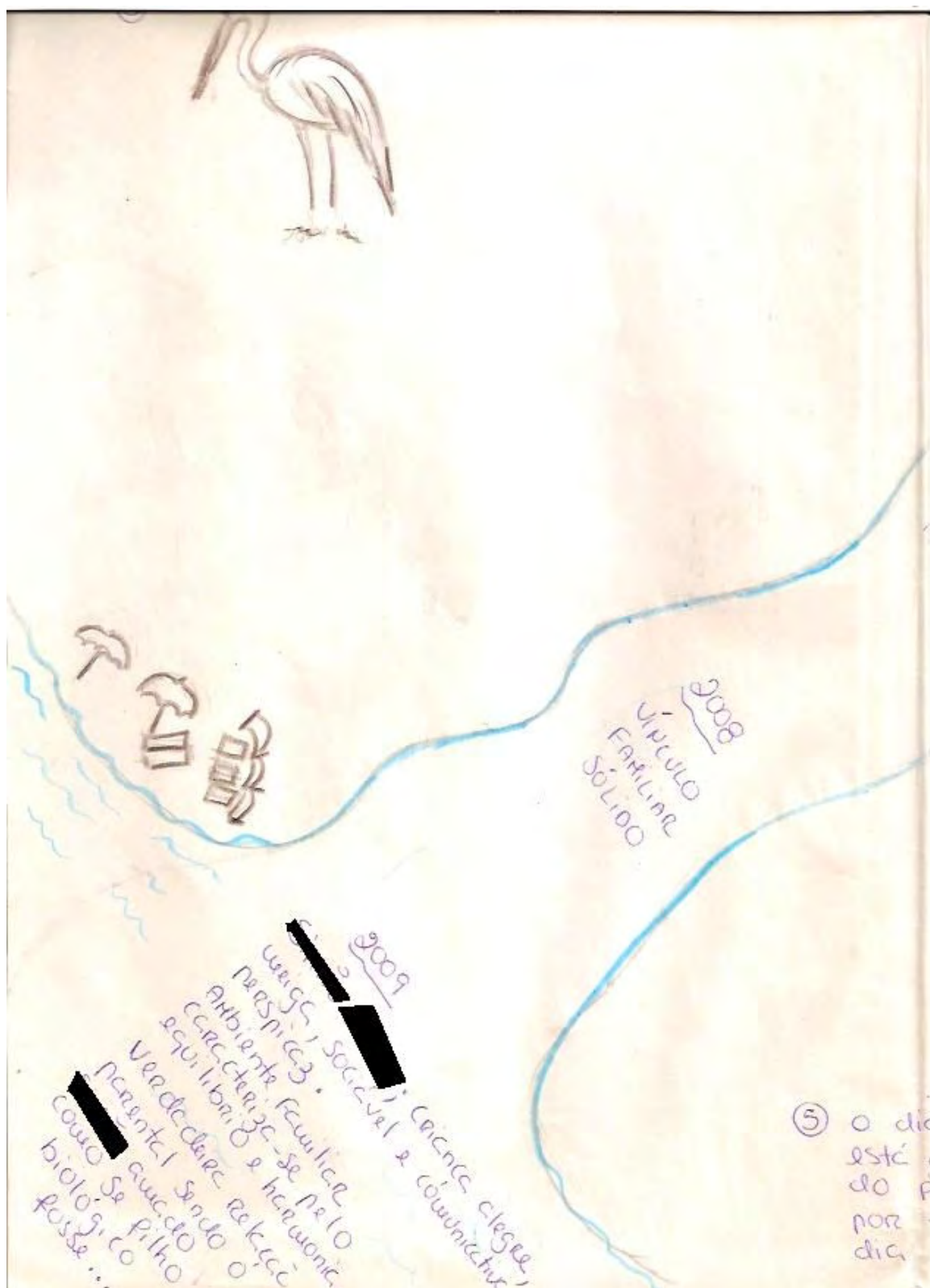


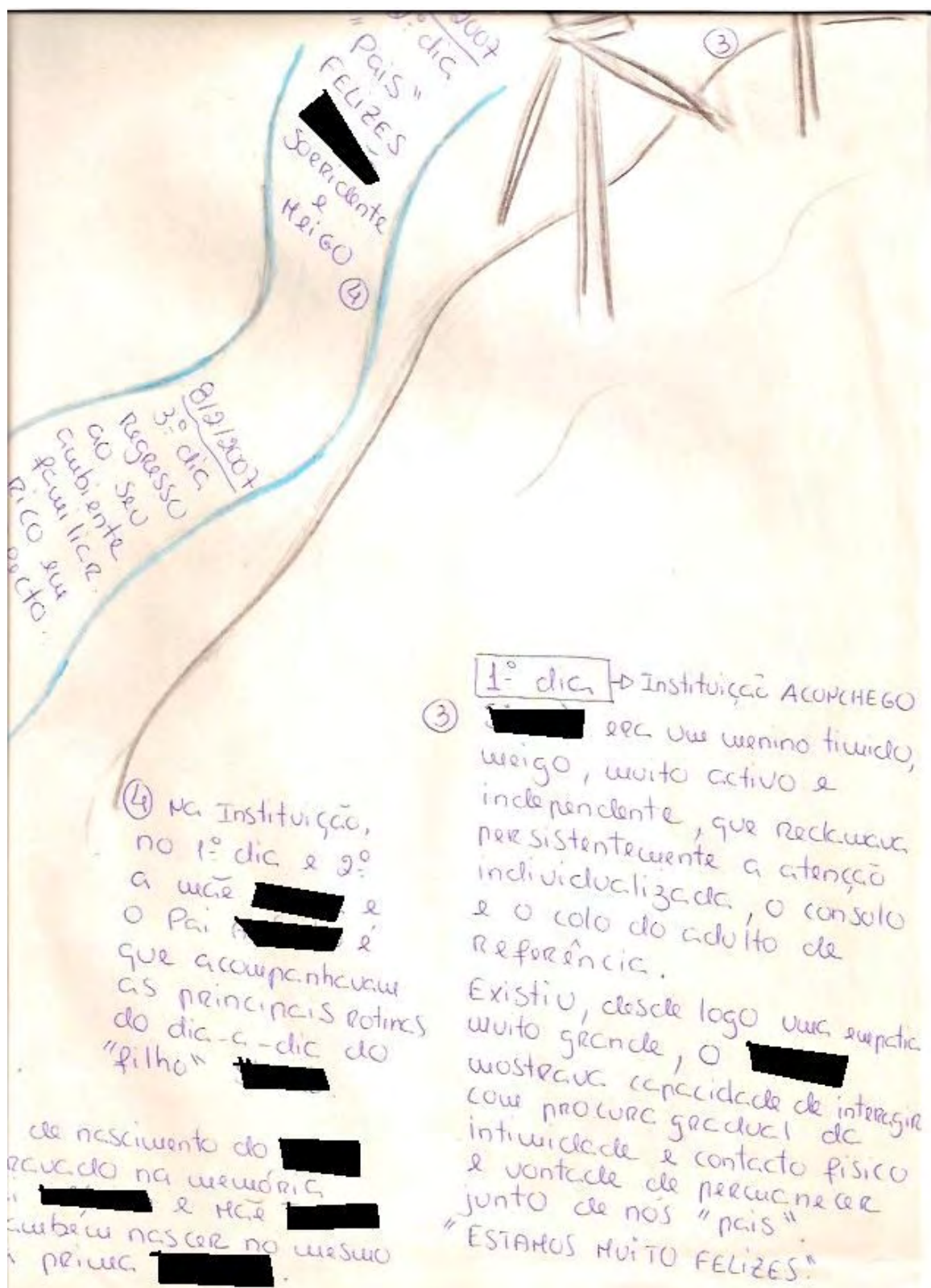










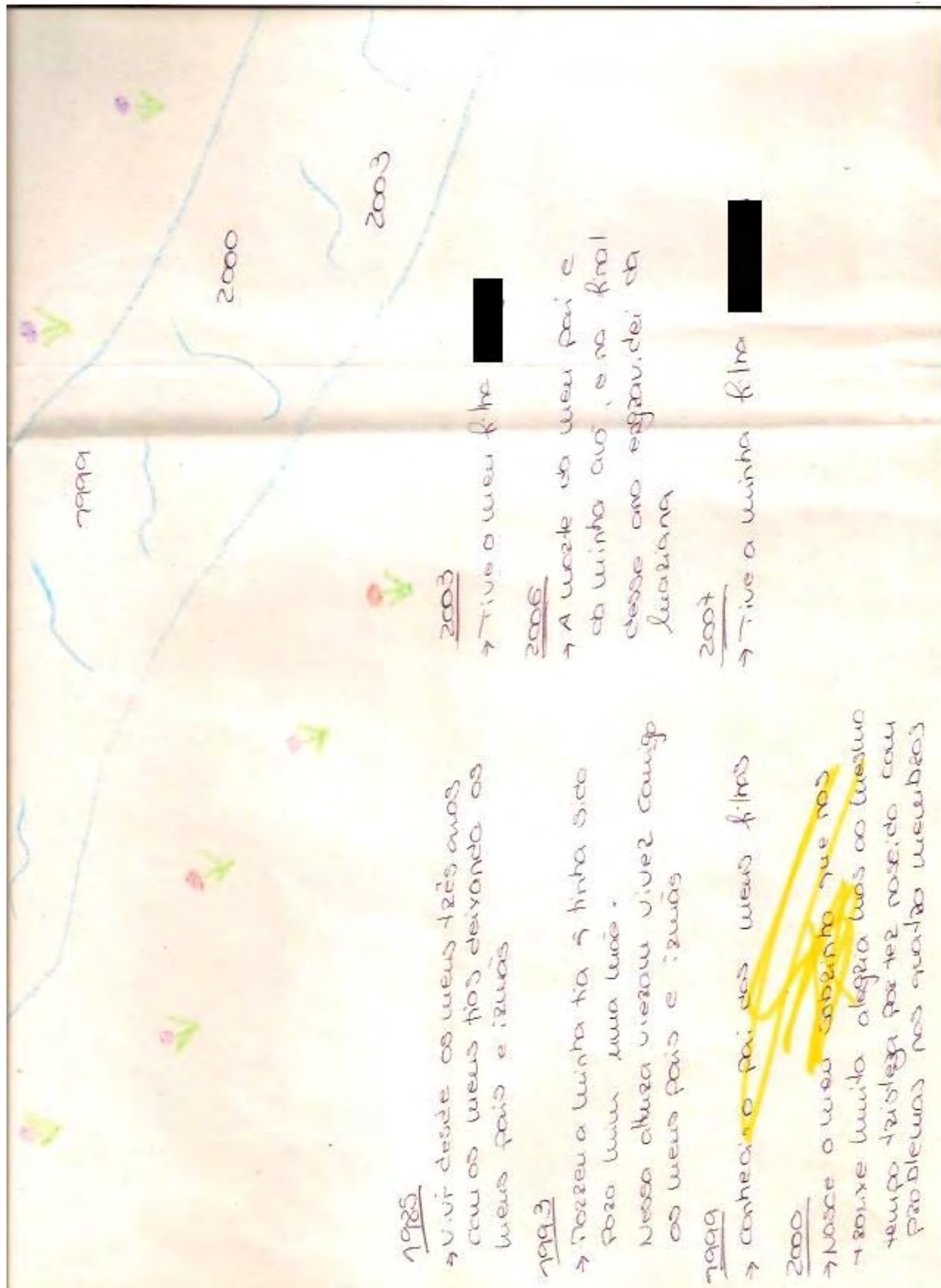


**Breve resumo dos momentos mais significativos:**

<b>Dados do Sujeito Participante</b>	<b>Momentos Marcantes Demonstrados ao Fazer o “Rio da Vida”</b>	<b>Data</b>
Isa, 36 anos.	Dificuldade em gerar filho biológico.	1998
1 Filho no JI	Gravidez por inseminação artificial, nado morto às 31 semanas de gestação.	2000
Escriturária – 9º ano.	Isa pensa em adoção mas marido necessita de tempo.	2001
Casada	Inseminação com êxito, às 9 semanas de gestação aborto espontâneo.	2004
Marido, ceramista – 9º ano	Adopção de um bebê.	2007
Não tem rede de apoio social		



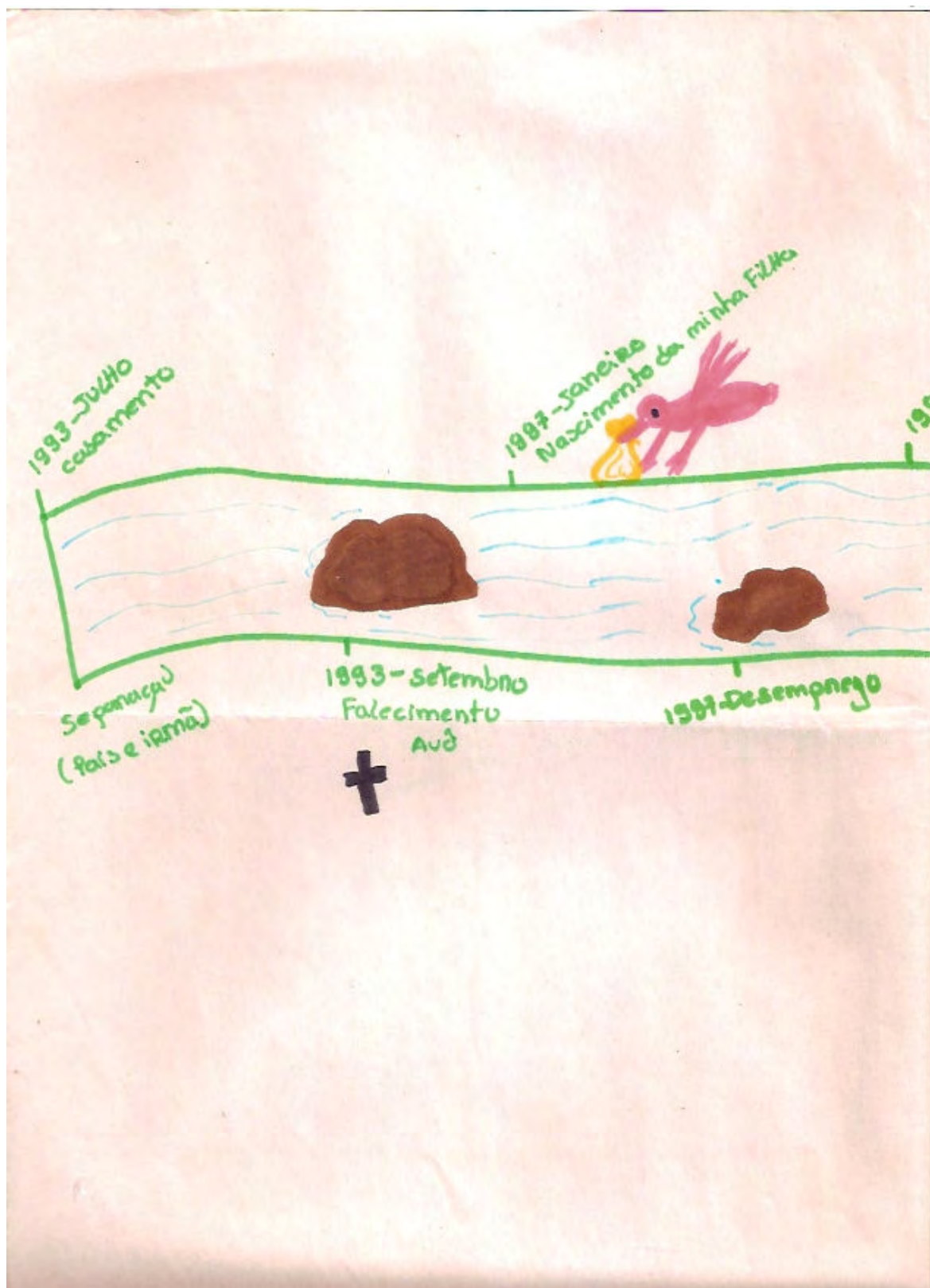
## Anexo 16 - Rio da Vida Isabel



**Breve resumo dos momentos mais significativos:**

<b>Dados do Sujeito Participante</b>	<b>Momentos Marcantes Demonstrados ao Fazer o “Rio da Vida”</b>	<b>Data</b>
<b>Isabel</b> , 27 anos.	Aos 3 anos foi viver com os tios.	1985
2 Filhos, uma filha em creche e um em JI.	Morte da tia que era como mãe.	1993
Comércio – 9º ano.	Nascimento do filho.	2003
Casada.	Morte do pai, choque pois foi no dia em que o pai estava a concretizar um sonho.	2006
Marido, vendedor – 12º ano, (muito ausente)	Nascimento da filha.	2007
Rede de apoio social, mãe que vive fora de Águeda.		

Anexo 17 – Rio da Vida Marta





**Breve resumo dos momentos mais significativos:**

<b>Dados do Sujeito Participante</b>	<b>Momentos Marcantes Demonstrados ao Fazer o “Rio da Vida”</b>	<b>Data</b>
<b>Marta</b> , 34 anos.	Falecimento do avô	1993
1 Filha em ATL.	Nascimento da filha; desemprego da própria (angústia e solidão).	1997
Auxiliar de acção educativa – 12º ano.	Iniciou formação profissional (os melhores momentos da sua vida).	2004
Casada	Início do actual emprego.	2005
Marido trabalha por turnos.	Finalizou o 12º ano.	2007
Rede de apoio social, os sogros (sogro doente).		

## Anexo 18 – Rio da Vida Bárbara





## Rio da Vida Bárbara



**Breve resumo dos momentos mais significativos:**

<b>Dados do Sujeito Participante</b>	<b>Momentos Marcantes Demonstrados ao Fazer o “Rio da Vida”</b>	<b>Data</b>
<b>Bárbara</b> , 30 anos	Nascimento do filho.	2005
1 Filho no JI	Desemprego do cônjuge	2006
Auxiliar de acção educativa – 9º ano	Construção de habitação.	2007
Casada	Mudança para habitação nova.	2008
Marido com 6º ano, trabalha à noite.		
Redes de apoio social, a mãe a viver fora de Águeda.		



## Anexo 19 – Conteúdo dos discursos com os temas emergente

<p>Manuel</p> <p>36 anos</p> <p>Contabilista</p> <p>Licenciado</p> <p>2 Filhos, creche e JI</p> <p>Família bi-parental</p> <p>Mulher - contabilista, Licenciada</p>	<p><b>Temas emergentes</b></p> <p><b>Tomadas de posição</b></p> <p><b>Opinião</b></p>
<p><i>“as crianças estão na Bela Vista uma em creche e outra em jardim-de-infância deveriam estar 5 a 6 horas diárias mas não é possível”.</i></p>	<p>Condição da infância</p> <p>Situação das crianças</p>
<p><i>“a instituição tem um horário muito rígido devido ao mundo do trabalho de hoje é complicado é que não tem horário certo para sair”</i></p>	<p>Instituição como resposta ao mundo do trabalho</p>
<p><i>“o mundo do trabalho é um mundo cão”</i></p> <p><i>“A lei laboral está a mudar, está previsto que a semana laboral pode ter até 50 horas, ainda que seja compensada na outra semana e o empregado não pode recusar”.</i></p>	<p>Mundo do trabalho/condições de emprego</p>
<p><i>“a idade das reformas serem cada vez mais tarde o que quer dizer, que as redes familiares são cada vez menores</i></p>	<p>Família como rede social</p>

<i>e outras vão se perdendo pela distancia”.</i>	
<i>“Nós muitas vezes temos que complementar um emprego com outro emprego, isto é, ter dois empregos para suportar as despesas”</i>	<p>Situação económica da família</p> <p>Família como unidade económica</p> <p>Afectação do tempo</p>
<i>“Há mobilidades dos empregados dentro das empresas e .... a migração e a emigração para procurar trabalho, o que faz sair as famílias, mais mobilidade.”</i>	<p>Mundo do trabalho</p> <p>Mudança social</p>
<i>“quanto maior é a empresa menor é a tolerância, porque se forem dois ou três empregados aí até se tolera mais, mas no caso de grandes empresas, de 200 ou mais, começam a dar problemas, vão para a rua (os empregados).”</i>	<p>Mundo do trabalho – Tolerância e flexibilidade</p> <p>Influência da dimensão das empresas</p>
<i>“é premente que as instituições possam ter horários mais alargados, sabendo que do lado das instituições gerir esta situação não vai ser fácil...”</i>	Instituição como organização
<i>“mas as mães trabalham nos hipermercados, estas mães necessitam das instituições abertas até aos fins-de-semana, e mais, já existe a possibilidade dos hiperes estarem abertos 24h sobre 24h.”</i>  <i>“pois o caso das cerâmicas que fazem 3 turnos, há cada</i>	<p>Instituição como resposta ao mundo do trabalho</p>

<i>vez mais pessoas a trabalharem por turnos;”</i>	
<p><i>“outro ponto é o facto de não se trabalhar perto da instituição, perto da escolinha já não existe, assim como o trabalhinho perto de casa, também já não existe. (voltamos à mobilidade das pessoas);”</i></p> <p><i>“Os trajectos trabalho-casa-instituição começa a ser cada vez mais longo e problemáticos...”“as horas de ponta também contam”</i></p> <p><i>“Os trajectos de casa-trabalho e trabalho-casa são cada vez maiores o que leva muito mais tempo, o que prejudica muitas vezes a entrada a horas nos trabalhos/empregos”</i></p> <p><i>“Assim as entregas nas instituições também são condicionadas, logo o vir buscar vai também ser condicionado devido a ter que compensar no emprego ao final do dia.”</i></p>	<p>Situação de residência</p> <p>Conciliação de horários</p> <p>Trabalho instituição família</p>
<p><i>“a instituição tem que ter atenção que as crianças passam muito tempo cá e as pessoas da instituição são a nossa família.”</i></p> <p><i>“a rotatividade das pessoas (especialmente no Jardim-de-Infância para ser mais específico) leva-nos a ter menos confiança e talvez a transmitir isso aos nossos filhos, eles também manifestam uma vontade muito grande em ir cedo para casa, nota-se mais isso no</i></p>	<p>Condição social da infância</p> <p>Qualidade de vida das crianças</p>

<p><i>inverno,</i></p>	<p>Qualidade de apoio/relação de confiança aos/com pais</p>
<p><i>“... mas as pessoas tem que criar laços com as crianças, as mesmas pessoas devem transmitir aos pais confiança, gosto pelo que fazem.”</i></p>	<p>Qualidade da relação com a criança</p>
<p><i>“tudo se torna mais desesperante, eu só deixo os meus filhos na instituição o tempo que necessito,”</i></p>	<p>Qualidade de experiência das crianças como (co)responsabilidade dos pais</p>
<p><i>“estas pessoas devem também ocupar as crianças não as deixar estar lá por estar, parece que estão à espera que o relógio rode,”</i></p>	<p>Qualidade do tempo ocupado</p>
<p><i>“as actividades deviam de ser pensadas e os técnicos deveriam ser substituídos para estarem presentes, o que eu quero dizer, é que haveria de haver qualidade todo o dia e não só das 9h às 17h,(horário das educadoras). As actividades devem ser para ocupar as crianças, as pessoas que estão não podem ser como os cães de guarda das portas, ninguém entra nem ninguém sai. Eu sei que não deve ser fácil, estamos a falar em horários esquisitos.”</i></p>	<p>Dimensão pedagógica</p>
<p><i>“ideia maluca criar uma rede de avós como a Bela Vista tem as amas, a Bela Vista leva os meninos lá...”</i></p>	
<p><i>“eu cheguei à cidade não conheço ninguém, só trabalho, durante 1 ou 2 anos não vou ter tempo para me</i></p>	

<p><i>relacionar com ninguém e se me lixarem no trabalho, é que não vou mesmo ligar-me a ninguém, fecho-me no casulo, vou só trabalhar, a instituição vai servir de ponte para a criança sair da instituição ir para a” casa da avó”</i></p> <p><i>“para eu que até tenho que ter um segundo emprego poder trabalhar.”</i></p> <p><i>“ pois pode, porque não? seria bom, senão os pais vão ter que pagar, o importante é criar uma rede de apoio.”</i></p> <p><i>“só usufruí quem necessita e as crianças que vão hoje não têm que ir necessariamente para lá amanhã.”</i></p> <p><i>“Esta casa pode ser de avós, avós verdadeiros rotativamente tendo sempre a instituição por base.”</i></p> <p><i>“mas aí há legislação, regulamentos para que tudo funcione à maneira. Há empresas que têm, em Águeda não conheço, penso que só grandes empresas é que têm, e que implica mais de 50 trabalhadores.”</i></p> <p><i>“</i></p> <p><i>Sei que existem financiamentos, os patrões ganham mas não sabem que ganham, as mentalidades não estão preparadas para isto, pois são mais secções para gerir dentro de uma empresa. Poderia haver uma associação de empresas para esta oferta.”</i></p>	<p>Redes de apoio</p>
--	-----------------------

<p><i>“isso, eles tinham que financiar, eu estou próximo deles devido à minha profissão e sei que criar uma instituição de raiz numa empresa implica muitas dores de cabeça e com esta crise ninguém pensa nisso. A nossa zona industrial não é bem definida, não existe uma política nesta zona que aproxime os empresários. Se pensarmos na 3ª idade é o mesmo problema, começa-se a sentir a mesma dificuldade onde pedirmos ajuda para os nossos parentes mais velhos, devemos é pensar que estas duas gerações podem ganhar se estivessem próximos. A nossa população está a envelhecer. Uma instituição criada de raiz poderia ter estes dois pensamentos, tinha que ter alguém a liderar o projecto e propor às empresas o associativismo, juntamente envolver a segurança social. Uma empresa por si só não arranca com um projecto destes, mas com uma instituição por trás, talvez, quem sabe.”</i></p>	
<p><i>“até porque nos necessitamos de nos sentir unidos como grupo de pais se queremos fazer a diferença...”</i></p> <p>Pergunto eu <i>“a diferença?”</i></p> <p><i>“Se queremos andar para a frente; ....eu quero que algo mude, nós não somos muitos mas somos alguns e alguns contam, temos que fazer com que haja alguma mudança no fim, os nossos encontros não ficam só pelo registo nos papeis. Desculpe mas estamos para a mudança nem que seja muito pequena, pelo menos queremos investir para ela.”</i></p>	<p>Desejo de mudança a partir das sessões</p>

<p><i>“este trabalho foi feito em família, o registo está em computador. Desculpem mas tenho que justificar aos meus filhos porque trabalho com vocês e chego tarde a casa”</i></p> <p><i>- escolha do nome do filho “nós queríamos que fosse bíblico, então pensamos tem que ser Samuel – “o chamado” é o seu significado.”</i></p> <p><i>- “ o “Rio da Vida” tem pedras mas também tem muita água que tapa essas pedras, é necessário ir sabendo boiar.”</i></p>	<p>Partilha do “Rio da Vida”</p>
<p><i>“A importância de saber chegar a casa a horas.”</i>  <i>Dizendo “que é bom lermos, são dicas para o nosso bom comportamento para com os nossos filhos, pois na maior parte das vezes somos nós pais que nos portamos mal.”</i></p>	<p>Partilha de um texto para reflexão individual e aprendizagem</p>
<p><i>“porque não propor um projecto ou apresentar proposta à direcção da Bela Vista para um alargamento do horário da mesma, à anos que falo com a directora sobre este problema.”</i></p> <p><i>“e porque não pensarmos nas empresas na zona aqui de Águeda?”</i></p> <p><i>“Então saber se os empresários têm pensado nesta problemática dos seus empregados, se têm noção que quando lhes pedem horas extras e lhes apresentam empregos por turnos o que isso pode implicar para as suas famílias, e noção de que muitas vezes há empregos</i></p>	<p>Propostas para soluções do problema da conciliação</p>

<p><i>recusados por as pessoas a empregar por não terem resposta para a sua família.”</i></p> <p><i>“Saber também se a indústria de Águeda tem algum projecto pensado na vertente social;”</i></p> <p><i>“outra ideia que me está a surgir é a Bela Vista desenvolver um projecto em conjunto com a Associação Industrial de Águeda (AIA), no sentido de fazermos uma sensibilização aos empresários para esta situação. Não sei... são ideias...”</i></p> <p><i>É preciso sensibilizar os empresários da indústria de Águeda, saber se os empresários se preocupam com a parte “social/famílias” (palavras do próprio) e se recebem incentivos.”</i></p>	<p>Sensibilização para a responsabilização social das empresas</p>
---	--

<p>Isa</p> <p>36 Anos</p> <p>Escriturária</p> <p>9º ano</p> <p>1 Filho no JI</p>	<p><b>Temas emergentes</b></p> <p><b>Tomadas de posição</b></p> <p><b>Opinião</b></p>
--	---



Família bi-parental Marido – ceramista, 9º ano	
<i>“também fiz trabalho de casa com a minha família” . E continuando “é que o meu marido tem muito jeito para o desenho...”</i>	Registo biográfico “Rio da Vida”
<i>“partilha do seu “rio” apoiada pelo seu registo, os seus olhos estavam cheios de lágrimas, por fim a sua cara era um sorriso aberto.”</i>  <i>“quando deu por terminado a sua partilha todos bateram palmas.”</i>	Emoções subjacentes a uma mudança de vida de uma criança  Grupo com orgulho desta mãe
<i>“se receberem incentivos e se não, saber se estão dispostos a aceitar um grupo com uma acção de sensibilização para lhes apresentar propostas.”</i>	Sensibilização e responsabilização social das empresas

Fátima 33 anos Trabalhadora a tempo parcial Estudante universitária 1 Filho no JI Família bi-parental Marido – trabalha por turnos, 9º ano	<b>Temas emergentes</b> <b>Tomadas de posição</b> <b>Opinião</b>
--	--

<p>pega a palavra e diz ” <i>que a solução para esta situação grande e séria problemática</i>”</p> <p><i>“é o alargamento dos horários na instituição, mas tudo com peso e medida, porque há pais que não podem depositar os filhos, tem que haver regulamentos. Eu tenho uma grande rede de apoio, pois trabalho e estudo (ensino superior), o meu filho ou fica nos avós, ou com amigos, o meu marido trabalha por turnos. Primeiro gerimos por nós os dois depois é que recorremos aos amigos e a avó”.</i></p>	<p>Instituição como resposta ao mundo do trabalho</p>
<p><i>“ainda acho que deveria de passar pelo alargamento de horário da instituição mas é uma ideia, mas volto ao peso e medida”</i></p>	<p>Situação de criança</p>
<p>Fátima também manifesta a sua postura em relação à sua discordância em fazer o “Rio da vida”, deixei-a igualmente à vontade.</p> <p>A Fátima mencionou que o seu “Rio” não é convencional, tem marido e um filho, a família de suporte é a sogra e alguns amigos, já que o marido trabalha por turnos e ela trabalha, estuda, é voluntária na Cruz Vermelha, treinadora e jogadora de andebol.</p>	<p>Não aceita registar o “Rio da Vida”</p> <p>Redes de apoio familiar</p> <p>Trabalho a tempo parcial</p> <p>Estudante</p> <p>Voluntária em apoio comunitário</p>
<p>A sua dificuldade maior é na gestão de tempo, principalmente ao fim do dia para ir buscar o filho à Bela Vista, porque às vezes pode ficar manhãs com ele em</p>	

<p>casa, leva-lo só à tarde e compensar desta forma a estadia da criança até mais tarde na instituição, mas ainda não há esta flexibilidade nas instituições em Águeda (afirmação da mãe), e a Fátima depara-se com alguns problemas de rotina da própria instituição.</p> <p>Deixando a questão que alguém tem que pensar sobre estas novas realidades.</p>	<p>Mudança da política da instituição/mais flexibilidade</p>
--	--

<p>Isabel</p> <p>27 anos</p> <p>Comércio</p> <p>9º ano</p> <p>2 Filhos uma na creche e um no JI</p> <p>Família bi-parental</p> <p>Marido – vendedor, 12º ano</p>	<p><b>Temas emergentes</b></p> <p><b>Tomadas de posição</b></p> <p><b>Opinião</b></p>
<p><i>“a minha dificuldade é semanal, é quando mudo de turno, o meu marido é vendedor, geralmente está fora, não dá suporte à família, não tenho família próxima, dentro de Águeda está em arredores, sem transporte próprio”</i></p>	<p>Dificuldades em conciliar trabalho com família</p>
<p><i>“faço uma ginástica quando saiu às 22h venho ao meio dia buscar os meninos para os levar à avó, pois esses dias opto por os deixar na avó, eles choram, querem vir para a escolinha, nestes dias que os levo não almoço porque o tempo gasto para os levar à avó é o tempo do meu intervalo para almoço, uff!!! é tudo muito difícil”.</i></p>	<p><i>Mundo do trabalho/condição de emprego</i></p>

A Isabel falou em corredor comigo e disse que já tentou colocar os meninos numa ama particular mas não sentiu segurança, portanto continua a fazer este sacrifício, mantendo a mesma rotina.	Qualidade de vida da criança
<i>“como sabem o João e a Ana vivem sempre comigo, o mesmo não aconteceu comigo” -os olhos encheram-se de lágrimas – “eu aos 3 anos fui entregue aos meus tios em Jafafe deixando pais e irmãos em Lisboa”.</i>	Situação de criança  Condição de Infância
<i>“morte do meu pai e da minha avó...” mas sem registar diz “o meu pai morreu de morte súbita no dia 27 de Março 2006, ele era trabalhador na construção civil, o seu sonho era ser encarregado de uma obra e no dia em que o patrão o responsabilizou por uma construção e ele ia concretizar o seu sonho, morreu, teve uma morte cerebral, 2 meses...” a sua voz fica cada vez mais difícil de ouvir e depois de algum silêncio finaliza dizendo “engravidar da Ana o que foi uma alegria muito grande”</i>	Vivência de mudança familiar

Marta 34 anos Auxiliar de acção educativa 12º ano 1 Filha em ATL Família bi-parental Marido – Trabalha por turnos, 9º ano	<b>Temas emergentes</b> <b>Tomadas de posição</b> <b>Opinião</b>
<i>“voltando ainda às exigências dos empregos temos uma</i>	Mundo do trabalho/condições

<p><i>outra que nos leva a dar menos tempo, para não dizer “roubar” menos tempo à família que são as formações obrigatórias da nova lei do trabalho, que são pós-laborais, que muitas e a maior parte das vezes me faz contar com os meus sogros, pois o meu marido trabalha, faz horas extras e também tem que fazer formação, lei é para todos.”</i></p>	de emprego
<p><i>“os meu sogros que me ajudam com a minha filha, porque o meu marido (como também já disse) nunca tem horário para sair, não me dá apoio, por vezes o meu sogro é hospitalizado porque é diabético e eu fico sem a ajuda deles, é muito difícil conciliar tudo, não sei como consegue dia após dia.”</i></p>	Família como rede social
<p><i>“acho que serve para nos conhecermos melhor e nos tornarmos num grupo mais forte! Eu já contei algumas coisas que foram fáceis de falar como nunca tinham sido para mim até aqui, não percebo como consegui, parece-me fantástico (sorria dizendo) acho que já vejo este grupo como terapia.”</i></p>	Sentimento de pertença de grupo
<p><i>“ser mãe é muito difícil nós temos dúvidas, não sabemos gerir as emoções, chegamos a ter medos, mas eu tive que ser pai pois o meu marido estava sempre fora.”</i></p> <p><i>“Com o meu desemprego ele tinha que trabalhar por dois, fazia horas extraordinárias, foi muita solidão e responsabilidade a dobrar, quando me lembro ainda me dá angústia”</i> (a Marta acompanha estas palavras com</p>	<p>Desemprego – angústia e solidão</p> <p>Sentimento de ser mãe sozinha</p>

movimento de mãos pela barriga apertando-a)	
<p>Formação profissional e diz <i>“este foi um dos melhores anos da minha vida.”</i></p> <p>Finalizou o seu “Rio da Vida” em Março de 2009 quando refere que conseguiu fazer o 12º ano de escolaridade e deixa no ar a ideia que tem planos familiares. O grupo especula sobre esses planos e Marta sobe um pouco o véu e diz <i>“talvez mais um filho”</i>.</p>	<p>Realização pessoal e profissional</p> <p>Planos para futuro</p>

<p>Bárbara</p> <p>30 Anos</p> <p>Auxiliar de acção educativa</p> <p>9º Ano</p> <p>1 Filho em JI</p> <p>Família bi-parental</p> <p>Marido – trabalha por turnos, 6º ano</p>	<p><b>Temas emergentes</b></p> <p><b>Tomadas de posição</b></p> <p><b>Opinião</b></p>
<p><i>“os pais também trabalham por turnos”...</i></p> <p><i>“as formações têm-me dificultado a vida,</i></p> <p><i>o meu marido não tem horário fixo assa leitões e trabalha conforme o trabalho existe, há dias que não vai a casa, não dorme...”</i></p>	<p>Mundo do trabalho/condições de emprego</p>
<p><i>“...eu deixo o meu filho na minha mãe, mas tenho que sair do trabalho um pouco mais cedo para o levar a casa para chegar a horas à formação, ou saíu à hora do trabalho ou mais tarde e chego atrasada à formação, a</i></p>	<p>Família como rede social</p>

<i>minha mãe não tem transporte”</i>	
<i>“cada um de nós tem que ter um carro preparado para as crianças, para nos facilitar a vida todos os dias.”</i>	Mudança social  Qualidade de vida da criança

<p>Sónia</p> <p>30 Anos</p> <p>Fisioterapeuta e estudante pós-graduação</p> <p>Licenciada</p> <p>1 Filha em creche</p> <p>Família monoparental</p>	<p><b>Temas emergentes</b></p> <p><b>Tomadas de posição</b></p> <p><b>Opinião</b></p>
<p><i>“eu trabalho na clínica familiar, não tenho horário, estou a fazer uma pós-graduação à noite às sextas-feiras e sábados todo o dia é difícil deixar a Rita (20 meses).</i></p> <p><i>Ela fica com a minha mãe e a minha avó, ambas ainda trabalham por vezes já não têm paciência. A Rita não reage muito bem (por vezes) quer brincar, acho que necessita de actividades mais adequadas; as instituições deveriam de ter outros horários, esta é a minha opinião. As actividades deveriam ser específicas só eles sabem como é, tem pessoal especializado, é lá que estão as pessoas que estão só para as crianças a fazerem um trabalho só para elas”.</i></p>	<p>Mundo de trabalho condições de emprego</p> <p>Qualidade do tempo das crianças</p>
<p><i>“Acho que devemos continuar a ver qual a possibilidade do alargamento de horário e a possibilidade de outros tipos de horário, porque quando se fala em alargamento</i></p>	<p>Instituição como resposta ao mundo do trabalho</p>

<i>de horário pensa-se logo em deixar mais tempo, não é isso que se pretende, é poder ter mais possibilidades de manobra nos horários, porque os filhos são nossos.”</i>	Flexibilidade do horário da instituição
--	---

<p>Joana</p> <p>31 Anos</p> <p>Escriturária</p> <p>12º Ano</p> <p>2 Filhas, uma em JI outra em ATL</p> <p>Família monoparental</p>	<p><b>Temas emergentes</b></p> <p><b>Tomadas de posição</b></p> <p><b>Opinião</b></p>
<p><i>“pois as horas de entrada (nos empregos) são sagradas, somos chamadas à atenção constantemente. Muitas vezes tenho que vir buscar as minhas filhas à Bela Vista (uma no jardim-de-infância, outra no A.T.L.) às 18:30h e levá-las para o meu emprego e continuar a trabalhar para concluir trabalhos ou compensar o tempo que gastei de manhã por me atrasar ou porque fui ao médico com alguma delas, não tenho família por perto, não tenho ninguém, só tenho a Bela Vista...”</i></p>	<p>Mundo do trabalho/condições de emprego – tolerância e flexibilidade</p>
<p><i>“... só numa urgência é que posso contar com a minha mãe, mas ela também é trabalhadora e não está em Águeda”.</i></p>	<p>Família como rede social</p>



<p><i>“... no meu caso tudo é mais complicado sou mãe sozinha...” (divorciada)</i></p>	<p>Família monoparental</p>
<p><i>“... tenho duas filhas, ando sempre a correr, trabalho à hora do almoço noutro trabalho para fazer face às dificuldades financeiras, como já disse a minha rede familiar é só a minha mãe que não vive em Águeda e trabalha.”</i></p>	<p>Situação económica da família como unidade económica</p> <p>Afectação do tempo</p>
<p><i>“... isto pode resolver-se agora, não é? Se a instituição fizer alargamentos de horários, meter mais gente, porque as que cá estão já fazem o seu horário de trabalho, mas deveria de ser sempre as mesmas nos mesmos horários.”</i></p>	<p>Instituição como resposta ao mundo do trabalho</p>
<p><i>“Isto já é uma crítica, não deviriam andar sempre a mudar de pessoas, as crianças estranham muito, hoje fecha uma, amanhã já é outra, nunca sabem com quem contar. Não se vê afectividade quando se troca constantemente de pessoas.”</i></p>	<p>Qualidade de vida da criança</p>
<p><i>“o inverno nisso é muito difícil, porque eles (crianças) ficam muito ansiosos, o anoitecer leva-as a pensar que devem de ir para casa.”</i></p> <p><i>“... eu vou sempre triste.”</i></p>	<p>Situação das crianças</p> <p>Falta de relação de confiança</p>

<p><i>“A Joana começou a fazer o seu “Rio” mostrou as suas primeiras pedras mostrando-se inconformada com a morte do seu pai. A Joana refere no diálogo que após o nascimento da sua filha a relação do casal entrou em ruptura, as discussões eram constantes. Em 2005 nasce a segunda filha de uma gravidez não planeada,” a mãe tinha esperança que a vida do casal melhorasse mas piorou, menciona que “ iniciaram os maus tratos físico juntamente com os verbais.”</i></p>	<p>Maus tratos físicos e psicológicos</p>
<p><i>“Passado um ano decidiu pegar nas filhas e sair de casa, a sua mãe ajudou-a na decisão. Hoje continua em sofrimento devido a ter que ver as suas filhas serem entregues ao pai no fim-de-semana de 15 em 15 dias, pai este que não se interessa por elas senão nesses dias.”</i></p>	<p>Mudança social/familiar</p>
<p><i>Relata a Joana entre lágrimas “ele só quer ficar com elas nesses dias porque sabe que me magoa, eu passo o fim - de - semana a ligar para saber se está tudo bem e quem está com elas é a companheira, porque o pai nunca está em casa. Eu é que as levo lá e vou busca-las porque ele ficou na nossa casa, deixei lá tudo o que era meu, iniciei de novo. Hoje vivo uma luta constante, como já falei com alguns de vocês os horários de trabalho com os horários da Bela Vista, não tenho família de suporte, não tenho amigos devido à relação com o meu marido (ele era ciumento) e não tenho possibilidades económicas para pagar a ninguém.”</i></p>	<p>Emoções de uma separação sofrida/trajecto de um calendário precoce</p> <p>Começar uma vida nova como mãe só</p> <p>Relações sociais/económicas reduzidas</p>
<p><i>“... para estar a dizer tudo isto, é porque já vos considero como isso, e mais, estamos juntos para nos</i></p>	<p>Esperança em encontrar amigos e na instituição como</p>

<i>ajudarmos, quem sabe se vamos conseguir o alargamento horário da instituição.”</i>	resposta ao mundo do trabalho
---	-------------------------------

<p>Nuno</p> <p>34 Anos</p> <p>Informático</p> <p>11º Ano</p> <p>2 Filhos em ATL</p> <p>Família bi-parental</p> <p>Mulher – Comércio, 11º ano</p>	<p><b>Temas emergentes</b></p> <p><b>Tomadas de posição</b></p> <p><b>Opinião</b></p>
<i>“opto pela instituição com horários alargados, mas com actividades de interesse da criança, as crianças devem estar ocupadas (pausa) (acrescenta) as actividades por exemplo: futebol, andebol, piscina, ballet, etc.. que nós pais pagamos por fora deviriam passar a ser a instituição a levar e a responsabilizar-se pelas crianças nesses períodos e nós cá estamos para suportar os custos” (pausa)</i>	Instituição como resposta ao mundo do trabalho
<i>“o meu outro filho é deficiente (paralisia cerebral) necessita de estimulação constante, uma pessoa a tempo inteiro quando está na Bela Vista, isto deveria ser pensado, essa pessoa deveria ser um profissional habilitado e informado para o caso dele, nós, a família e</i>	Qualidade de apoio à criança

<i>a segurança social tinham que suportar os custos. Acho que temos que fazer algo, gosto destes encontros estou pronto para trabalhar é só pedir!!!”</i>	
<i>“o tempo vai adiantado necessitava de sair.”</i>	Falta de tempo/problema de conciliação
<p><i>“eu também peço desculpa por não vir corresponder ao que é pedido, não vou registar o meu “Rio da Vida” vou simplesmente falar e peço para não haver gravações...”</i></p> <p>Nuno propôs ser ele a fazer a partilha. Começou por falar dos seus dois filhos gémeos que estão no ATL, mencionando que um tem paralisia cerebral, situação que fez a família passar por muitas dificuldades e recorrer a muitos tipos de apoio incluindo a uma empregada paga particularmente para fazer face à falta de tempo que ele e a sua mulher têm devido às suas profissões. Esta empregada também está presente aos fins-de-semana, em férias, feriados e em fins de dia quando necessário. Estes pais para acompanharem o seu filho nas doenças que contrai, para o levam a fisioterapias semanais, consultas, etc. necessitam de compensar a responsabilidade laboral em outros horários. Também refere sobre a necessidade dos profissionais da Bela Vista pensarem nos tempos de qualidade dentro da Bela Vista.” <i>A instituição deve de preocupar-se nos alargamentos do horário mas também, como são preenchidos esses e outros tempos, as crianças precisam de qualidade e de profissionais que os acompanhem rotineiramente para eles criarem laços”.</i></p>	<p>Não fez registo do “Rio da Vida”</p> <p>Sem rede de apoio familiar</p> <p>Qualidade de apoio/relação confiança aos/com pais</p>